

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CCSA

EDICLÉIA LOPES DA CRUZ SOUZA

**A RELAÇÃO ENTRE INSERÇÃO NA INFORMALIDADE E TRABALHO
INFANTIL NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE**

TOLEDO
2011

EDICLÉIA LOPES DA CRUZ SOUZA

**A RELAÇÃO ENTRE INSERÇÃO NA INFORMALIDADE E TRABALHO
INFANTIL NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE *Campus* Toledo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra
Co-orientador: Prof. Dr. Jefferson Andronio
Ramundo Staduto

TOLEDO
2011

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S729r Souza, Edicléia Lopes da Cruz
A relação entre inserção na informalidade e trabalho infantil no mercado de trabalho paranaense / Edicleia Lopes da Cruz Souza. - Toledo, PR: [s. n.], 2011.
131 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Zelimar Soares Bidarra
Co-orientador: Prof^º. Dr^º. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

1. Economia paranaense 2. Trabalho de menores – Paraná
3. Mercado de trabalho – Paraná 4. Setor informal (Economia) – Paraná.
5. Trabalhadores jovens I. Bidarra, Zelimar Soares, Org. II. Staduto, Jefferson Andronio Ramundo II. T

CDD 20. ed. 331.31098162
331.798

EDICLÉIA LOPES DA CRUZ SOUZA

**A RELAÇÃO ENTRE INSERÇÃO NA INFORMALIDADE E TRABALHO INFANTIL
NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE *Campus* Toledo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Aprovada em: 10 de junho de 2011

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro
Universidade Estadual de Londrina/UEL

Prof. Dr. Ricardo Rippel
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE *Campus* de Toledo

Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE *Campus* de Toledo
(Orientadora)

*Aos meus pais,
pelo amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dom precioso da vida, pela saúde, pela inteligência e pelas forças. Sem Ele nada seria possível.

À minha família, pela generosidade de compreender a minha ausência, ainda quando a mim mesma parecia injustificável.

Ao meu amigo Prof. Ms. Lucir Reinaldo Alves, pela amizade, pela hospitalidade, pelas conversas e ideias trocadas, pelo carinho, por estar presente neste momento tão importante e, ao mesmo tempo, conturbado da minha vida.

À Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra e ao Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto, pela contribuição direta na elaboração da dissertação.

A todos os professores do Programa, que dedicaram parte de suas vidas para nos preparar, pois, com suas sábias palavras, fizeram renascer em nós a vontade de crescer.

À minha querida amiga Profa. Ms. Rosangela Maria Pontili, pela importância de sua presença na elaboração desta dissertação. Agradeço por sua dedicação, por ser companheira e amiga, por ter abdicado de parte do seu escasso tempo para ajudar-me a sanar dúvidas. A ela, meus sinceros agradecimentos.

À Fundação Araucária, pelo auxílio financeiro, sem o qual a jornada teria sido muito mais difícil.

Aos colegas da turma de 2009, em especial à Patrícia Estanislau, pelo companheirismo, trocas de experiências, conversas, risos e consolo.

Aos meus amigos, que direta ou indiretamente, contribuíram não só para a minha carreira acadêmica, mas ainda estão presentes em todos os momentos da minha vida.

*“Direi do Senhor: Ele é o meu Deus,
o meu refúgio, a minha fortaleza,
e Nele confiarei”.*

(Salmo 91,2)

A RELAÇÃO ENTRE INSERÇÃO NA INFORMALIDADE E TRABALHO INFANTIL NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise sobre a relação entre a inserção na informalidade e trabalho na infância. Partiu-se da hipótese de que quanto mais cedo um indivíduo começou a trabalhar, quando adulto, maior a sua probabilidade de estar ingressado numa atividade informal no mercado de trabalho. Diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre o mercado de trabalho a fim de elencar e discutir suas particularidades e problemas. Há uma preocupação cada vez maior com a informalidade nesse mercado e seus impactos na sociedade, em especial, a questão dos diferenciais de salários e de condições de trabalho entre os que exercem ocupação formal e os que estão na informalidade. Além disso, análises acerca do mercado de trabalho também se concentram em outras formas de discriminação e ilegalidade, como as discussões sobre o trabalho exercido por crianças e adolescentes e seus reflexos na vida adulta do indivíduo. Segundo a PNAD/2009, 16,40% do contingente de crianças/adolescentes paranaenses com idade entre 10 e 17 anos são trabalhadores e 24% das crianças com idade entre 5 a 9 anos estão ingressas no trabalho, principalmente desempenhando atividades domésticas. A literatura mostra que o trabalho infantil é prejudicial tanto para as crianças vitimadas, quanto para a sociedade em geral, principalmente nos aspectos relacionados à educação e qualificação do indivíduo. Os estudiosos apontam que o baixo nível educacional promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, que tendem a nele continuar, sem carteira assinada, recebendo salários menores em relação aos do mercado formal e com condições de trabalho inadequadas. Assim, coube a essa pesquisa iniciar uma discussão que englobe as duas problemáticas, uma vez que não se encontrou alguma similar na literatura nacional e paranaense que discutisse a relação entre elas. A análise foi realizada para a população trabalhadora do Paraná com idade entre 18 e 70 anos, com base nos dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada no ano de 2009. Empregou-se a análise estatística descritiva para verificar e identificar as principais características dos trabalhadores paranaenses e o modelo econométrico *probit* para captar a influência dessas características sobre a sua condição na ocupação no mercado de trabalho, com ênfase na idade de ingresso na atividade laboral. Os resultados estatísticos, complementados pelos resultados econométricos, corroboraram a hipótese da pesquisa de que, quanto mais cedo se ingressou no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de se estar inserido na informalidade. Descobriu-se que, do total de trabalhadores paranaenses, 65,96% dos inseridos no mercado de trabalho informal foram ingressados no trabalho com idade de até 14 anos. Desses, 20,16% eram ainda crianças com idade inferior a 9 anos. Diante disso, é fundamental que o país, como um todo, se conscientize de que criança deve estar na escola se preparando para um futuro promissor, e que trabalho precoce pode causar danos irreversíveis à sociedade, entre eles a perpetuação da pobreza e da informalidade. Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento e desenvolvimento futuro de uma economia.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Trabalho infantil. Informalidade.

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE INSERTION IN INFORMAL WORK AND THE CHILD WORK IN THE LABOR MARKET IN PARANA STATE

ABSTRACT

This paper aimed at analyzing the relationship between the insertion of an individual in informal labor and his/her work in childhood, starting from the assumption that the earlier an individual starts working, the greater is the probability of being inserted in informal activity in the labor market as an adult. Several researches have been developed on labor market to list and discuss its specificities and problems. There has been an increasing concern with the informality in this market and its impact on society, especially related to the difference between the wages and the work conditions among people who work regularly and the ones who do it informally. Beyond this, analyses about labor work are also concentrated on other forms of discrimination and illegality as well as on discussions about children and adolescents' work and its consequences to the individual's adulthood. According to National Household Sample Survey or PNAD/2009, 16.40% of children and adolescents from Parana State (BR), aged between 10 and 17, are workers and 24% of children from 5 to 9 years are inserted in the labor market, mainly performing household chores. Studies show that child labor is as harmful to the child in itself as it is to the society in general, especially on the individual's education and qualification aspects. The research also point out that the low educational level is responsible for the workers' insertion into the informal market, where they keep working without legal contract, under inadequate working conditions and earning lower salaries than the ones paid to the ones who work formally. Thus, it was for the present research to start a debate involving the relationship between both issues, since it was not found any similar study in the area. The analysis was carried out with the working people from Paraná state, aged from 18 to 70, based on data from PNAD/2009. It was used Descriptive Statistical analysis to verify and identify the main characteristics of the workers from Parana State, and the econometric model probit to capture the influence of those characteristics on their working conditions in the labor market, focusing on their age when they got started working. The statistical results, complemented by econometrical results reinforced the previous research hypothesis that the earlier an individual is inserted in the labor market, the greater is the probability of he or she is inserted in the informal work. It was found that 65.96% of the workers in Parana State were inserted in the labor market at 14. From these, 20.16% were younger than 9 years. Therefore, it is crucial that the country as a whole becomes aware of that children must be in school getting prepared for a better future and that the early work can cause irreversible damage to the society such as the perpetuation of the poverty and the informal work. Failing to realize the abuses suffered by the children and adolescents working so early, people are destroying the human capital necessary for the growth and the future development of economy.

Keywords: Labor market. child labor. Informal work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração do equilíbrio da oferta e demanda de trabalho no mercado de trabalho	12
Figura 2: Evolução da população rural e urbana do Paraná e Região Sul do Brasil 1970-2007.....	35
Figura 3: Percentual de crianças e de adolescentes paranaenses, segundo o fato de estarem trabalhando ou não - 2005	58
Figura 4: População de crianças e de adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2005.....	61
Figura 5: Influência da idade em que se começou a trabalhar no logaritmo do rendimento por hora da população trabalhadora do Paraná - 2005	63
Figura 6: Influência da idade em que se começou a trabalhar no número de anos de estudo da população trabalhadora do Paraná - 2005.....	64
Figura 7: Estratificação da população paranaense segundo a faixa etária - 2009.....	75
Figura 8: Distribuição percentual da população ocupada paranaense segundo a condição na ocupação, a área de domicílio e o sexo - 2009	86
Figura 9: Distribuição da População Ocupada paranaense segundo a escolaridade, ramo de atividade e condição na ocupação - 2009	91
Figura 10: Distribuição percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a posição na ocupação no mercado de trabalho - 2009	100
Figura 11: Distribuição percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a idade atual, a posição na ocupação e a idade de inserção no mercado de trabalho - 2009.....	102
Figura 12: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo o ramo de atividade, a condição na ocupação e idade de inserção no trabalho -2009.....	103
Figura 13: Simulação na probabilidade de ingresso no mercado de trabalho informal, com deslocamento da curva, a partir de alterações na idade de ingresso no mercado de trabalho	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da renda no Brasil no período de 1960 a 1980.....	27
Tabela 2: Distribuição em número e percentual da População Ocupada do Brasil segundo a posição no trabalho principal para as pessoas com 10 anos ou mais de idade - 1992 a 2009.....	33
Tabela 3: Evolução da população rural e urbana do Paraná e Região Sul do Brasil 1970- 2007.....	34
Tabela 4: Distribuição em número e percentual da População Ocupada do Paraná segundo a posição no trabalho principal para as pessoas com 10 anos ou mais de idade - 1992 a 2009.....	38
Tabela 5: Número e percentual das crianças e dos adolescentes paranaenses, segundo a idade e o fato de estarem trabalhando e/ou estudando - 2005.....	57
Tabela 6: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo os anos de estudo - 2005.....	59
Tabela 7: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a renda da família - 2005.....	59
Tabela 8: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a renda mensal - 2005.....	60
Tabela 9: Número e percentual de crianças e de adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a idade e o ramo de atividade - 2005.....	61
Tabela 10: Frequência e participação percentual dos trabalhadores paranaense segundo a idade e posição no mercado de trabalho - 2009.....	76
Tabela 11: Distribuição da população total paranaense segundo a idade e o fato de estar trabalhando ou não - 2009.....	79
Tabela 12: Frequência e participação percentual das crianças paranaenses com idade de 5 a 9 anos segundo o fato de estar trabalhando ou não - 2009.....	79
Tabela 13: Frequência e participação percentual das crianças paranaenses com idade de 5 a 9 anos segundo a quantidade de horas trabalhadas por semana - 2009....	80
Tabela 14: Distribuição da população ocupada paranaenses com idade de 18 a 70 anos de idade segundo a posição na ocupação - 2009	81

Tabela 15: Distribuição frequencial de todos os trabalhadores paranaenses com idade entre 18 a 70 anos segundo a posição na ocupação e o fato de contribuir ou não para a previdência - 2009.....	83
Tabela 16: Distribuição Frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, estratificada pela atividade e condição na ocupação - 2009.....	87
Tabela 17: Distribuição Frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, estratificada pela escolaridade e condição na ocupação - 2009.....	88
Tabela 18: Distribuição da População Ocupada paranaense segundo a área de domicílio, escolaridade e condição na ocupação - 2009.....	89
Tabela 19: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo o tamanho da família e a condição na ocupação - 2009.....	92
Tabela 20: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a renda mensal recebida e condição na ocupação - 2009.....	94
Tabela 21: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a cor ou raça e condição na ocupação - 2009.....	96
Tabela 22: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo a condição na ocupação e o fato de ser migrante ou não-migrante entre 2000 - 2009.....	97
Tabela 23: Distribuição, frequência e percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a posição na ocupação no mercado de trabalho – 2009 ...	99
Tabela 24: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a idade em que começou a trabalhar e condição na ocupação - 2009.....	101
Tabela 25: Efeitos marginais da regressão do modelo <i>probit</i> para o ingresso no mercado de trabalho informal da população de 18 a 60 anos do Paraná - 2009.....	105
Tabela 26: Média e desvio padrão das variáveis utilizadas na regressão.....	130

LISTA DE SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
CDCAs	Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEC	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organização Não Governamental
PEA	População Economicamente Ativa
PEI	População Economicamente Inativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PO	População Ocupada
RM	Região Metropolitana
RNM	Região Não Metropolitana
SNCR	Sistema Nacional do Crédito Rural
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	página
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Definição do Problema e Justificativa do Estudo	6
1.2 Objetivos	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 Hipótese	9
1.4 Estrutura do trabalho	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Abordagem teórica do mercado de trabalho	10
2.1.1 O mercado de trabalho e sua importância para a economia.....	12
2.1.2 Definições associadas ao mercado de trabalho	15
3 A PERFORMANCE DO MERCADO DE TRABALHO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO AO LONGO DO SÉCULO XX.....	19
3.1 As principais alterações no cenário socioeconômico brasileiro no século XX e seus reflexos no mercado de trabalho	19
3.2 A informalidade no mercado de trabalho: obstáculo ou reflexo do desenvolvimento?	22
3.2.1 Aspectos socioeconômicos da economia brasileira a partir da década de 1960 e seus efeitos sobre a informalidade no mercado de trabalho	25
3.2.2 As mudanças na década de 1990 e os efeitos no mercado de trabalho	29
3.3 O Estado do Paraná: aspectos históricos e a relação com a informalidade no mercado de trabalho	34
4 CONTEXTO HISTÓRICO E COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.....	40
4.1 Argumentação teórica sobre o trabalho de crianças e adolescentes	40
4.2 Principais ações de combate ao trabalho infantil	51
4.3 O Paraná e o trabalho de crianças e adolescentes	57

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
5.1 O Modelo econométrico escolhido.....	66
5.1.1 Descrição do modelo e as variáveis escolhidas	70
5.1.2 Efeitos marginais	71
5.2 Fonte dos dados	73
6 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO NA INFÂNCIA E INSERÇÃO DO TRABALHADOR PARANAENSE ADULTO EM OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MERCADO DE TRABALHO	75
6.1 Análises estatística descritiva dos dados: características socioeconômicas do mercado de trabalho paranaense	75
6.1.1 Caracterização da população paranaense adulta ocupada	80
6.1.2 Principais características socioeconômicas dos trabalhadores informais e formais paranaenses	85
6.2 A relação entre trabalho infantil e inserção na informalidade	100
6.2.1 Análise econométrica: aplicação do modelo <i>probit</i> para estimativa da influência da idade de ingresso no trabalho sobre a condição informal na ocupação no mercado de trabalho paranaense	104
6.2.2 Simulações associadas à probabilidade de ingresso no trabalho informal em relação à idade em que começou a trabalhar	108
7 CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B	131

1 INTRODUÇÃO

O trabalho representa, de acordo com Engels (2004) e Marx (2004), a essência da existência do ser social. Através dele, ao mesmo tempo em que o indivíduo transforma a natureza externa, também tem alterada sua própria natureza humana. Assim, o trabalho, ao longo do tempo, fez com que o homem evoluísse e as transformações em seu interior e exterior o conduzissem até o momento em que se formou a sociedade.

A sociedade tornou-se cada vez mais complexa, o que resultou na separação das pessoas em classes sociais, caracterizada pelo surgimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho. Essas mudanças alteraram profundamente o significado do trabalho na vida do homem. No modelo capitalista, Marx (2004) vê a força de trabalho apenas como uma mercadoria incumbida de gerar novas mercadorias e enriquecer o capital. O uso do trabalho já não mais se organiza segundo as necessidades e os anseios dos indivíduos que o vendem, mas de acordo com as necessidades dos seus compradores.

Para Braverman (1987), numa sociedade capitalista, o trabalho não apenas aliena o ser humano, como também o faz conviver com constante insegurança diante do desemprego, das exigências do mercado de trabalho e do emprego crescente em ocupações socialmente prejudiciais. Ora, o trabalho que outrora foi essência para a evolução e desenvolvimento do homem, em muitas das condições atuais, conforme Iamamoto (2001), consiste na negação e privação do ser social.

Nesse contexto, surgem as discussões em torno do lugar do trabalho no desenvolvimento econômico e a sua importância para melhorar as condições de vida dos indivíduos, pois o desenvolvimento econômico requer pelo menos um mínimo de equidade social. Essa equidade pode ser alcançada pela distribuição de renda no interior das relações no mercado de trabalho. Por isso, os estudiosos desenvolvimentistas, entre os quais está Celso Furtado, se preocupam com a qualidade e a condição da mão de obra no mercado de trabalho, incluindo em suas discussões aspectos relacionados à diferenciação de salários e à informalidade.

Dessa forma, na busca da compreensão das modificações referente à força de trabalho, investigar o mercado de trabalho tornou-se uma necessidade por parte dos pesquisadores das mais diversas áreas ao perceberem quão importante é estudar as suas particularidades. Dentre as diversas características pertinentes a esse mercado destaca-se, a partir de meados do século XX, o grau de informalidade.

No Brasil, informal é considerado o mercado de trabalho em que os trabalhadores não possuem vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada, além de ser visto como uma forma de produção que não se baseia no trabalho assalariado, e sim no trabalho familiar. Considera-se que é esse o mercado que absorve do setor formal os expurgados por razões de idade, de sexo, de condições físicas, de falta de qualificação, de falta de escolaridade, entre outras razões. Essa definição é a mais convencional e mais utilizada pelos pesquisadores, pois, ainda, não há na literatura um consenso sobre a definição do que é a informalidade no mercado de trabalho. Conforme o aspecto, o período e a região analisada, ela assume diferentes características, e até mesmo produz confusões quando da classificação das atividades. Por exemplo, informais pode se referir às pessoas que estão envolvidas com atividades ilícitas (ilegais) ou pode se referir aos trabalhadores de trabalhos lícitos porém sem registro.

A informalidade nos países em desenvolvimento está associada às transformações ocorridas nos mesmos países, e é um problema com grande repercussão social na medida em que se verificam os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores e as condições de vida da maioria deles. Observando registros históricos e econômicos, a informalidade evoluiu conforme o mercado de trabalho se desenvolveu desde o início do século XX. Nas primeiras décadas do referido século, a força de trabalho brasileira percorreu o seu curso sem nenhuma lei que a amparasse, pois apenas na década de 30 ocorreram os primeiros avanços em direitos trabalhistas com as políticas getulistas. Foi a partir de então que se iniciou a delimitação do conceito de formal e informal, uma vez que a informalidade sempre existiu à sombra da formalidade.

Segundo Pochmann (2008), na década de 1930, para cada dez trabalhadores brasileiros contratados para trabalhar, nove eram informais, cenário que foi alterado com a expansão econômica do país e a vigência da Consolidação das Leis de Trabalho a partir da década de 1940. Entretanto, as discussões sobre a informalidade se ampliaram somente na década de 1970, quando alterações na estrutura produtiva deram uma nova roupagem à economia brasileira. De um lado, a transferência da população da área rural para a área urbana aumentou a formalização, pois, na medida em que essas pessoas ingressavam na indústria de forma regular, no quesito legal, reduzia a informalidade no campo, atividade até então estritamente informal. Do outro, nas cidades, as atividades industrializadas não eram suficientes para absorver os intensos contingentes populacionais que migravam da área rural, o que provocou o aumento das ocupações em subempregos e, conseqüentemente, aumentou o nível de informalidade.

Então, no início da década de 1970, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) construiu-se uma primeira definição do conceito de informalidade. Para essa Organização, trabalho informal é designado como aquele realizado à margem da legislação em vigor. Em muitos países em desenvolvimento mais da metade dos trabalhadores em atividades não agrícolas estão engajados na economia informal. Em toda América Latina existem 239 milhões de pessoas economicamente ativas, dessas 103 milhões trabalham na informalidade, ou seja, 47% da População Economicamente Ativa está exercendo alguma atividade sem proteção legal, sem direitos trabalhistas e outros benefícios (OIT, 2006a).

No Brasil, o entendimento do trabalho informal está diretamente associado à legislação, caracterizado quando a atividade não for praticada mediante o registro em carteira, registro de autônomo ou registro de condição de empregador. Assim, nessa categoria se enquadram os “trabalhadores por conta própria”, “trabalhadores não-remunerados” como os “trabalhadores familiares” e “domésticos” e “trabalhadores sem carteira”. Pastore (2004) informa que o número de trabalhadores na informalidade continua sendo um dos mais graves problemas do mercado de trabalho brasileiro. Em 2003, das 76 milhões de pessoas que trabalhavam, cerca de 46 milhões, o equivalente a 60% da mão de obra trabalhadora, estavam ocupadas na informalidade, enquanto apenas 30 milhões eram formais.

A existência de altos níveis de informalidade, principalmente nas últimas décadas, no mercado de trabalho brasileiro, tem gerado intensos debates na sociedade e na literatura econômica. Existe uma preocupação cada vez maior com a informalidade e seus impactos, em especial, a questão dos diferenciais de salários e de condições de trabalho entre os que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade. Segundo o IPEA (2006), os trabalhadores informais recebem remunerações de 30% a 40% inferiores às de trabalhadores formais. Nessa condição estão inseridos cerca de 55% da população ocupada no Brasil. Nesse mesmo período, no Estado do Paraná o número absoluto de trabalhadores informais era cerca de 2,7 milhões de pessoas, o que indicava que mais de 51% das pessoas que estavam ocupadas em alguma atividade a exerciam de maneira sem registro em carteira e sem amparo legal.

Além da questão formal/informal, as análises acerca do mercado de trabalho podem concentrar-se, também, nas características da população economicamente ativa, nos determinantes do rendimento dos trabalhadores ou nas diversas formas de discriminação e de ilegalidade possíveis. Atenta-se, inclusive, para discussões sobre determinada faixa etária e o modo como ocorre sua inserção no trabalho. A partir desses aspectos é que surgem as

pesquisas sobre o trabalho exercido por crianças e adolescentes¹, problema ainda mais grave que a falta de carteira assinada no trabalho, pois o trabalho infantojuvenil, além de ser informal, é ilegal e imoral, como também prejudicial e comprometedor.

Crianças e adolescentes estão espalhados por toda parte. Seja nas camadas sociais ricas ou nas mais baixas, em todas elas caracteriza a melhor fase da existência humana, como também o período em que mais se exigem cuidados e proteção. São as crianças que darão continuidades às gerações e manterão o sistema econômico funcionando, num futuro não muito distante do seu presente. Diante dessa condição é que se discute o quão é importante a preservação da infância, considerando que, nessa etapa da vida, devem ser realizados os maiores dispêndios para o seu desenvolvimento

De acordo com o terceiro relatório sobre o trabalho infantil divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010, de todas as crianças e de todos os adolescentes existentes no mundo, 215 milhões na idade entre 5 e 17 anos são trabalhadores (ILO, 2010a). No Brasil, mesmo existindo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que proíbem o trabalho infantil, segundo informativo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em 2009 o número de crianças e de adolescentes trabalhadores, na faixa etária de 5 a 15 anos, era de 2.060.503 milhões (BRASIL/MDS, 2010a). O Estado do Paraná, segundo a PNAD (2009), possui uma população de 10.699.883 milhões, habitantes dentre os quais mais de três milhões de pessoas têm menos de 18 anos de idade. Das crianças e dos adolescentes com idade que varia entre 10 e 17 anos, 16,40% já são trabalhadores e 24% das crianças com idade entre 5 a 9 anos estão ingressas no trabalho, principalmente desempenhando atividades domésticas.

Há controvérsias sobre a definição de trabalho infantil, uma vez que não existe um consenso mundial sobre definição do que é a própria criança. A entrada no mercado de trabalho se configura de acordo a legislação de cada país. No Brasil, por exemplo, a idade mínima de inserção ao trabalho é de 16 anos, enquanto na Inglaterra e na maioria dos países da América Latina, é de 13 e 14 anos, respectivamente. Além disso, definir quando uma atividade desenvolvida pela da criança se configura como trabalho e como exploração é outra questão polêmica.

Peres (2003) aponta que a exploração se configura quando a atividade desempenhada por criança/adolescente ocorre de forma regular, gerando renda para o seu sustento e de sua família. Tarefas como arrumar a cama, lavar a louça e auxiliar nos afazeres domésticos são

¹ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8069, de 13/07/1990), criança é o sujeito de 0 até 12 anos incompletos e adolescente é o de 12 a 18 anos incompletos.

consideradas atividades desempenhadas, mas não exploração da mão de obra infantil. Para os fins desta pesquisa, trabalho infantil/juvenil será considerado como toda mão de obra menor de 18 anos empregada, remunerada ou não.

A literatura sobre o trabalho infantil pode ser dividida em três grupos distintos. O primeiro é composto por pesquisadores que buscam discutir os fatores que levam ao trabalho precoce. Barros, Mendonça e Velazco (1994); Kassouf (2002) são exemplos deles. No segundo, encontram-se trabalhos que identificam e enfatizam as consequências do trabalho infantil, como Kassouf (2002); Moura (2004); Nicolella (2006). Enquanto um terceiro grupo de autores analisa as políticas e os programas de combate ao trabalho de crianças e adolescentes, como Menezes Neto (2002); Ferro (2003, 2007).

Quanto aos efeitos nocivos do trabalho precoce, Moura (2004); Nicolella (2006) apontam que indivíduos inseridos precocemente no mercado de trabalho precocemente têm uma saúde física e mental piorada. Quando comparados às pessoas que começaram a trabalhar com idades mais avançadas, eles acumulam menos capital humano. As perdas econômicas provocadas pelos gastos com uma saúde precária e outros fatores negativos associados à incidência de trabalho infantil, como os baixos rendimentos, podem afetar o crescimento econômico de um país, no longo prazo.

Kassouf (2002) mostra que o trabalho infantil é prejudicial tanto para as crianças vitimadas, quanto para a sociedade em geral, principalmente nos aspectos relacionados à educação e à qualificação do indivíduo. Além disso, a autora aponta que o baixo nível educacional promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, que tendem a nele continuar, sem carteira assinada, recebendo salários menores ao do mercado formal e com condições de trabalho inadequadas. Cacciamalli (1982); Kon (1997), em suas pesquisas sobre a informalidade no mercado de trabalho, constatam que nessa condição estão, em sua maioria, trabalhadores desqualificados e poucos instruídos.

Nesse aspecto, a questão que norteou esta pesquisa é: – Quais são os determinantes da inserção na informalidade no mercado de trabalho? – Seria o trabalho infantil um deles? Logo, a pesquisa se propõe a verificar qual é a influência do trabalho infantil sobre a probabilidade de inserção dos trabalhadores paranaenses na informalidade no mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dados referentes aos trabalhadores paranaenses adultos com idade entre 18 e 70 anos inseridos na condição de informal no mercado de trabalho, dados esses obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

em 2009. Essa fonte se constitui em uma rica base de dados e a partir da qual é possível selecionar informações ligadas às características pessoais dos trabalhadores utilizando-se dos microdados. Para modelar a entrada precoce no mercado de trabalho como determinante da informalidade, adotou-se como método de estimação o modelo *probit*, o qual é comumente usado quando se tem a variável dependente qualitativa, aspecto que está detalhado no Capítulo 5.

A escolha do Estado do Paraná para a verificação se deu pelo fato de ser esse um dos estados localizados na Região Sul do Brasil, considerada uma região desenvolvida e a que oferece melhores condições de vida à sua população em termos de indicadores socioeconômicos. O Paraná produz um PIB de R\$ 161.582⁽²⁾ milhões, que compõem 6,07% do PIB brasileiro e, no entanto, 90% dos seus municípios são pobres, possui uma taxa elevada de trabalho infantil (12,6%, segundo a PNAD/2006) e grande parte de sua população trabalhadora está na informalidade. Esses problemas, muito provavelmente, estão ligados à concentração de renda, de capital e fundiária. Essas questões também perpassam a discussão sobre a inserção do trabalhador na informalidade, pois são fatores condicionantes e com alto poder de afetar a condição social das pessoas e o mercado de trabalho em todos os seus aspectos.

1.1 Definição do problema e justificativa do estudo

Relatório sobre a queda da desigualdade no Brasil divulgado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2006) mostra que os trabalhadores informais identificados como os “assalariados sem carteira assinada” mais os “trabalhadores por conta-própria” recebiam remunerações 30% a 40% inferiores às dos trabalhadores formais. Nesse mesmo ano, 55% da População Ocupada no Brasil estava no mercado de trabalho informal. No Paraná, em 2001, segundo a PNAD (2001), os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho informal correspondiam a 56,4% de toda mão de obra disponível no estado. Desse total, 84,91% estava há menos de 5 anos na informalidade, não participavam da previdência social e apresentavam baixo nível de escolaridade (BENGOZI e PONTILI, 2005). Em 2006, o número passava de

² Dados de 2007. Fonte: IPARDES, 2010. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. *Indicadores Econômicos*.

51% da PO, o equivalente a mais de 2,7 milhões de pessoas absorvidas pelo mercado de trabalho informal (PNAD, 2006).

De acordo com Cacciamalli (1982), no mercado informal predominam trabalhadores com pouca escolaridade e baixa qualificação, além de jovens, idosos e trabalhadores sem capacitação para atender às exigências do mercado formal. Tafner (2006) diz que a capacitação dos indivíduos é adquirida através da educação. Na literatura consultada consta que o trabalho infantil é um dos principais obstáculos à escolaridade e, conseqüentemente, à capacitação. Kassouf (2002), por exemplo, demonstrou que adultos que começaram a trabalhar muito cedo têm a sua renda foi prejudicada, pois, pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho, não adquiriram os conhecimentos necessários e tiveram que ocupar postos que não lhes exigiam maiores habilidades e qualificação, com conseqüente baixa remuneração.

O pressuposto dessa pesquisa é que, ao analisar a relação existente entre inserção na informalidade e trabalho infantil, se confirme a presença de uma forte correlação entre essas variáveis, uma vez que o trabalho na infância reduz o aprendizado e a qualificação, o que aumenta as chances de inserção no trabalho informal. Conforme exposto, há uma diferença significativa entre os rendimentos recebidos pelos trabalhadores informais e formais. Se a baixa renda oriunda da execução da atividade informal não for suficiente para o sustento da família, muito provável é que, nessa família, isso levará também à inserção precoce no trabalho das crianças e dos adolescentes dessa família.

Kassouf (2002) mostrou, também, que havia famílias em que o trabalho da criança contribuía com até 40% da renda familiar e que, em geral, essa contribuição é importante devido ao fato de a renda familiar ser muito baixa. Aquino et al. (2010) verificaram a transmissão do trabalho infantil intergerações e mostraram que o aumento na probabilidade de a criança ser trabalhador infantil na área urbana é de 6,4% a mais de probabilidade quando o pai foi trabalhador precoce e 9% a mais quando a mãe foi. Para a área rural, o aumento é ainda maior, sendo de 28% para quando o pai foi trabalhador na infância e de 33% para quando foi a mãe.

A preocupação está em torno da continuidade do ciclo de perpetuação do trabalho infantil e da informalidade, pois, se a pobreza leva ao trabalho informal, que gera baixa renda familiar, e se a baixa renda familiar promove o trabalho infantil, que dificulta a escolarização, impedindo por sua vez a qualificação do indivíduo, quando adulto o indivíduo estará mais propenso ao trabalho informal, tendendo ao recebimento de renda baixa. Tendo família, a

renda familiar baixa novamente promoverá o trabalho de seus filhos, tornando o ciclo ininterrupto.

Além da importância de se discutir o assunto, cabe ressaltar que a informalidade e o trabalho infantil são temas disseminados na literatura acadêmica, no entanto não se detectou, até o momento, algum trabalho no Brasil, e tampouco no Paraná, que tenha discutido a relação entre as duas problemáticas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo propôs-se a verificar se o trabalho infantil é uma das variáveis determinantes da inserção na informalidade no mercado de trabalho no Estado do Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos

Pretende-se realizar a verificação proposta no objetivo geral através dos seguintes procedimentos:

- apontar as principais características da informalidade no mercado de trabalho no Paraná;
- examinar as características do trabalho infantil no Brasil, com destaque para o Paraná;
- investigar se há relação entre a inserção dos trabalhadores paranaenses na informalidade e o trabalho infantil exercido por eles no passado;
- empregar um modelo econométrico capaz de identificar se existe relação entre a inserção na informalidade e o trabalho infantil.

1.3 Hipótese

O trabalho na infância exerce influência sobre a probabilidade de os trabalhadores paranaenses se inserirem na informalidade? Espera-se que os resultados da variável *idade em que começou a trabalhar* indiquem que, quanto menor a idade em que o indivíduo ingressou no trabalho, maior a probabilidade de estar na informalidade; ou quanto maior a idade em que começou a trabalhar, menor a probabilidade de estar na informalidade.

1.4 Estrutura do trabalho

O presente estudo está dividido em sete capítulos, entre os quais está incluída esta introdução, que aborda o problema da pesquisa, a hipótese, a justificativa e os objetivos do estudo.

O Capítulo II apresenta uma breve conceituação teórica sobre o mercado de trabalho, enquanto que no Capítulo III são abordadas questões relacionadas às principais transformações ocorridas no Brasil e no Paraná e seus reflexos nesse mercado.

No Capítulo IV tem-se uma revisão sobre como a literatura trata da história sobre o trabalho de crianças e de adolescentes, as causas e as consequências dessa inserção no mundo do trabalho, bem como é apresentado um resumo da legislação e dos programas existentes para o combate e erradicação do problema no Brasil.

A descrição do método adotado, da metodologia e a base de dados está conformando o Capítulo V. Em seguida, no Capítulo VI, estão os resultados e as discussões decorrentes da aplicação do ferramental estatística e econométrico. E, finalizando o estudo, no capítulo VII, apresentam-se as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Abordagem teórica do mercado de trabalho

O mercado de trabalho é definido por Chahad (2003) como o *locus* de encontro entre aqueles que procuram por emprego e aqueles que oferecem emprego. Como num sistema típico de mercado, nele se negociam níveis salariais, empregos e condições de trabalho. O seu estudo procura perceber e prever fenômenos de interação entre vendedores e compradores de mão de obra, considerando aspectos econômicos e sociais do país ou de uma região.

As teorias econômicas sobre o mercado de trabalho mostram que esse assunto pode assumir diferentes abordagens conforme a linha de pensamento de análise. Para alguns dos pensadores econômicos, o anseio de dar explicações para os desequilíbrios econômicos parecia mais importante do que a condição social dos trabalhadores. Nesse sentido, o pensamento clássico e seus adeptos consideravam o mercado de trabalho da mesma forma que aquele ligado à produção econômica, entendimento segundo o qual a movimentação em seu interior era regida pelas leis de mercados e, se houvesse alguns desajustes, como desemprego e baixos salários, esses logo seriam solucionados pela ação do próprio mercado, que criaria condições para isso. Segundo Lima (1980), pensadores ligados à corrente clássica consideravam a mão de obra como homogênea, e o que justificava a diferenciação de salários recebidos pelos trabalhadores eram os diferentes estágios de conhecimento individuais acumulados pela experiência.

A teoria econômica de base clássica aponta que os salários eram determinados de acordo com a oferta e a demanda no mercado, assim se referido à mão de obra como a qualquer outra mercadoria. Nessa condição, Abreu e Barbosa (2009) destacam que, defendendo o liberalismo econômico, autores de linhagem clássica não reconheciam a exclusão social como um problema da sociedade, mas, sim, do próprio trabalhador, que, ele se estava naquela situação de penúria, era porque se recusava a trabalhar pelo salário vigente ou pelo preço que o mercado lhe oferecia. Para teóricos neoclássicos sempre haveria pleno emprego, de forma que o desemprego existente seria voluntário ou decorrente de mudança ou de evolução da tecnologia utilizada ou algum outro motivo relacionado com a capacitação do empregado para desempenhar uma função.

Em contraposição à teoria neoclássica, a teoria keynesiana surgiu com uma abordagem diferente do mercado de trabalho. Primeiramente, Keynes fez crítica à teoria neoclássica alegando que essa não condizia com a realidade capitalista, uma vez que o trabalhador não tem influência sobre a determinação dos salários. Considerava, portanto, a teoria neoclássica incapaz de explicar a realidade, principalmente em momentos de crises. Por isso defendeu a necessidade da intervenção estatal na vida econômica para a condução ao pleno emprego.

Os autores não liberais, de linhagem keynesiana, defendiam que, se a economia é deixada à livre determinação do mercado ou do capitalista, a exclusão social tende a agravar devido ao fato de o homem agir racionalmente, buscando maximizar seus rendimentos, levando à concentração de renda e, conseqüentemente, à exclusão social (ABREU e BARBOSA, 2009). Cabe, portanto, ao Estado criar mecanismos de defesa e garantir a estabilidade do mercado. O principal pensador dessa corrente, Keynes, dizia que os trabalhadores pouco poderiam ou nada tinham a fazer, pois quem determinava o salário que lhes seriam pagos era a demanda, ou seja, os proprietários dos meios de produção que demandam a força de trabalho. Observou que oferta de mão de obra sempre se sobressaiu aos postos de trabalhos oferecidos no mercado, o que implicava a limitação do poder dos trabalhadores. Keynes discordava dos neoclássicos sobre a concepção de pleno emprego na economia e desemprego voluntário, pois, para ele, o desemprego é resultado inevitável do sistema capitalista.

Na abordagem marxista, no sistema capitalista o mercado de trabalho é o meio pelo qual a mão de obra é explorada e o capital se enriquece (MARX, 2004). E, por último, têm-se os economistas e pensadores do final do século XX, chamados desenvolvimentistas ou estruturalistas. Esses pensadores, regidos pela tradição cepalina e ligados ao pensamento marxista e keynesiano, defendem a importância das mudanças tecnológicas, o fomento e a expansão da industrialização. Pregam, contudo, que o progresso da base técnica de produção tem que permitir melhorias no bem-estar do conjunto da população. Celso Furtado é um exemplo dessa corrente, que se preocupava com a qualidade e a condição da mão de obra no mercado de trabalho, incluindo em suas discussões aspectos relacionados à diferenciação de salários e à informalidade.

2.1.1 O mercado de trabalho e sua importância para a economia

Para uma melhor compreensão, adotou-se a abordagem neoclássica de mercado de trabalho, abordagem na qual a mão de obra é vista como as demais mercadorias regidas pela oferta e pela demanda, pois as transações que envolvem empregadores e trabalhadores são caracterizadas pela troca do emprego da mão de obra dos trabalhadores por uma remuneração e pelos préstimos feitos aos empregadores (EHRENBERG e SMITH, 2000).

Existe uma interação entre a oferta e a demanda por mão de obra que resulta no número total de empregos vigentes em uma economia, assim como na determinação do valor dos salários. Entretanto, o mercado de trabalho, assim como os vários outros mercados existentes, contém algumas imperfeições, uma vez que nem sempre a oferta é igual à demanda por mão de obra ou vice-versa. Para demonstrar o equilíbrio no mercado de trabalho, na Figura 1 traçou-se a oferta e a demanda de mão de obra em relação à taxa de salário real.

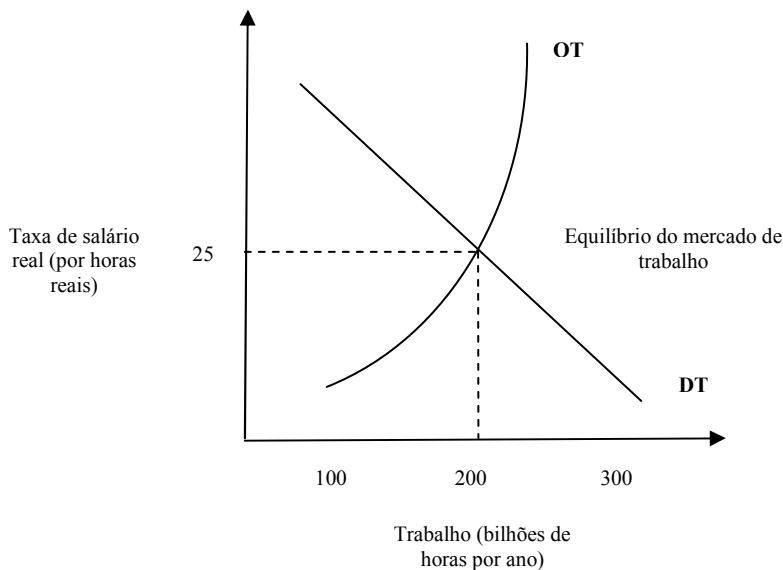


Figura 1: Ilustração do equilíbrio da oferta e da demanda de trabalho no mercado de trabalho. Fonte: Parkin (2003, p. 189).

Quanto maior é o salário vigente na economia, maior o número de pessoas interessadas em trabalhar. Por outro lado, salários baixos levam ao desinteresse pelo ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à redução da oferta de mão de obra. Nesse caso, o que importa para as empresas não é a quantidade de moeda corrente que elas pagam pela

mão de obra contratada, mas, sim, o preço relativo dessa mão de obra, em termos do quanto será necessário produzir e por quanto será necessário vender o produto para pagar os trabalhadores.

Também na Figura 1, a intersecção entre a oferta e demanda por mão de obra determina o nível de salários reais que, hipoteticamente, fica vigente na economia, assim como o nível de emprego. Pensando-se na forma como acontecem as negociações no mundo real, esse ponto de intersecção representa o confronto entre trabalhadores e empregadores, que é comumente anunciado como negociações salariais entre patrões e empregados³. Tais negociações, geralmente, são regidas por contratos, mas também podem acontecer de maneira informal.

Destaca-se, ainda, que a demanda por mão de obra é representada pela curva negativamente inclinada, levando a entender que um aumento na taxa de salário real faz com que as empresas repensem sobre as contratações que pretendem realizar e reduzem sua demanda. Em outras palavras, reduções dos salários reais conduzem a um aumento no número de contratações realizadas pelas empresas, sendo o oposto, também, verdadeiro. Ressalta-se que a taxa de salário monetária é a quantidade de moeda corrente recebida por uma hora de trabalho, enquanto a taxa de salário real é igual à taxa de salário monetária dividida pelo preço de um bem.

Nesse contexto, algumas instituições⁴ atuam de maneira decisiva para o cumprimento dos contratos, minimizando os riscos em relação ao trabalho e promovendo seguridade e proteção aos elos mais fracos da cadeia produtiva (os trabalhadores). Essas instituições determinam regras para o funcionamento do mercado de trabalho, que ajudam a direcionar, de maneira direta e indireta, o relacionamento entre empresas e indivíduos. Dentre essas regras existe a negociação, entre as partes, em que firmas e trabalhadores estabelecem contratos que determinam as condições de trabalho e remuneração, que é flexível diante de condições macroeconômicas, sociais e demográficas, favoráveis ou não, a uma das partes. Também pode ocorrer a determinação de políticas de salário mínimo, proteção ao emprego, seguro-desemprego e impostos sobre salários através da interferência governamental, que visa garantir a estabilidade no mercado de trabalho (TAFNER, 2006).

³ No Brasil, o nível salarial pago pelas empresas ou empregadores geralmente é definido a partir do salário mínimo vigente no país, fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

⁴ O Ministério do Trabalho e Emprego; os Sindicatos dos Trabalhadores e das empresas são exemplos dessas instituições.

Segundo Sachs e Larrain (2000), essas instituições variam entre países e a legislação vigente contribui para a existência de contratos formais ou acordos informais, de negociações coletivas (entre sindicatos e empresas) ou bilaterais (entre patrões e empregados). A legislação também determina se os acordos decorrem de negociações em nível nacional, industrial, regional ou somente da empresa; e o prazo de vigência dos contratos salariais e a sincronização entre várias categorias.

No Brasil, desde 1943, o mercado de trabalho é regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), lei a qual segundo Agudelo e Culti (1997), estabelece as normas de admissão e de demissão do trabalhador, a duração da jornada de trabalho, aspectos relacionados à saúde e à segurança dos indivíduos, dentre outros. Dessa forma, um trabalhador que exerce a atividade sob a regulamentação e coberto pelas regras da CLT possui amparo legal com direito à aposentadoria, a seguro desemprego e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios, que variam conforme o tipo de empresa ou tipo de atividade desenvolvida.

Considerando as relações de contrato existentes, o mercado de trabalho é subdividido em formal e informal. O mercado formal, segundo Cacciamali (1982), Chahad (2004) e Mattoso (1999), é aquele em que existe a interferência do Estado, garantindo ao trabalhador os direitos trabalhistas determinados pela lei. No Brasil, nessa condição se enquadram os trabalhadores que possuem contrato jurídico, trabalham no setor público, os profissionais liberais, os trabalhadores vinculados com a Previdência Social, protegidos pelo seguro desemprego e possuem o FGTS.

O setor informal é comumente caracterizado por trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, que trabalham por conta própria e os que trabalham não remunerados (SOUZA, 1980). Nesse sentido, a legislação trabalhista é o principal diferencial da relação de trabalho do setor formal e do informal. Ela torna o custo de demissão do setor formal superior ao do setor informal, tornando o setor informal mais flexível, ou seja, as firmas se ajustam mais rapidamente às flutuações econômicas tanto na hora de contratar como na hora de demitir, tornando o trabalhador informal mais instável, situação que é mais propícia ao desemprego em relação trabalhador formal (NERI et al., 1997). Tendo em vista a proposta desta pesquisa, faz-se necessário ampliar a discussão a respeito do mercado de trabalho informal, o que se desenvolve adiante, num tópico específico.

Em suma, é no cenário do mercado de trabalho que se determina o desemprego, os níveis de emprego, as condições dos trabalhadores, o nível de salários e a própria capacidade produtiva do país. Nos estudos sobre o mercado de trabalho se encontram as possíveis causas

das diferenças de renda entre países, estados ou regiões. Como demonstrado por Blanchard (2004), é no mercado de trabalho que se origina a função de oferta e de demanda agregada, como ocorre a produção nacional e a demanda total de bens e serviços. Isso permite o estudo de como ocorrem problemas como a inflação, os ciclos econômicos e o crescimento econômico diferenciado entre países. Daí a significância do mercado de trabalho para a área econômica.

2.1.2 Definições associadas ao mercado de trabalho

Para melhor compreender o mercado de trabalho, é necessário classificar a população segundo a posição que ocupa no sistema, o que pode ser feito a partir da utilização de uma pirâmide populacional. Na base da pirâmide estão os indivíduos fora da faixa etária para o mercado de trabalho (crianças entre 0 e 10 anos). No meio está a População em Idade Ativa (PIA), formada por indivíduos com 10 anos ou mais, e, na ponta, estão os indivíduos que ficam fora do mercado de trabalho por razão de aposentadoria (idosos). Da forma como são definidos, os outros estratos de população que compõem o mercado de trabalho são considerados subconjuntos da PIA. Assim, Chahad (2004) define a População Economicamente Ativa (PEA) como o conjunto dos elementos empregados (E) e desempregados (D), num dado instante de tempo, e captado por um inquérito estatístico a partir de definição de atividade econômica dos indivíduos.

Nesse caso, a PEA refere-se às pessoas que estão empregadas em tempo total ou parcial; estão subempregadas (trabalham em atividades não formalizadas, ou remuneradas ou produzem para o próprio consumo); buscam trabalho (em função de terem se desligado de um emprego anterior ou de estarem na busca do primeiro emprego); não estão procurando trabalho (mas declaram-se dispostos a trabalhar em condições específicas). Para identificar as pessoas que estão nessas condições são realizadas pesquisas que levem em consideração um período de tempo, que pode ser de uma semana, um mês, ou um ano. No Brasil, existem diversos órgãos de pesquisa que fazem levantamentos da PEA, sendo o principal deles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com as informações levantadas por esses órgãos é possível fazer análises da realidade econômica de determinada população, levando-se em conta a situação do mercado de trabalho.

Também, como um subconjunto da PIA, tem-se a População Economicamente Inativa. Esta é definida como o contingente de indivíduos aptos para o exercício de atividades produtivas, mas que se encontram inativos, ou se dedicam a ocupações que não se consideram para a avaliação do produto agregado. Inatividade, desocupação ou desemprego decorrem não apenas de fatores conjunturais e sazonais, mas ainda de condições estruturais ou mesmo de escolhas individuais (ROSSETTI, 2000). Nesse conjunto se encaixam as pessoas com idade para trabalhar, mas que não o fazem por diversos motivos, sendo alguns deles: o desalento (que se refere aos trabalhadores dispostos a trabalhar, mas desestimulados a buscar emprego), a dedicação aos afazeres domésticos, dedicação aos estudos e a decisão de viver somente de renda (aposentados, pensionistas, rentistas, etc.). Existem também aqueles incapacitados ao trabalho (inválidos física ou mentalmente, idosos, réus e outros).

Com relação às definições acima, vale ressaltar que o critério para se definir o início da idade ativa é arbitrário, variando entre países. No Brasil, são consideradas em idade ativa as pessoas com idade igual ou superior a 10 anos. No entanto, em função da legislação brasileira, esses indivíduos somente compõem a força de trabalho a partir dos 16 anos de idade. Além disso, o fato de o indivíduo estar em idade ativa ou possuir capacidade para trabalhar não o caracteriza como economicamente ativo, como é o caso dos estudantes. Outro conceito importante de origem no mercado de trabalho é o de População Ocupada (PO), a qual é composta por pessoas que, num determinado período de referência, trabalhou ou tinha trabalho, mas não trabalhou em razão, por exemplo, de estar em gozo de férias (CHAHAD, 2004). Na atualidade, segundo definição da PNAD (2009) as pessoas ocupadas no mercado de trabalho são agrupadas em oito categorias, sendo elas:

- 1 Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;
- 2 Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;
- 3 Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;
- 4 Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- 5 Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

6 Outro trabalhador não-remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

7 Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e

8 Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.⁵ (IBGE, PNAD/2009).

A partir de algumas variáveis acima citadas origina-se o conceito de taxa de desemprego, que se refere aos indivíduos que estão aptos a trabalhar e buscam por emprego, mas não o encontram. Seu cálculo é dado pela razão entre o total de desempregados e o total da PEA (total de empregados mais total de desempregados). Esse índice é importante para o governo, tendo em vista a implantação de políticas econômicas de curto prazo. Levando-se em conta somente a questão social, é um indicador de recessão. Se um trabalhador sai da força de trabalho altera-se o numerador e muda-se o resultado, sendo que o contrário também é válido.

O desemprego, por sua vez, acontece por diversas razões e algumas de suas classificações usuais são: *Desemprego involuntário*: que ocorre quando o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salários vigentes no sistema econômico, mas não encontra ocupação. Chamado também de *Desemprego cíclico ou Desemprego conjuntural ou keynesiano*, ocorre devido à insuficiência de demanda agregada na economia. Representa, sem dúvida, aquele tipo de ocupação dos indivíduos que deve merecer maior atenção das autoridades governamentais; *Desemprego estrutural*: ocorre quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho. Denomina-se também desemprego tecnológico e ocorre devido ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda por mão de obra.

Ainda, o *Desemprego Friccional*, que surge em decorrência do sistema dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, pois o sistema de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo é imperfeito. Existe um lapso de tempo entre a saída de um indivíduo e a obtenção de uma nova ocupação de acordo com suas características. Nesse

⁵ Para efeito de divulgação, as categorias trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única categoria, denominada de não remunerado (Notas Metodológicas/ PNAD, 2009).

ínterim o indivíduo é classificado como desempregado; *Desemprego sazonal*, que ocorre devido à sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas. Como é possível prever se esse tipo de flutuação, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza. Todas essas definições são encontradas em Troster e Mochón (1999).

Diante de tantas particularidades que conformam o mercado de trabalho, muitas discussões são desagregadas, de acordo com o interesse das pesquisas nessa área ou com o desejo dos pesquisadores em melhor interpretar e compreender as relações que ocorrem dentro do mesmo mercado. Nesse aspecto, no presente trabalho discutem-se de modo mais aprofundado algumas questões relacionadas à forma de inserção no mercado de trabalho, dando ênfase à informalidade. Tendo o Estado do Paraná como delimitação espacial para a pesquisa, buscou-se pelas variáveis que influenciam na inserção do indivíduo na informalidade, entre elas o trabalho infantil, lembrando que tanto o trabalho infantil como o trabalho informal são problemas sociais observados no referido mercado e que podem influenciar significativamente no sentido de dificultar o desenvolvimento econômico de uma região e, até mesmo, de um país.

3 A PERFORMANCE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO AO LONGO DO SÉCULO XX

Para melhor compreensão do mercado de trabalho brasileiro se faz necessário conhecer as principais alterações socioeconômicas ocorridas no Brasil e que se refletiram na formação e nas condições do referido mercado. Nesse sentido, os tópicos que se seguem apresentam uma breve discussão a respeito das mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira, principalmente a partir da segunda metade do século XX, bem como discutem a relação dessas transformações com a questão da informalidade no mercado de trabalho.

3.1 As principais alterações no cenário socioeconômico brasileiro no século XX e seus reflexos no mercado de trabalho

O Brasil se destacou pela importância e capacidade de produção das atividades agrícolas até o momento em que a implantação da industrialização foi tomada como condição imprescindível para o crescimento e o desenvolvimento do país. A industrialização que nasceu na década de 1930 se fortaleceu nas três décadas seguintes e resultou, até o final da década de 1970, numa fase de crescimento acelerado. Nesse ínterim no entanto, à medida que o país aumentou a sua capacidade de produção, percebeu-se, em contrapartida, um processo contínuo e acentuado de concentração da renda e da riqueza (REGO e MARQUES, 2006).

Nesse contexto, o desenvolvimento econômico, que, por vezes, fora considerado como o crescimento dos indicadores econômicos, passou a ser abordado principalmente pelos aspectos relacionados às pessoas e às suas condições de vida. Souza (1999) aponta que o desenvolvimento econômico por muito tempo foi considerado como o aumento quantitativo da produção e da renda. A noção de desenvolvimento como distribuição só se fortaleceu a partir do século XIX num cenário de flutuações econômicas, e surgimento de países industrializados com grande concentração de renda e riqueza, caracterizando nações com grandes desigualdades.

Inúmeros são os autores que discutem temas inerentes ao crescimento e ao desenvolvimento econômico dos países. Em termos de correntes ideológicas, há duas que predominam entre os pensadores: há aqueles que acreditam ser o crescimento sinônimo de

desenvolvimento, e eles estão em oposição aos estudiosos que veem o crescimento e o desenvolvimento como coisas distintas, porém entrelaçadas. Na primeira visão estão economistas de tradição keynesiana, como Harrod e Domar e seus modelos de crescimento. Na segunda estão autores de orientação marxista ou cepalina. Dessa última corrente, destaca-se a abordagem de Celso Furtado, principal economista brasileiro sobre o desenvolvimento econômico, para quem o crescimento é um dos passos para o desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico, para Furtado (2000a), é resultado de um conjunto de relações econômicas propagadas no tempo e no espaço. Se os agentes econômicos souberem apropriar-se do aumento da produtividade, seus benefícios afetarão as condições estruturais de produção, o comportamento dos agentes e o conjunto da coletividade. Mais que uma transformação produtiva, o processo de desenvolvimento econômico promove mudanças na estrutura econômica, política, institucional e social. Nesse aspecto, a ideia de desenvolvimento está associada a um processo de transformação, que, adotando métodos produtivos mais eficazes, se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e de serviços finais à disposição da coletividade. Assim, pensar no desenvolvimento é também articular-se na direção da eficiência e da riqueza, para que haja plena satisfação das necessidades humanas.

O autor supracitado argumenta que o desenvolvimento é resultado da mudança de estruturas, daí a sua defesa pelo processo de industrialização dos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, que resultou em alterações em toda a base produtiva. Essa alteração deveria provocar aumentos produtivos e, por consequência, aumentos na renda, crescimento nos indicadores econômicos, principalmente no PIB, refletindo no mercado de trabalho. O aumento do PIB gera aumento da oferta de empregos, com mais pessoas trabalhando há mais pessoas com renda, mais pessoas ganhando mais, a renda agregada da população é maior, maior será o consumo, maior o bem-estar que decorre em melhor qualidade de vida e que caracteriza o desenvolvimento econômico. Ora, quando se inclui a população na discussão sobre crescimento e desenvolvimento, entende-se que não há desenvolvimento econômico sem crescimento econômico, mas não há desenvolvimento se o crescimento é concentrado.

De mesma corrente de pensamento, Raul Prebisch, relatado por Furtado (2000a), deu sua contribuição para compreender o desenvolvimento a partir da análise da propagação da tecnologia moderna e da repartição dos frutos decorrentes do progresso técnico. Aborda o desenvolvimento pelo estilo centro-periferia, ou seja, para ele o desenvolvimento não ocorre de igual maneira em todas as regiões, pelo contrário uma região central cresce enquanto as

outras ao seu redor se estagnam. Nesse sentido o desenvolvimento é heterogêneo e por isso causa grandes desigualdades entre as regiões e as pessoas.

No contexto de mudança, destaca-se a teoria do desenvolvimento elaborada pelo austríaco Joseph Alois Schumpeter (1982). Para ele, a economia só alcança crescimento em termos quantitativos e o desenvolvimento ocorre quando se abre espaço para o novo, ou seja, para inovações tecnológicas, substituição de estágios antigos por novas ideias. Ocorre, porém, que, embutido nesse processo, há a destruição de pessoas e mudanças brutais. Na mesma direção aponta Rostow (1974) ao descrever a terceira etapa do desenvolvimento econômico, na qual são superadas as antigas obstruções e a resistência ao desenvolvimento econômico, com a introdução de inovação tecnológica na produção.

A Revolução Industrial é um exemplo clássico de transformação estrutural. O emprego de máquinas, de novas técnicas e de progresso técnico levou a um substancial crescimento e, se se considerar a abordagem schumpeteriana, ao desenvolvimento do trabalho. Para Souza (1999), todavia, o desenvolvimento está além do progresso tecnológico, pois ele deve estar associado às transformações no modo e na qualidade de vida das pessoas, das instituições e da estrutura produtiva. Substitui-se um sistema arcaico por um moderno, eficiente, mas que a qualidade de vida da população também seja melhorada.

Nesse mesmo contexto, para Furtado (2000b), o desenvolvimento no mundo contemporâneo ora diz respeito à evolução de um sistema de produção para um estágio mais eficaz, ora se refere ao grau de satisfação das necessidades humanas essenciais à sobrevivência: como vestimenta, alimentação, habitação e educação. Observa, no entanto, que o aumento da eficácia do sistema de produção não é condição suficiente para garantir que as necessidades básicas dos indivíduos sejam satisfeitas. Pelo contrário, como pode ser observado na história e na literatura, como apontado por diversos pesquisadores reunidos em DIEESE (1999), há uma degradação das condições de vida da população decorrente da introdução de técnicas produtivas mais sofisticadas. Basta lembrar as consequências da Revolução Industrial inglesa e o processo de industrialização nos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, Furtado (2000b) diz que a utilização de novas técnicas no sistema de produção, bem como a acumulação e a subordinação humana a esses fatores, tem promovido uma sociedade desigual, mesmo em países desenvolvidos, nos quais parte da população sequer atinge um nível de renda capaz de atender às suas necessidades básicas. A concentração e a desigualdade social são obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Considerando que é no setor produtivo que ocorrem as principais formas de divisão social do trabalho, das quais se originam as relações entre patrões e empregados, dos

detentores dos meios de produção e da mão de obra, daí a importância de se incluir o processo de desenvolvimento na discussão sobre o mercado de trabalho. Esse mercado é valorizado como uma instituição fundamental da economia capitalista, uma vez que no mesmo é determinada a oferta e a demanda por mão de obra, assim como a taxa de salário, a taxa de desemprego e outros indicadores comumente utilizados por pesquisadores, políticos e a população em geral (CHAHAD, 2004).

Assim, dos fatores de produção existentes, recursos naturais, mão de obra, capital, capacidade tecnológica e capacidade empresarial, os quais são primordiais ao desenvolvimento econômico, dar-se-á ênfase à mão de obra através do mercado de trabalho. A compreensão dos aspectos referentes à mão de obra é importante porque se relaciona com outros aspectos, como o crescimento populacional, necessidade de emprego, pobreza, escolaridade, satisfação de necessidades, aumento do bem-estar, fatores condicionantes para se atingir o desenvolvimento de uma economia.

3.2 A informalidade no mercado de trabalho: obstáculo ou reflexo do desenvolvimento?

A partir de meados do século XX, na sociedade brasileira o mercado de trabalho sofreu rápidas e profundas transformações. Um dos mais polêmicos subprodutos dessas transformações é a informalidade nas relações de trabalho, que aumentou paulatinamente ao longo dos anos. Dentre os seus malefícios, o principal é o comprometimento da condição social do trabalhador, secundado pelos problemas de ordem macroeconômica.

No Brasil, a legislação exige que todos os trabalhadores assalariados possuam carteira de trabalho assinada, e isso faz com que a definição de informalidade fique associada à posse ou não da mesma carteira. Por isso, a maioria das discussões nacionais sobre o assunto aborda o setor informal como formado pelos trabalhadores sem carteira assinada ou que executam a atividade por conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social (ULYSSEA, 2005).

O conceito de setor informal data da década de 1970, como uma referência ao fenômeno caracterizado pela concentração de população nas áreas urbanas, com consequente crescimento da força de trabalho disponível exercendo atividades como o pequeno comércio nas ruas, mascates, os “faz de tudo”, entre outras. Embora a nomenclatura seja recente, a problemática em torno da execução dessas atividades é muito antiga, datando, em países

desenvolvidos como os EUA e os da Europa, desde a virada para o século XX, mas que no Brasil ganhou força somente com o crescimento das cidades e urbanização (THEODORO, 2002).

Desde então, a informalidade no mercado de trabalho tem sido tema de várias abordagens acadêmicas. Dentre essas abordagens, cabe citar aquelas que, de diferentes modos, ressaltaram os impactos que giram em torno dos diferenciais de salários e das diferentes condições de trabalho entre os trabalhadores que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade, como Cacciamali (1982); Corseuil e Santos (2002); Ramos (2002); IPEA (2006).

O trabalho informal também é, comumente, identificado como uma organização autônoma, ou por conta própria, caracterizado quando o dono do empreendimento não tem empregados, ou se restringe à colaboração dos membros de sua família. Os trabalhadores por conta própria abrangem várias categorias em termos de especialização profissional, indo desde as mais simples, como engraxates, até aqueles que exigem formal especialização, tal como marceneiro, fundição, construção e tecelagem (MACEDO, 1982; CHAHAD, 2002).

Perry et al. (2007, p. 5), em estudo do Banco Mundial, elaborado com dados dos países da América Latina e Caribe, consideraram como trabalhadores informais os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores assalariados sem registros na previdência. Fazem parte do grupo dos trabalhadores por conta própria os “[...] proprietários de microempresas, profissionais autônomos, artesãos, biscateiros, trabalhadores na construção civil, motoristas de táxi e vendedores ambulantes”. No segundo grupo estão os empregados domésticos, trabalhadores familiares não remunerados, empregados de microempresas e funcionários de empresas de maior porte contratados informalmente.

A informalidade é, ainda, determinada por condições macroeconômicas ou mudanças institucionais que têm impactos sobre os tipos de postos de trabalho gerados tanto no setor formal quanto informal. Alguns trabalhos se esforçam na tentativa de determinar quais são os impactos desses fatores, em particular os das instituições, sobre a informalidade e seu consequente efeito sobre os resultados do mercado de trabalho. Esforços também têm sido direcionados para a caracterização da informalidade investigando questões relativas à determinação dos diferenciais de salários, relativas à existência ou não de segmentação, relativas aos padrões de mobilidade dos trabalhadores, entre outros. Nessa direção estão os trabalhos de Acemoglu (2001); Fugazza e Jacques (2003), entre outros.

É no setor informal que ocorrem as transações, prestação de serviços e pagamentos que não estão submetidos às normas da legislação e, portanto, dificultam a identificação e

contabilidade por parte do Estado, impedindo assim o controle e a incorporação nas Contas Nacionais do país, as transações econômicas e financeiras decorrentes de atividades executadas nessa condição.

Paulani e Braga (2007) concordam que a informalidade é dos obstáculos enfrentados pela Contabilidade Social ao tentar mensurar as atividades econômicas de uma economia. As inúmeras atividades inseridas no setor informal, além de não responderem às regulamentações ou legislações fiscais, laborais, financeiras e cambiárias, nem sempre oferecem condições adequadas de trabalho para os indivíduos e ainda alimentam discussões por parte de trabalhadores de setores regulamentados que se sentem lesados por causa da existência da concorrência da informalidade. Nessa condição estão, por exemplo, os camelôs, cuja ilegalidade consiste na sonegação de impostos.

Nesse sentido, Perry et al. (2007) dizem que, para a maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho, a informalidade não é necessariamente resultado de uma exclusão, ou seja, o trabalhador ou o microempresário não está na condição de informal por ter sido excluído do mercado formal, mas, sim, por “optar” por tal situação ao perceber o seu custo-benefício, seja através da sonegação de impostos ou da não contribuição social. Para esses autores, as motivações para os conta própria continuarem nessa condição é a mobilidade com relação a sua atividade, autoavaliação dos benefícios e sua satisfação. Muitos trabalhadores não querem deixá-la, pois sabem que, numa atividade formal, de acordo com sua capacitação, ganharia o mesmo tanto ou menos e nem sempre estaria na condição “confortável” de estar no seu próprio negócio. No Brasil, conforme a PNAD (2009), o contingente de 40% dos trabalhadores informais era composto pelos trabalhadores por conta própria.

Percebe-se, no entanto, que a economia ou mercado informal não tem uma definição estática. Pelo contrário, as principais teorias conceituais que podem ser encontradas na literatura revelam que a economia informal, por estar nas franjas sociais e econômicas em constante movimento, não pode ser capturada por uma definição estrita. Dessa forma, diferentes conceitos ou definições atribuídos ao trabalho informal são também adotados nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vêm passando as economias no decorrer do tempo, no processo de desenvolvimento.

3.2.1 Aspectos socioeconômicos da economia brasileira a partir da década de 1960 e seus efeitos sobre a informalidade no mercado de trabalho

A fim de entender a configuração da informalidade no Brasil, buscou-se na literatura nacional os momentos em que a problemática mais se acentuou no país, visto que está diretamente relacionada, entre outros aspectos, às mudanças sociais e econômicas ocorridas na economia brasileira.

Desde a década de 1950, no Brasil assim como em outros países do mundo, se verificou uma rápida transferência da população trabalhadora do setor primário, ou seja, das atividades agrícolas, para os setores secundário e terciário. Essa transferência se acentuou na década de 1970, acompanhada de um forte processo de urbanização. Nesse sentido,

A origem do trabalho informal na América Latina e no Caribe estaria relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos atrasados meios de produção agrícolas, que dispensaram mão de obra neste setor, somadas à busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. No entanto, esta não foi capaz, em nenhum momento, de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão de obra, que foi obrigado a “inventar” seu próprio trabalho – principalmente no comércio e no setor de serviços – como meio de sobrevivência. (JAKOBSEN, 1996, p. 14).

Furtado (2000a) observa que os países que se inseriram no contexto mundial adotando a modernização através da industrialização, nos quais a mecanização da infraestrutura e as transformações que foram impostas à agricultura, aliada à industrialização em outros setores em que era importante o processo artesanal, colocaram em marcha um amplo processo de destruição de formas de emprego. A intensa e caótica urbanização dos países subdesenvolvidos foi a manifestação mais visível do processo de desestruturação social. Sendo assim,

As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão de obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. (FURTADO, 2000b, p. 28).

Pastore, Zylberstajn e Pagoto (1983) desenvolveram importante estudo sobre as décadas de 1970 e 1980 enfatizando a questão social e a pobreza no Brasil, com base nos

dados dos Censos Demográfico dos referidos anos. Considerando que os Censos se referem sempre ao ocorrido na década anterior, puderam então retratar o que ocorreu no país em 1960 e 1970. Relatam que as mudanças se deram na sociedade e na organização estrutural do Brasil, afetando também o interior das unidades familiares.

O êxodo rural, decorrente do processo de tecnificação e de modernização do campo, e a industrialização acompanhada de uma vigorosa urbanização foram fatores que afetaram as famílias. Não é difícil imaginar que, sendo esses indivíduos pertencentes a uma época em que a educação não era prioridade, em especial às mulheres, as políticas educacionais eram praticamente inexistentes ou inoperantes, nas cidades essas pessoas não tiveram alternativas a não ser inserir-se no trabalho informal, ou doméstico e baixo remunerado. Dentre todas as transformações ocorridas no interior das unidades familiares, Pastore, Zylberstajn e Pagoto (1983) observam que a redução no número de membros da família foi a mais significativa, associada à intensificação da participação de todos os membros da família no mercado de trabalho.

Em termos de indicadores econômicos, o Brasil chegou aos anos 1970 despontando entre as nações que mais cresceram ao longo da década anterior, porém, concomitantemente a esse crescimento, agravaram-se as disparidades de renda individual e regional. O país tornou-se exemplo prático de crescimento econômico sem ascensão social, sendo que cresceu à custa da elevação dos níveis de pobreza e de desigualdade entre os brasileiros. O período foi marcado pelas críticas ao desenvolvimento da produção e sua inter-relação com o mercado de trabalho. O processo de mudança estrutural criou resíduos que receberão posteriormente a denominação de setor informal. A questão da evolução da renda média brasileira e do aumento do grau de desigualdade de renda ao longo das três décadas que antecedem a abertura comercial foi abordada por Barros, Mendonça e Duarte (1996) e também o assunto foi o centro das discussões de Diniz (1995).

Empregando a abordagem de desenvolvimento econômico como a mudança da qualidade de vida das pessoas, os cinco anos gloriosos do milagre econômico (1968 a 1973) abriram espaço para grandes questionamentos relacionados aos aspectos sociais da população. Rego e Marques (2006) mencionam que o simples crescimento dos indicadores econômicos no período não se refletiu no aumento do bem-estar da população. Os frutos dos fartos anos foram dispersos e beneficiaram apenas as classes de maior renda, incluindo nesse grupo parte da população de classe média assalariada, como engenheiros, economistas e administradores, entre outros profissionais que forneciam a base técnica necessária para a gestão da economia naquele momento.

A Tabela 01 mostra o tamanho da disparidade da renda entre os estratos da população trabalhadora no período que compreende 1960 a 1980. A apropriação da renda pelos 50% de assalariados mais pobres passou de 17,6% da renda total do país em 1960 para 15,0% em 1970, reduzindo-se ainda mais em 1980. Enquanto isso, no mesmo período, a renda apropriada pelos 10% mais ricos aumentou de 39,7% da renda total em 1969 para 47,8% em 1970. Dentre os ricos, o grupo formado por 1% dos mais ricos do país no período concentrava sob suas mãos 13,8% da renda em 1960, passando para 18,2% em 1980. E, além da concentração da renda nas mãos de poucos, os trabalhadores sofreram a perda do poder aquisitivo dos seus salários, estes corroídos pelos altos índices de inflação, altos índices que assombraram o país por muito tempo.

Tabela 01: Distribuição da renda no Brasil no período de 1960 a 1980

Estratos da população economicamente ativa	% de participação na renda nacional		
	1960	1970	1980
10% mais pobres	1,2	1,1	1,1
50% mais pobres	17,6	15,0	13,4
10% mais ricos	39,7	47,8	45,2
1% mais ricos	13,8	14,8	18,2
Índice de Gini	0,497	0,565	0,590

Fonte: Rego e Marques (2006, p. 128).

Pastore, Zylberstajn e Pagoto (1983) relatam que, de 1970 para 1980, 18% das famílias brasileiras pobres não alteraram sua posição e, portanto, continuaram na pobreza. Dessa forma, é possível dizer, sucintamente, que, da perspectiva social, o período de milagre econômico pode ser interpretado como um intenso crescimento da acumulação do capital decorrente, principalmente, da redução dos salários dos trabalhadores. Esses fatos se alongaram para as décadas seguintes, principalmente na de 1980, a chamada “década perdida”.

As famílias que conseguiram aumentar o nível de vida no período referenciado, elas o fizeram à custa de maior intensificação do trabalho, isto é, seus membros familiares ampliaram a jornada de trabalho ou trabalharam extensas horas extras e utilizaram a mão de obra de crianças. As famílias que compunham e continuaram no exército de extrema pobreza também foram sujeitadas a tais situações, mas não obtiveram igual êxito de mudar sua posição social, fato que pode ser justificado pela baixa remuneração recebida por seus membros. A questão da concentração e distribuição de renda nas décadas de 1960 e 1970 tem sua

discussão ampliada por Hoffmann e Duarte (1972); Hoffmann (1983); Bonelli e Ramos (1993).

É mister destacar que, para o mercado de trabalho, a década de 1970 tem importante significado. Durante essa década observaram-se as mais altas taxas de crescimento que o Brasil pôde alcançar, quando, no final da década, a crise mundial obrigou o país a tomar medidas recessionistas, cujo impacto final recaiu sobre o mercado de trabalho com redução dos salários, com precarização nas condições de trabalho e com aumento dos níveis de desemprego. Esse período é também marcado pela operação e pela consolidação de regras para disciplinar o funcionamento do mercado de trabalho, dentre as quais está o surgimento de políticas de salário mínimo e de reajustes salariais no sentido de controlar o salário real e o FGTS (CHAHAD e LUQUE, 1984).

A partir de 1981, o Brasil mergulhou numa recessão sem precedentes. Nas cidades, a População Economicamente Ativa crescia a taxas superiores em relação ao nível de empregos oferecidos pelo mercado de trabalho. Pode-se dizer que os anos de 1980 caracterizam um dos períodos mais tensos vividos pela sociedade brasileira, período em que, além da inversão da composição da população rural e urbana, a indústria apresentou baixíssimo desempenho. O resultado foi desaceleração na oferta de trabalho e do nível de emprego. Junto a isso, um grande número de pessoas que compunha a força de trabalho foi expulso do setor primário, aumentando abruptamente o número de desempregados (CACCIAMALLI, 1988).

Em opinião de Cardoso (1991), a condição da população em 1980 era pior do que a que vivera a crise de 1930, pois, para esses últimos, pelo menos não lhes faltou o alimento proveniente da produção de subsistência. Diferentemente, a maioria da população de 1980 residia nas cidades e, portanto, não mais produzia os seus produtos básicos, tendo que pagar por todos os bens e serviços de que necessitava.

Brum (1990); Rego e Marques (2006) abordam as várias tentativas que o Brasil fez durante a década de 1980 e as várias políticas salariais criadas para combater a inflação, mas todas falharam. As medidas de caráter recessivo acompanhadas da contração dos salários, adotadas nos primeiros anos da década de 80, fizeram com que a inflação aumentasse ao invés de reduzir, chegando a atingir três dígitos: 100% ao ano no intervalo de 1980 a 1982, saltando para mais de 200% nos três anos seguintes, entre 1980 e 1984. O PIB *per capita* caiu 11%, o emprego declina e os salários sofrem perdas reais entre 20% a 30% no período de 1983 e 1984.

Percebe-se que, em todos os momentos delicados pelo quais passou a economia brasileira no período que precede 1990, a classe trabalhadora foi a mais prejudicada, seja pela

contração dos salários ou pela perda do emprego. Se o processo de desenvolvimento é resultado de transformações estruturais e mudanças na sociedade, é questionável se a acentuação da informalidade no Brasil é fruto do próprio processo de desenvolvimento. A substituição da agricultura tradicional pela moderna, que levou à concentração fundiária, à modernização e à tecnificação do campo são fatores ligados ao crescimento econômico e, por conseguinte, desenvolvimento, mas que se deu apenas para uma parte da população.

A outra parte da população não beneficiada juntou-se aos movimentos de grandes contingentes de trabalhadores do campo para as cidades em busca de uma oportunidade e trabalho. A informalidade foi a saída encontrada para aqueles que não tinham nenhuma qualificação ou que não conseguiam se engajar em alguma atividade por falta de oferta de trabalho. Assim, na década de 1970, o mercado informal, como o desemprego e a pobreza, era considerado como reflexo do período de transição para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, na segunda metade dos anos de 1980, o mercado de trabalho informal passou a assumir uma posição de instrumento de combate à pobreza, uma fonte de ocupação e geração de renda para grande parte da força de trabalho desocupada e pauperizada.

3.2.2 As mudanças na década de 1990 e os efeitos no mercado de trabalho

A década de 1990 iniciou-se com a população brasileira ainda digerindo os reflexos da crise do período anterior e tendo que se adaptar ao advento da nova Constituição Federal de 1988, que, entre as modificações, aumentou a idade mínima para ingresso no trabalho e ressaltou os direitos trabalhistas. Perry et al. (2007) apontaram que, no Brasil, após a reforma constitucional, a quantidade de pessoas que saíram da informalidade e migraram para o setor formal foi reduzida significativamente em comparação àquelas que migraram em sentido contrário, sabendo-se que um dos motivos dessa inversão foi o crescente custo de contratação e de manutenção dos trabalhadores.

O mercado de trabalho nos anos de 1990 apresentou uma elevação sem precedentes históricos no grau de informalidade, consequência do crescimento da proporção de trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, da expansão do setor de serviços e da retração da indústria de transformação (ULYSSEA, 2005). Não obstante, a década de 1990 também foi marcada por mais uma grande mudança estrutural que afetou toda a organização econômica e social do país: a abertura comercial.

Existe toda uma literatura que versa sobre questões pertinentes à globalização, à abertura econômica, à reestruturação do sistema produtivo e às suas consequências sociais para o mercado de trabalho, dentro as quais no centro das discussões está a questão da informalidade. Entre os trabalhos elaborados a respeito, cabe citar: Portugal e Garcia (1996); Najberg e Vieira (1996); Dedecca e Baltar (1997); Moura (1998); Mattoso (1999); Soares, Servo e Arbache (2001); Rego e Marques (2006); Ramos e Ferreira (2006).

Soares, Servo e Arbache (2001), analisando a abertura comercial e mudanças no mercado de trabalho no período 1990/1999, perceberam os impactos negativos do processo como aumento da taxa de desemprego, informalidade. Segundo eles, com a abertura, os trabalhadores qualificados, em especial os que tinham nível superior, foram beneficiados, apresentando diferencial de rendimentos em comparação às pessoas menos escolarizadas, as mais prejudicadas tanto no que se refere às oportunidades de emprego quanto à remuneração.

Neri, Camargo e Reis (2000) salientam que os resultados iniciais desse processo foram perdas numerosas de empregos, principalmente na indústria, aumento da proporção de trabalhadores informais, crescimento do emprego nos setores terciários, particularmente comércio e serviços, mas que não foram suficientes para absorver toda mão de obra expelida da indústria.

Rego e Marques (2006) relatam que a abertura da economia brasileira era defendida desde o início da década de 1980 sob argumento de que o livre comércio poderia proporcionar um desenvolvimento com melhoria nas condições de vida da população, possibilitado pelo crescimento econômico. Entretanto, observa Moura (1998), o processo de globalização levou as empresas nacionais a uma competição desigual com outros países e isso interferiu no nível de emprego da economia, onerando os trabalhadores pela redução na oferta emprego e pelo rebaixamento dos seus salários. O paradoxo da abertura de mercados consiste em que, ao mesmo tempo em que se presenciou um vertiginoso aumento da produtividade, da qualidade e da capacidade competitiva, houve também uma significativa eliminação de postos de trabalho.

A modernização introduzida pela industrialização fez com que os postos de trabalho criados por ela necessitassem de mão de obra qualificada (KON, 1998). Os trabalhadores menos qualificados eram substituídos por novos equipamentos e por indivíduos mais qualificados. As exigências sobre o trabalhador aumentaram tanto em termos de qualificação quanto de habilidades. O indivíduo deveria estar preparado para assumir tarefas variadas, como também em pouco tempo submeter-se a treinamentos e reciclagem. Foi um processo de destruição criadora (menção à teoria do crescimento e desenvolvimento schumpeteriana), que gerou uma enorme movimentação dos trabalhadores entre setores e entre empresas.

Muitos trabalhadores, porém, não conseguiram acompanhar as mudanças do mercado de trabalho, passando a ocupar-se da maneira que era possível. Muitos ficaram desempregados, enquanto outros passaram a desenvolver atividades próprias, aumentando assim, a informalidade.

Ao longo da década de 1990 fez-se clara a subdivisão das relações formais e não formais de trabalho. As informais, do ponto de vista do emprego e da renda, puderam ser percebidas na deterioração das condições gerais do trabalho expressas pelo vagaroso crescimento do emprego e pelo aumento de trabalhadores assalariados por conta própria e sem carteira, como também na significativa redução nos níveis salariais (MOREIRA e COSTA, 1997). Em 1992, segundo Tafner (2006), o percentual de trabalhadores inseridos em trabalhos informais era de 51,9% da força de trabalho do país.

Camargo (2006) relata que, no Brasil, nos sete primeiros anos dos anos 1990, foram eliminados cerca de 2 milhões de empregos formais, tendo sido mais acentuada a queda ocorrida entre 1990 e 1994, quando cerca de 187 mil postos de trabalho foram eliminados. Mattoso (1999) aponta que, ao longo de toda a década, 3,3 milhões de postos de trabalhos formais foram eliminados, sendo que a indústria se destacou com a perda de mais de 1 milhão de trabalhadores.

A situação foi ainda mais agravada com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, que provocou nova interrupção do crescimento econômico. As consequências foram: acentuado aumento da taxa de desemprego aberto⁶, redução do emprego industrial, e principalmente aumento da proporção de trabalhadores informais. Perry et al. (2007) dizem que, no Brasil, durante os períodos de crise, as contratações formais são estancadas e, com isso, para os indivíduos que estão entrando no mercado de trabalho não há outra opção senão as ocupações menos desejadas no mercado informal.

A fim de mostrar o comportamento da informalidade no mercado de trabalho na última década do século 20 e início do século 21, montou-se a Tabela 2 com dados sobre a forma de ocupação dos trabalhadores brasileiros no período de 1992 e 2009. É possível observar que, no início da década de 1990, o índice de trabalhadores informais era muito maior se comparado ao início da década seguinte. Em 1992, de toda a população ocupada, 59,4% eram trabalhadores informais, em que a maioria era trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados. Até 1996 o índice de trabalhadores informais continuou a

⁶ Desemprego Aberto se refere às pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva no período de 30 dias.

crescer, puxado principalmente por essas categorias. Chamam a atenção os anos de 1997 a 1998, cujo índice de trabalhadores informais aumentou significativamente em relação a 1996. O que pode justificar esse aumento repentino é o período de instabilidade econômica pelo qual passou o Brasil em decorrência da crise asiática e da Rússia, que acabou repercutindo negativamente na taxa de desemprego do país.

Como mostram os dados, a participação percentual dos trabalhadores informais foi se reduzindo, mas, se atentar para os números absolutos, percebe-se que a população ocupada vem aumentando e que a quantidade de trabalhadores informais aumenta na mesma proporção, a cada ano. De modo geral, pode-se dizer que metade da força de trabalho brasileira ainda é absorvida pelas atividades informais no mercado de trabalho, sendo um quinto deles os trabalhadores por conta própria.

Tabela 2: Distribuição em número e percentual da População Ocupada do Brasil segundo a posição no trabalho principal para as pessoas com 10 anos ou mais de idade - 1992 a 2009.

Condição na ocupação	Doméstico sem carteira		Conta própria		Produção para o próprio consumo		Construção próprio uso		Trabalhadores não remunerados		Outros trabalhadores não remunerados		Total trabalhadores Informais		Total População Ocupada do Brasil ²	
	Freq.	% ¹	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1992	3.590.573	5,5	14.195.583	21,7	3.366.634	5,1	-	-	6.848.893	10,5	10.868.542	16,6	38.870.225	59,4	65.395.057	
1993	3.808.000	5,7	14.428.099	21,7	3.332.147	5,0	-	-	6.971.532	10,5	11.432.711	17,2	39.972.489	60,1	66.569.395	
1995	4.151.353	6,0	15.719.098	22,6	3.387.946	4,9	-	-	6.981.096	10,0	11.368.189	16,3	41.607.682	60,0	69.620.488	
1996	3.888.652	5,7	15.172.913	22,3	2.893.060	4,3	186.968	0,3	6.197.765	9,1	11.846.521	17,4	40.185.879	54,0	68.012.675	
1997	4.051.490	5,8	15.740.607	22,7	2.982.621	4,3	186.334	0,3	6.230.992	9,0	11.767.069	17,0	40.959.113	59,1	69.326.524	
1998	3.993.250	5,4	16.066.471	23,0	2.978.297	4,3	197.257	0,3	6.121.614	8,8	12.277.969	17,6	41.634.858	59,4	69.956.494	
1999	3.996.557	5,6	16.614.739	23,2	3.206.474	4,5	114.674	0,2	6.677.356	9,3	12.417.693	17,3	43.027.493	60,1	71.676.219	
2001	4.390.586	5,8	16.972.424	22,3	2.903.758	3,8	148.613	0,2	5.625.155	7,4	13.994.972	18,4	44.035.508	57,9	76.098.344	
2002	4.532.956	5,7	17.570.905	22,3	3.124.343	4,0	149.082	0,2	5.805.342	7,4	14.625.114	18,5	45.807.742	58,1	78.958.866	
2003	4.488.757	5,6	17.909.563	22,3	3.352.368	4,2	117.543	0,1	5.664.891	7,1	14.314.014	17,9	45.847.136	57,2	80.163.481	
2004	4.799.296	5,7	18.574.690	22,0	3.387.184	4,0	99.633	0,1	5.883.282	7,0	15.435.870	18,2	48.179.955	57,0	84.596.294	
2005	4.911.143	5,6	18.831.511	21,6	3.894.016	4,5	122.576	0,1	5.913.903	6,8	15.448.900	17,7	49.122.049	56,3	87.089.976	
2006	4.939.477	5,5	18.924.327	21,2	4.041.201	4,5	136.258	0,3	5.401.862	6,0	15.809.908	17,7	49.253.033	55,1	89.318.095	
2007	4.898.317	5,4	19.212.785	21,2	3.891.152	4,3	144.758	0,2	5.310.804	5,8	15.696.585	17,3	49.154.401	54,2	90.786.019	
2008	4.851.523	5,3	18.688.789	20,2	4.054.215	4,4	107.060	0,1	4.587.478	5,0	15.884.494	17,2	48.173.559	52,2	92.394.585	
2009	5.228.221	5,6	18.978.498	20,8	3.780.620	4,1	102.956	0,1	4.298.995	4,6	15.310.982	16,5	47.700.272	51,7	92.689.253	

Fonte: IBGE/PNAD/1992-2009.

Notas:

1. Os percentuais de cada categoria são em relação ao total da população ocupada.
2. A diferença entre a população ocupada e o total de trabalhadores informais confirma os trabalhadores formais.
3. Nos anos de 1994, 2000 não foi realizada a Pnad.

3.3 O Estado do Paraná: aspectos históricos e a relação com a informalidade no mercado de trabalho

O Paraná, segundo Paraná/CODESUL (1975), nas décadas de 1950 e 1960 se configurou com um estado receptor de migrantes, principalmente nas fronteiras em expansão. A partir de 1970, a modernização agrícola e agroindustrial ocorrida no estado propiciou a entrada de novas culturas, como a do trigo e, particularmente, a da soja. As transformações econômicas e sociais no campo se intensificaram e o ritmo frenético da modernização da agricultura se acoplou à intensa utilização de máquinas e de insumos industriais, com conseqüente redução do uso da força de trabalho rural. A concentração fundiária foi uma constante e manter a pequena propriedade tornou-se ainda mais difícil. Dessa forma, viram-se intensos fluxos populacionais migrando para outras regiões, inter- e intraestado, em busca de terra ou de condições de sobrevivência.

Parte da população oriunda do campo se direcionou para outros estados para buscar novas oportunidades nos grandes centros, em particular nas regiões metropolitanas e regiões fronteiriças agrícolas. Outra parte foi para as cidades-polo regionais que, no período, estavam em plena expansão da atividade industrial. Martine (1994) relata que a migração intraestadual acentuou a taxa de urbanização do Paraná. Em 1980 essa taxa era de 59% e passou para 73,35% em 1991.

Na Tabela 3 pode ser visualizado o movimento da população urbana e rural no período compreendido entre 1970 e 2007. Os dados mostram a inversão rural x urbano num curto período de menos de 20 anos. A população habitante da área rural até 1970 era quase o dobro da população moradora da área urbana. Na década seguinte esse número passou a ser menor e, em 1991, caiu para quase três vezes menos que a população urbana. O Paraná entrou para o século XXI com apenas 18% de sua população concentrada na área rural.

Tabela 3: Evolução da população rural e urbana do Paraná e Região Sul do Brasil 1970-2007

Anos	População Urbana		População Rural	
	Paraná	Região Sul	Paraná	Região Sul
1970	2.504.378	7.303.427	4.425.490	9.193.066
1980	4.472.561	11.877.739	3.156.851	7.153.443
1991	6.197.953	16.403.032	2.250.760	5.726.345
2000	7.782.560	20.318.991	1.782.083	4.791.358
2007*	8.732.826	22.614.247	1.551.677	4.119.630

Fonte: IPEA (2001); IBGE/Contagem Populacional 2007. *População urbana estimada.

A Figura 2 representa os dados da Tabela 3. A inclinação das curvas mostra o campo perdendo sua população, ao mesmo passo em que as cidades atraíam essas pessoas.

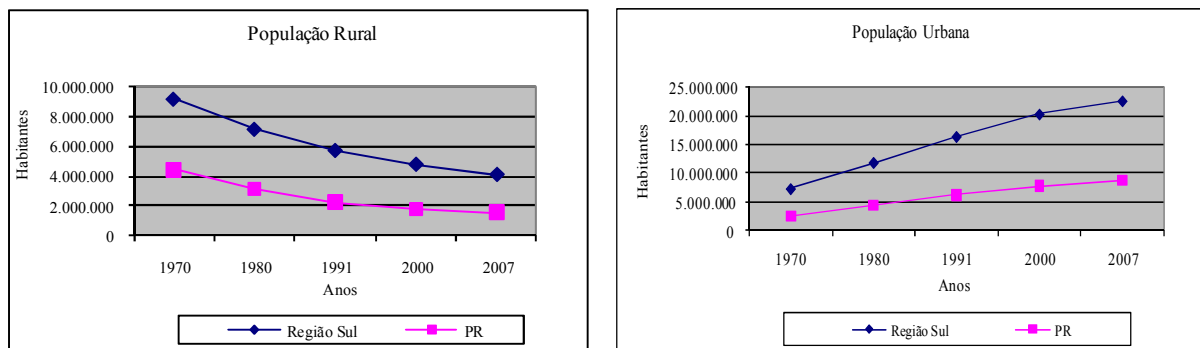


Figura 2: Evolução da população rural e urbana do Paraná e Região Sul⁷ do Brasil 1970-2007. Fonte: IPEA (2001); IBGE/Contagem Populacional 2007.

Refletindo sobre esse cenário, cabe dizer que, muito provavelmente, a migração do meio rural para o urbano foi acompanhada do deslocamento do trabalho infantil na mesma direção. Os pais, que migravam com suas crianças, carregavam consigo a cultura do trabalho infantil que sempre fora desempenhado no campo. E, certamente, ao precisar complementar a renda para o sustento familiar, não relutavam em impor aos infantes o trabalho.

Ainda no contexto de alterações socioeconômicas, Lira e Sampaio (2005) relatam que o Paraná, durante a década de 1990, aumentou o parque industrial, especialmente com a implantação da indústria automotiva na Região Metropolitana de Curitiba, uma forte atração de fluxos populacionais, mas os postos de trabalhos criados não foram suficientes para suprir o aumento da procura por empregos e, quando as empresas contrataram, optaram por uma mão de obra com mais anos de estudo, tradicionalmente mais qualificada. Esses autores, analisando a questão do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba, apontaram que os trabalhadores que, em seu último trabalho o exerceram com carteira registrada, em geral ficavam na condição de desempregado por menos tempo, comparados àqueles que

⁷ Estudo do IPEA (2001) sobre a Região Sul verificou que, no período entre 1970 e 1980, a população se dividia, nos maiores centros, em cidades com mais de duzentos mil habitantes. Já nos anos de 1980 a 1991 houve uma redução de 16,6% no crescimento populacional dessas cidades, enquanto as regiões menores se tornaram atraentes para essa população. Os grandes centros deixam de ocupar a principal opção de migração para a população, muito provavelmente pelo esgotamento das atividades que não mais absorviam toda a mão de obra disponível, isso aliado às difíceis e onerosas condições de sobrevivência nesses centros, fazendo com que a população rumasse para outras cidades que cresciam economicamente, principalmente as de pequeno porte.

trabalharam em condição informal, em que o tempo como desempregado chegava a ser o dobro.

Bengozi e Pontili (2005), verificando o perfil socioeconômico dos trabalhadores inseridos no setor informal paranaense, mostraram que, no ano de 2001, 41,56% de toda mão de obra disponível no estado estava inserida no mercado de trabalho informal. Desse total, 84,91% tinha ingressado há menos de 5 anos nessa condição, não contribuía para previdência social, era de cor ou raça branca e apresentava um nível baixo de escolaridade.

Em trabalho posterior, Pontili, Bengozi e Lopes (2007) investigaram o trabalho informal no Paraná, utilizando-se de dados do Censo Demográfico/2000. O estudo compara a Mesorregião Sudeste Paranaense com a Região Metropolitana de Curitiba. Dentre os resultados, tem-se que a Mesorregião Sudeste, essencialmente agrícola, tem a maior parte de sua mão de obra na informalidade, pois são 66%, concentrados principalmente em atividades ligadas à agricultura familiar. Na urbanizada região Metropolitana de Curitiba, a participação percentual dos trabalhadores informais soma 45,66% da mão de obra. A maioria dos trabalhadores informais nessa localidade está no setor de serviços.

Staduto, Poner e Schio (2010) investigaram a evolução do mercado de trabalho informal do Estado do Paraná no período 1992 a 2005. A análise dividiu o estado em duas regiões: Metropolitana (RM) e Não Metropolitana (RNM). Os resultados da pesquisa demonstram que, nas Regiões Não Metropolitanas paranaenses, o grau de informalidade se reduziu consistentemente, devido à extinção de postos de trabalho ligados ao setor agropecuário e à expansão da formalização do setor de serviços. O setor de construção civil se destacou pelo avanço da informalidade.

Os autores acima revelam, ainda, que a participação feminina na informalidade no Paraná cresceu, enquanto que a dos homens se estabilizou. Os setores mais importantes no comportamento do grau de informalidade no estado foram os da indústria, serviços e agricultura, mas tiveram papéis diferenciados para cada uma das regiões examinadas. Na RM, com a reestruturação produtiva da indústria, várias atividades foram passadas para o setor de serviços, sendo que muitas delas inicialmente eram informais e se regularizaram posteriormente. Nesta, o setor agropecuário não era expressivo, mas o fechamento dos postos de trabalhos no setor foi importante para a redução do número de trabalhadores informais e consequente redução no grau de informalidade. Na RNM, a indústria predominante ainda é a tradicional, intensiva em mão de obra. O crescimento dessa indústria acarretou a expansão da informalidade em muitas partes dessas regiões.

Nesse sentido, a fim de verificar a evolução do grau de informalidade no Paraná nas duas últimas décadas, a Tabela 4 dispõe sobre o número de trabalhadores informais no estado no período compreendido entre 1992 a 2009. Observa-se que, no período analisado, a quantidade de pessoas no mercado de trabalho aumentou a cada ano. Na mesma direção, aumentou o número de trabalhadores formais. De acordo com os números, pode-se dizer que o índice de trabalho informal no Paraná no início da década de 1990 era altíssimo, pois mais da metade da população trabalhadora era informal, atingindo percentual de 61% em 1992. A partir de 1995 observa-se uma pequena queda nesse percentual, que continuou a cair até alcançar, em 2008, o patamar de 46,9% da população ocupada.

O percentual de trabalhadores informais foi maior do que os percentuais de formais em todos os anos analisados até 2006. O que significa que, das pessoas que entraram para o mercado de trabalho ou que perderam seus empregos formais, muitas se inseriram na informalidade. Mesmo apresentando significativa redução ao longo do período selecionado, a parcela da força de trabalho paranaense na informalidade é significativamente elevada. A categoria que mais concentra trabalhadores informais é a formada pelos conta própria, seguida dos trabalhadores não remunerados e outros trabalhadores sem carteira assinada, na qual se enquadram, por exemplo, os estagiários e assistentes que não recebem nenhuma remuneração pelo préstimo de seus serviços.

Tabela 4: Distribuição em número e percentual da População Ocupada do Paraná segundo a posição no trabalho principal para as pessoas com 10 anos ou mais de idade - 1992 a 2009.

Condição na ocupação	Doméstico sem carteira		Conta própria		Produção para o próprio consumo		Construção próprio uso		Trabalhadores não remunerados		Outros trabalhadores não remunerados		Total trabalhadores Informais		Total População Ocupada do PR	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1992	238.061	5,7	830.932	20,1	213.877	5,2	-	-	635.533	15,3	629.853	15,2	2.548.256	61,5	4.142.728	
1993	259.135	6,2	835.210	20,0	210.141	5,0	-	-	606.910	14,5	661.973	15,9	2.573.369	61,6	4.171.928	
1995	270.242	6,2	856.406	19,6	225.518	5,2	-	-	600.020	13,7	682.132	15,6	2.634.318	60,3	4.364.563	
1996	248.975	5,9	904.179	21,4	156.376	3,7	9.430	0,2	527.041	12,4	660.098	15,6	2.506.099	59,2	4.234.083	
1997	272.737	6,3	904.797	21,0	147.166	3,4	9.469	0,2	511.427	11,9	635.774	14,7	2.481.370	57,5	4.314.101	
1998	267.040	6,1	900.659	20,4	207.367	4,7	20.073	0,5	453.793	10,3	717.789	16,3	2.566.721	58,3	4.406.079	
1999	267.475	6,0	955.031	21,5	185.657	4,2	12.402	0,3	495.598	11,2	684.607	15,4	2.600.770	52,6	4.436.879	
2001	249.867	5,3	1.024.679	21,5	237.351	5,0	12.647	0,3	440.239	9,3	729.644	15,3	2.681.780	56,4	4.758.450	
2002	289.658	5,8	1.032.280	20,7	237.863	4,8	13.215	0,3	412.449	8,3	765.864	15,4	2.751.329	55,3	4.982.612	
2003	292.465	5,8	1.042.042	20,7	267.671	5,3	6.757	0,1	419.446	8,3	726.192	14,4	2.754.573	54,6	5.042.958	
2004	290.475	5,5	1.040.177	19,8	220.529	4,2	9.658	0,2	399.850	7,6	826.521	15,7	2.787.210	53,0	5.250.160	
2005	272.506	5,2	1.064.205	20,3	291.246	5,6	8.747	0,2	345.171	6,6	747.991	14,3	2.729.866	52,2	5.246.954	
2006	281.360	5,2	1.092.335	20,2	282.765	5,2	9.154	0,2	364.144	6,7	749.190	13,9	2.778.948	51,4	5.406.998	
2007	288.719	5,2	1.110.037	20,0	223.154	4,0	12.391	0,2	334.114	6,0	784.478	14,1	2.752.893	49,5	5.550.958	
2008	280.430	5,0	1.004.104	18,0	241.836	4,3	4.216	0,1	279.529	5,0	810.663	14,5	2.620.778	46,9	5.574.488	
2009	307.431	5,5	1.051.653	18,9	188.616	3,4	6.674	0,1	260.261	4,7	785.147	14,1	2.599.782	46,7	5.565.576	

Fonte: IBGE/PNAD/1992-2009.

Notas:

1. Os percentuais de cada categoria são em relação ao total da população ocupada.
2. A diferença entre a população ocupada e o total de trabalhadores informais conforma os trabalhadores formais do Paraná.
3. Nos anos de 1994, 2000 não foi realizada a Pnad.

Quanto às características dos trabalhadores informais, Cacciamalli (1982) aponta que na informalidade estão, principalmente, trabalhadores não qualificados, indivíduos que não conseguem postos de trabalho como assalariados com carteira assinada. Também absorve a parcela de trabalhadores que não fazem parte do trabalho formal em função de idade, sexo, força física, habilidade, entre outros fatores. De comum senso na literatura sobre a informalidade, como a abordada em Ulyssea (2005), a educação e a resultante qualificação se tornam as condições necessárias para a não inclusão ou para a saída da condição de informal no mercado de trabalho.

Dentre os estudos consultados sobre a informalidade no Brasil e no Paraná, não se observou, porém, nenhum que incluísse os obstáculos que o trabalhador teve durante o seu período de formação física e intelectual que o impediram de estudar e de se qualificar. Um dos obstáculos que dificulta a inserção, frequência ou aproveitamento escolar é o trabalho infantil, como apontado por vários pesquisadores, entre eles Antuniassi (1983); Basu e Tzannatos (2003); Kassouf (2000, 2002). Especificamente para o Estado do Paraná, a relação negativa entre trabalho infantil e educação, e como isso afeta o trabalhador na vida adulta, foi demonstrada no trabalho de Souza (2007).

Nesse sentido, esta pesquisa elegeu como fator principal, dentre os que podem estar relacionados à baixa ou à falta de qualificação do indivíduo, o trabalho na infância e ou na adolescência, para verificar se tal ocorrência impactou na condição de ocupação dos trabalhadores paranaenses no mercado de trabalho, predispondo-os à informalidade. Uma discussão ampliada acerca da problemática do trabalho infantil na sociedade brasileira se dá no próximo capítulo.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Neste capítulo, lança-se um olhar sobre a presença do trabalho infantil na sociedade brasileira. O primeiro tópico faz um breve relato do contexto histórico no qual está inserido o trabalho de crianças e de adolescentes. Em seguida são apresentados os programas e a legislação existentes, de caráter nacional e internacional, que objetivam combater e erradicar o trabalho infantil. Por fim, um breve relato sobre o trabalho de crianças e de adolescentes no Estado do Paraná.

4.1 Argumentação teórica sobre o trabalho de crianças e de adolescentes

Crianças e adolescentes estão espalhados por toda parte. Seja nas camadas sociais ricas ou nas mais baixas, elas caracterizam a melhor fase da existência humana, como também o período em que mais se exigem cuidados e proteção. São as crianças que darão continuidade às gerações e manterão o sistema econômico funcionando num futuro não muito distante do seu presente. Diante dessa condição é que se discute o quão importante é a preservação da infância, bem como para esta etapa da vida devem ser realizados os maiores dispêndios para seu desenvolvimento

A criança deveria pertencer a um mundo em que os seus direitos pudessem ser reconhecidos e defendidos por toda a sociedade. Todavia, o meio social propício para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, descrito por organizações como UNICEF, é bem diferente daquele no qual muitos deles estão inseridos. Priore (2004) enfatiza que, no mundo real, muitas crianças e muitos adolescentes, diariamente, sofrem diferentes barbáries e violação dos seus direitos. São comuns os abusos sexuais, o uso e o tráfico de drogas e, desde muito cedo, o engajamento no mercado de trabalho.

O trabalho infantil é um problema social crônico que aflige a humanidade desde o seu princípio e está intimamente ligado à condição econômica. O problema ganhou espaço e se configurou como a cruel exploração da mão de obra de crianças e de adolescentes, principalmente a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. Antes, porém, nas oficinas domésticas, o trabalho infantojuvenil já acontecia regularmente. Todavia, por se tratar de um sistema familiar, dizia-se que a inserção da criança no trabalho era feita de forma agradável e

de acordo com a sua idade e capacidade. Apenas nos períodos de maiores dificuldades os pais exigiam mais dos filhos. Com o surgimento das fábricas, o sistema de economia familiar foi imediatamente rompido e as famílias foram obrigadas a aceitar as regras do novo sistema, em que as máquinas determinavam as condições, a disciplina, os horários e a velocidade da jornada de trabalho (HOBDBAWN, 1979).

Durante o período de Revolução Industrial, com a expansão da atividade industrial, houve uma grande oferta de emprego nas fábricas. Famílias inteiras que estavam desempregadas ou em situação precária se direcionaram rumo às empresas em busca de oportunidade de trabalho ou mesmo de melhoria na condição de vida (ARRUDA, 1998). A exploração do trabalho era desumana no que diz respeito às condições de trabalho e aos míseros salários pagos. Em muitos casos, o trabalho de apenas uma pessoa não era suficiente para suprir a necessidade da família. Muitas famílias viviam em situações tão miseráveis que se obrigavam a inserir as crianças no trabalho para complementar a renda familiar, e inserção era feita sob as mesmas condições rígidas e penosas aplicados aos adultos. Ao serem inseridas nas fábricas, essas crianças tinham comprometido o seu desenvolvimento físico e mental futuro, assim se tornando seres franzinas e frágeis.

A injustiça e a exploração do trabalho humano acentuaram-se com a industrialização, e os grandes industriais não hesitaram em utilizar todos os meios possíveis para aumentar os lucros. Um desses meios, como relata Iannone (1992); Piletti e Piletti (1997), foi a contratação de crianças com baixos salários, já que para a criança podia-se pagar uma quantia ainda menor àquela paga aos trabalhadores adultos. Cotrim (1996) destaca que a remuneração pela mão de obra era tão pequena que mal dava para garantir a alimentação básica de uma única pessoa. As crianças viviam na miséria resultante dos salários de fome, em fábricas com péssimas instalações e contrárias a todas as normas de higiene e de saúde existentes.

Além disso, os ditos avanços tecnológicos possibilitaram a substituição da mão de obra adulta pela infantil, principalmente por exigir o uso de menor força física. Esses avanços reduziram o número de trabalhadores adultos e não exigiam muito conhecimento dos empregados. Dentre os inúmeros problemas ocasionados, o maior deles foi o desemprego, provocado pela substituição da força de trabalho adulta, o excesso de produção e pela concorrência com o trabalho de mulheres e crianças preferido por ser mais barato (ARRUDA, 1986). Quanto às condições de trabalho,

[...] nas fábricas antigas e pequenas o ambiente é de sujeira, pouca ventilação, falta de banheiros e vestiários, ausência de exaustores para a poeira. Alguns tetos são tão baixos que se torna difícil permanecer em pé. Nessas fábricas existem crianças

trabalhando o mesmo número de horas que os adultos. Os efeitos provocados são: deformação permanente da constituição física, aquisição de doenças incuráveis (COTRIM, 1996, p. 261).

A mão de obra infantil passou a ser requisitada e preferida pelos empresários, que observaram que as crianças, além de receberem salários menores, eram mais obedientes, de fácil controle e adaptação ao novo sistema. Marx (1996) percebeu que as crianças, uma vez inseridas numa tarefa, empregavam impetuosamente suas forças, enquanto o adulto procurava poupar-se de trabalhar tanto o quanto podia.

Como as fiações não necessitavam de grandes esforços musculares, a estatura dos infantes e a finura de seus dedos faziam delas os melhores auxiliares nas máquinas. No relato de Cáceres e Pedro (1976) consta que as crianças eram utilizadas para fazerem serviços que para um adulto seria muito difícil, como desenrolar os fios que se enroscavam no meio das máquinas ou emendar os que se rompiam. Para os autores, dentre todos os riscos que corriam essas crianças, estava o de estarem sujeitas a perderem membros de seu corpo, além de outros danos físicos e psicológicos. Trabalhavam até quinze horas por dia, o que era considerado normal e, lamentavelmente, tinham entre 6 a 14 anos e todas vulneráveis ante as péssimas condições, sem nenhuma assistência ou regulamentação para controlar o exercício do trabalho.

Um dos grupos que mais sofria com as condições de trabalho era o das crianças consideradas aprendizes das paróquias. As crianças abandonadas eram negociadas pelas paróquias e encaminhadas às fábricas. Para Marx (1996), esses aprendizes se tornavam verdadeiros escravos, pois ficavam trancados nas fábricas, onde passavam a morar. Ninguém podia vê-los e defendê-los, sequer tinham salários, pois recebiam apenas alimentos e moradia. Além disso, o trabalho só terminava quando suas forças se esgotavam, resultando numa jornada de trabalho de até 18 horas por dia. Há registros de indústrias que tratavam as crianças com brutalidade, usavam chicotes para acordá-las, forçá-las a continuarem trabalhando ou até mesmo para corrigi-las. Havia casos em que os patrões ou responsáveis tratavam-nas a socos e pontapés. Pois,

O costume era o mestre [...] vesti-los, alimentá-los e alojá-los na casa de aprendizes junto à fábrica. Foram designados supervisores para lhes vigiar o trabalho. Era interesse desses feitores de escravos fazerem as crianças trabalhar o máximo possível, pois sua remuneração era proporcional à quantidade de trabalho que delas podiam extrair. A consequência natural disso era a crueldade... Em muitos distritos industriais, especialmente Lancashire, empregavam-se torturas de dilacerar o coração, contra essas crianças inofensivas e desamparadas, consignadas ao dono da fábrica. Esgotadas por excesso de trabalho até à morte [...] eram açoitadas, postas a ferro e torturadas com esquisitos requintes de perversidade; em muitos casos

ficavam à mingua de alimentos até aparecerem os ossos, sendo obrigadas a trabalhar a chicote... (MARX, 1996, p. 876).

Nesse contexto, as crianças aprendizes saíam das fábricas corrompidas e ignorantes, uma vez que não recebiam nenhum tipo de instrução, educação e não sabiam fazer outra coisa senão aquelas rotinas exercidas durante anos nas fábricas. Sabiam apenas manejar as máquinas, o que as condenava a permanecerem dentro dos estabelecimentos fabris, porque fora deles não teriam oportunidades e não sobreviveriam.

Rebelando-se contra os maus tratos e as condições de labor, com o passar dos tempos, os operários começaram a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e, principalmente, a redução da jornada. Em 1802 os aprendizes ficaram limitados a trabalharem 12 horas e meia por dia e isentos da jornada noturna. Em 1819, nas fábricas de algodão, foi proibido o emprego de menores de 9 anos. Assim, sucessivas mudanças foram acontecendo, até que, em 1842, ficou proibido o trabalho de crianças com menos de 10 anos nas minas de carvão (IANNONE, 1992; ARRUDA, 1998).

No Brasil, as raízes do trabalho infantil são antigas. Aliás, estão fixadas na história da colonização do país. Segundo os registros da época apontados por Ramos (2004), nas embarcações marítimas que rumavam para o novo território, em muitas delas, os portugueses optaram em substituir a escassa mão de obra adulta por crianças. O argumento utilizado, para tamanha barbaridade, era de que as crianças, que em geral tinham menos que 12 anos de idade, estavam embarcando para aprender uma profissão.

Nas embarcações era imposta às crianças a realização das tarefas que, em outra condição, seriam realizadas por homens adultos. Como pagamento, essas crianças recebiam menos que a metade que o adulto e, na hierarquia, eram considerados os menos importantes (RAMOS, 2004). Além dos maus tratos, da má alimentação, das péssimas condições de alojamento, de saúde e de saneamento, e dos abusos sexuais, era corriqueiro as crianças serem encarregadas dos trabalhos mais pesados e perigosos, e muitas perderam a vida nessa atividade. Venancio (2004) relata que o trabalho infantil foi muito valorizado nas embarcações marítimas, sendo que, nos séculos XVI e XVII, pelo menos 10% da tripulação era constituída por meninos com menos de 15 anos. A preferência aliava-se ao fato de eles comerem menos, ocuparem menos espaços e ainda substituírem os adultos em muitas atividades.

Em terra, os colonizadores portugueses interessados na extração do pau-brasil e na construção das primeiras vilas, levaram ao trabalho os adultos indígenas, e também suas crianças. Em decorrência da colonização, o trabalho das crianças deixou de ser o momento em

que os adultos lhes ensinavam todos os aspectos de vida, tanto práticos como simbólicos, pois antes da colonização, saber fazer, saber viver, participar e conviver era parte do estar junto no ato da caça, da construção, da sementeira, e, portanto, parte essencial do processo de inclusão da criança no mundo produtivo e simbólico dos adultos. Os colonizadores, através do trabalho, impuseram novas condições para os nativos, que, insatisfeitos com os pequenos presentes que recebiam em troca do seu esforço, e cansados, começaram a abandonar os locais de trabalho. Em resposta, sofreram com mecanismos de vigilância, de repreensão e de apreensão independentemente da idade (OIT, 2003).

Nesse cenário de servidão, constitui-se no Brasil uma nova figura do trabalho explorado: o negro escravo. Registros históricos revelam que, dos aproximadamente 3 milhões de negros trazidos como escravos para o Brasil, durante o período que vai de 1550 a 1850, muitos eram crianças e adolescentes: “Em um relato de 1843, referente aos desembarques no Rio de Janeiro, cerca de três quartos dos africanos recém chegados na região eram homens, e cerca de dois terços desse lote tinha entre 10 e 20 anos” (OIT, 2003, p. 35).

As crianças negras-escravas que chegavam vivas ao Brasil, ou que nasciam depois, eram adestradas ao mundo do trabalho. Aos 12 anos o indivíduo já era considerado um homem e recebia uma função. Entre os quatro e onze anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho. Aos quatorze anos um escravo exercia atividades de um escravo adulto (GÓES; FLORENTINO, 2004). Dessa forma, pode-se considerar que descendentes de índios, de negros e de mestiços configuraram o contingente de crianças e de adolescentes que vieram a ocupar muitos postos de trabalho no final do século XIX e no começo do século XX.

Após a abolição do sistema escravista, muitas crianças e os adolescentes moradores das antigas senzalas continuaram a trabalhar nas fazendas. E muitos, mesmo após terem já se passado mais de cem anos da abolição, convivem em condições semelhantes de exploração da sua mão de obra. O estudo de Priore (2004) reconhece que pequenos indivíduos ainda vivem privados do mínimo de bem-estar e das condições básicas para a sobrevivência. É o caso, por exemplo, de crianças que trabalham nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste, principalmente em Pernambuco.

Não se ignora que o trabalho infantil está vinculado às transformações ocorridas na sociedade brasileira. O esforço modernizador da nascente burguesia brasileira para montar no país uma economia que apresentasse as características das economias europeias incluiu, também, as negligências dos modelos importados. Na visão da OIT (2006b), a história da industrialização do Brasil foi feita, em parte, com o esforço de milhões de pequenos operários.

Em São Paulo, na última década do século XIX, 15% dos empregados nos estabelecimentos industriais eram crianças e adolescentes.

Em 1910, esse contingente cresceu 100% e, em 1920, 40% da mão de obra do setor têxtil era constituída por crianças (OIT, 2004). Segundo Priore (2004), essas crianças trabalhadoras eram desprovidas de proteção e de educação e trabalhavam cerca de 11 horas diárias nas máquinas de tecelagem, tendo poucos minutos para alimentação e descanso, o que não passava de 20 minutos.

Ademais, a implantação da indústria em São Paulo e sua posterior expansão não só absorveu a classe operária pobre nacional, como também se transformou em esperança para migrantes no final do século XIX. As crianças filhos de imigrantes recém-chegados ao país eram empregadas nas fábricas e oficinas de São Paulo, retratando a pobreza da sua família, cuja precária sobrevivência dependia do complemento da renda dos filhos. As crianças migrantes foram somadas às nacionais já existentes, constituindo um imenso contingente de operários destinados ao serviço das fábricas e das oficinas. Comuns eram os anúncios de estabelecimentos industriais que solicitavam a mão de obra infantojuvenil para ingressarem, principalmente, no setor têxtil em expansão no momento (MOURA, 2004).

A falta de proteção estatal e de profissionalização agravou a situação dessas crianças brasileiras. As primeiras instituições públicas criadas no Brasil para menores⁸ foram as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, instituídas a partir de 1840. Elas recrutavam as crianças enjeitadas nas casas dos expostos⁹, menores delinquentes e enviados espontaneamente pelos pais. A todas essas crianças restava apenas a esperança de aprender uma profissão. Para ir para as Casas de Aprendizes as crianças deviam ter mais de 7 anos e menos de 17 anos. Na época, essa instituição era uma das poucas alternativas de aprendizado profissional para a criança pobre, motivo pelo qual a grande maioria era iniciada pelos pais ou tutores. Estavam, contudo, sujeitos a má alimentação, a agressões físicas e à falta de moral dos companheiros e dos seus superiores (VENANCIO, 2004).

Nessas circunstâncias, o envolvimento de menores com crimes se tornou cada vez maior, ao ponto de as autoridades, no início do século XX, defenderem o benefício do trabalho das crianças e adolescentes no campo, onde a criminalidade era relativamente muito

⁸ Menor foi a nomenclatura amplamente utilizada até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, para caracterizar e designar a criança/jovem oriundo da classe trabalhadora e vivendo sob a condição de pobreza.

⁹ Casa dos Expostos foram instituições criadas ao lado das Santas Casas no período colonial e imperial. Essas casas recebiam e mantinham meninas e meninos órfãos, abandonados, enjeitados pobres até que completassem 7 anos de idade. A partir dessa idade eram encaminhados ao trabalho nos arsenais ou nos navios mercantis (VENANCIO, 2004).

menor. Em São Paulo, facilmente o menor era inserido em atividades produtivas e, também, facilmente se iniciava em atividades ilegais, como o roubo e a prostituição. A delinquência infantil assustou a sociedade que passou a não ver a educação como a solução para o problema, mas, a fábrica, considerando o trabalho uma solução eficaz e rentável para o problema. Os jovens delinquentes presos eram integrados pelas instituições ao trabalho agrícola, visando sua regeneração (SANTOS, 2004).

Passeti (2004) assinala que a chegada dos imigrantes nos grandes centros urbanos acabou por agravar o problema da pobreza e do abandono de crianças, mas os movimentos migratórios foram imprescindíveis para mostrar o descaso por parte do Estado com relação aos direitos dos trabalhadores e de seus filhos. Segundo o autor, o ano de 1917 foi marcado pela eclosão de uma greve geral que paralisou os setores industriais, comerciais e de transporte de São Paulo. A exploração do trabalho infantil norteou a manifestação e ganhou repercussão. As denúncias e a revolta da classe trabalhadora repousavam sobre o desrespeito e o não cumprimento de leis anteriormente aprovadas a favor da classe trabalhadora e sobre as péssimas condições de trabalho penosas para os adultos e, maiormente, para as crianças exploradas.

A partir das primeiras décadas do século XX, num momento de pleno desenvolvimento da industrialização brasileira, a discussão sobre trabalho infantil ganhou as colunas e os olhos da imprensa. Na publicação de um típico jornal anarquista da época, *A Plebe*, citado por Passeti (2004), percebe-se a gravidade a que chegara a situação, motivando os manifestos e as discussões. A publicação arguia que o trabalho dos menores era um dos crimes mais monstruosos e desumanos praticado pela burguesia.

Moura (2004) trata dos constantes perigos a que as crianças operárias eram sujeitadas cotidianamente nas fábricas e nas oficinas. Os acidentes com as crianças eram comuns, dada a execução de funções inadequadas para a idade dos infantes. Os castigos e as repreensões eram executados com frequência sob a justificativa de correção ou de doutrinação dos pequenos. As brincadeiras eram os principais motivos para emprego de tais métodos, pois, em função da pouca idade, faltava-lhes compreensão do regime laboral que lhes era imposto. Se, por um lado, brincar se tornara motivo para violência, por outro,

As brincadeiras provavelmente quebravam a rotina esmagadora dos dias tão longos passados entre os muros dos estabelecimentos industriais, aliviavam a tensão que permeava a situação de trabalho, e resgatavam minimamente o direito à infância e à adolescência, tão negado a esses trabalhadores a partir do ingresso no mundo do trabalho (MOURA, 2004, p. 270).

Enquanto a ascensão em número e tamanho das unidades fabris expressava o progresso industrial brasileiro, no interior das fábricas a situação era desumana. Autores como Moura (2004); Rizzini (2004) relatam que as máquinas e os operários eram amontoados em espaços insuficientes, com pouca iluminação e pouca ventilação, isso aliado à falta de equipamentos de segurança. Nesse ambientes estavam também os pequeninos operários submetidos a essas condições, sendo considerados como adultos. Além disso, o trabalho não era prejudicial somente às crianças e aos adolescentes. Outros aspectos negativos estavam ligados a ele, como é o caso do achatamento do salário do trabalhador adulto masculino e da exploração da mão de obra feminina. Esta última era duplamente penalizada, pois sofria discriminação salarial por sexo e pela idade, ou seja, as meninas estavam em posição ainda mais precária que os meninos.

Até a metade dos anos 20 do século 20, a caridade e os cuidados com os infantes e os jovens, abandonados pelas famílias pobres, eram exercidos, principalmente, por instituições religiosas. A partir de então, o Estado chamou a obrigação para si, porque foi exigido a dar uma resposta à situação dos menores. Políticas começaram a ser pensadas e o marco histórico deu-se com a criação do primeiro Código de Menores em 1927, o qual proibia o trabalho a menor de quatorze anos. Entretanto, os decretos e as leis brasileiras de regulamentação ao trabalho infantil foram inicialmente estabelecidos em meio a um sistema de fiscalização inoperante e ineficiente, não eram claras e sem um rígido controle, permitindo aos interessados na exploração do trabalho infantojuvenil sempre acharem brechas para burlá-las.

Na medida em que a economia do país se diversificou, abriram-se outros espaços para o trabalho de crianças. Pode-se dizer que, no período que antecede os anos 1980, a sociedade e o Estado brasileiro conviveram de uma forma bastante pacífica e silenciosa com o quadro do trabalho infantil. A fiscalização do Ministério do Trabalho era tímida e inexpressiva diante do problema. Os sindicatos estavam ocupados pelas lutas corporativas. As organizações não governamentais voltadas para o atendimento da população infantojuvenil preocupavam-se com ações típicas de atendimento direto, evitando enveredar-se pela discussão de questões políticas e sociais de maior envergadura (OIT, 2003).

As crianças participaram, sob duras condições, da produção da riqueza nacional, mas não participaram da distribuição dessa riqueza. Talvez esse tenha sido o pior momento da história das crianças e dos adolescentes do país, diante da intensidade e do aumento da violação de seus direitos. A dinâmica do trabalho infantil evolui paulatinamente ao longo da segunda metade do século 20, até o momento em que a presença e a quantidade de meninos e

de meninas vivendo em situações alarmantes de miséria e atraso surpreende não somente aos próprios brasileiros, mas ao mundo como um todo (OIT, 2003; 2006b).

A partir de então, o emprego de crianças como trabalhadores ganhou o foco constante nas discussões entre pesquisadores de diversas áreas de estudo, das organizações nacionais e internacionais, dos políticos e da sociedade em geral. A percepção em torno dos efeitos perversos do trabalho infantil se desenvolveu na comunidade internacional, através de pesquisas e de campanhas de órgãos como a UNICEF e a OIT, que comprovam seu impacto negativo na vida adulta da criança e no próprio desenvolvimento econômico do país.

Dentre os pesquisadores envolvidos em estudos sobre o assunto, Antuniassi (1983) pesquisou a relação entre o trabalho infantil e a escolarização no meio rural do estado de São Paulo. O objetivo do estudo foi analisar a importância e o significado da participação das crianças na força de trabalho no setor agrícola. Utilizando-se de dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Secretaria de Agricultura de São Paulo, levantados entre 1970-1975, a autora concluiu que havia um grande contingente de trabalhadores mirins e a maior proporção deles não era remunerada. Observou que, ao associar o trabalho e o sucesso escolar, este reagia negativamente. Em geral, as crianças que trabalhavam se encontravam atrasadas na relação idade e série que estavam cursando, uma vez que estavam mais propensas à repetência que os demais.

Embora não afirme que a escolaridade básica poderia contornar os problemas da incorporação na força de trabalho, aponta, que diante da ideologia dominante, em que a educação escolar opera como parâmetro para a distribuição de renda, esses trabalhadores que ingressaram precocemente na força de trabalho e tiveram a escolarização prejudicada formam um contingente de trabalhadores sobre o qual a exploração capitalista se exerce mais intensamente (ANTUNIASSI, 1983).

Rizzini (2004), ao analisar as condições dos trabalhadores mirins no Brasil na segunda metade da década de 1990, apresenta o emprego e as condições deles em diferentes localidades brasileiras. Em Pernambuco, na região da Zona da Mata, crianças desnutridas, infestadas de vermes, trabalham nos canaviais a partir dos 7 anos de idade. Na Bahia, crianças com até 3 anos de idade estavam inseridas no cultivo e industrialização do sisal, importante produto de exportação brasileira. Situação semelhante se encontrava na colheita de laranja no interior de São Paulo. No Norte Fluminense meninas complementam o trabalho dos pais polinizando flores de maracujá.

O Rio Grande do Sul é grande produtor de fumo, produção essa realizada com o trabalho de muitas crianças e de muitos adolescentes filhos dos pequenos agricultores. Assim

também ocorria em Alagoas, outro polo de produção de fumo. Na Paraíba, meninos e meninas de 5 a 14 anos trabalham nas barulhentas fábricas de redes. Em São Paulo, lá estão elas trabalhando clandestinamente em fábricas de plásticos e de vidros. Assim também ocorria no garimpo em Roraima, na produção de brita em Pernambuco ou na silvicultura e na agricultura no Paraná. Em todas as grandes regiões brasileiras, o trabalho infantil é expressivo, além de que a maioria das atividades era desempenhada em péssimas condições de trabalho, locais perigosos, manuseando ferramentas cortantes, com exposição a agrotóxicos, pondo em risco a vida.

Os motivos pelos quais as crianças são incorporadas ao mercado de trabalho variam e vão desde a pobreza, que é a principal causa, até a cultura e a tradição socioeconômica de um país. Rizzini (2004) realizou importante descrição de alguns aspectos que levam à inserção no trabalho e à contratação da mão de obra infantojuvenil no Brasil. Para ela, na perspectiva dos empresários, a contratação de crianças é preferível porque são facilmente exploradas, trabalham a troco de baixos salários, são obedientes, não usufruem de qualquer proteção ou benefícios, não possuem capacidade organizacional e reivindicatória. Isso as torna trabalhadores com muitos deveres e nenhum direito, pois até o direito de ter a sua infância protegida é usado como artifício para o emprego informal e, no caso específico da mão de obra infantojuvenil, ilegal.

Na perspectiva das famílias, o trabalho é uma alternativa benéfica contra a ociosidade nas ruas, contra as drogas e contra a marginalidade. Entendem as famílias que o trabalho, ao ser iniciado precocemente, adianta o aprendizado que envolve responsabilidade, disciplina e socialização. Esse pensamento não leva em conta, porém, os impactos negativos em todos os aspectos de vida da criança decorrentes do trabalho precoce. Além disso, há a dissociação entre trabalho e educação, sendo esta sempre colocada como segunda alternativa, quando não é abandonada completamente (BRASIL/MTE, 2000; RIZZINI, 2004).

Autores como Basu e Tzannatos (2003), revisando diversos estudos sobre esse assunto, concordam com o entendimento de que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, ou seja, apresentam menor acúmulo de conhecimento, de experiência e de escolaridade. A dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na escola. Segundo Galli (2001), na maioria das vezes, a mão de obra infantil é utilizada em atividades que poderiam ser desempenhadas por pessoas adultas, o que pode causar um impacto negativo na taxa salarial e no emprego dos adultos, dependendo da estrutura do mercado de trabalho analisada. O menor acúmulo de capital humano, as perdas econômicas provocadas pelos

gastos com uma saúde precária e outros fatores negativos associados à incidência de trabalho infantil, podem afetar o crescimento econômico de um país, no longo prazo.

Kassouf (2000, 2002) discute o efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. Sua análise teve por objetivo fornecer subsídios para a compreensão dos possíveis problemas de saúde e a redução dos rendimentos provocados pelo trabalho precoce. Segundo a autora, a exploração das crianças sujeitas ao trabalho, principalmente em atividades perigosas e em condições inadequadas, resulta na perda da infância e reduz a oportunidade de uma boa educação. O baixo nível educacional promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, que tendem a continuar nele, sem carteira assinada, recebendo salários menores aos do mercado formal e com condições de trabalho inadequadas.

Entretanto, não é apenas sobre os rendimentos que o trabalho infantil influencia, mas em todos os aspectos relacionados ao indivíduo. Nicoletta (2006) chamou a atenção para a relação entre a condição de saúde e trabalho infantil no Brasil. Considerando que a saúde é um bem e que, para se viver muito, é preciso ter saúde, os resultados obtidos pelo autor mostram que a criança que exerce qualquer atividade laboral sofre impactos negativos em sua saúde, e quanto maior o tempo dedicado ao trabalho pior é o *status* de sua saúde. Indivíduos com baixo capital saúde, ou seja, pessoas menos saudáveis e sensíveis a doenças possuem maior grau de ausência ao trabalho e baixa produtividade, o que implica menor salário. Além disso, têm a capacidade de aprendizado reduzida e aproveitam menos as experiências do trabalho.

Com isso, o autor supracitado chama a atenção para a existência de um ciclo vicioso, ciclo no qual baixo capital saúde reduz a capacidade de aprendizado, levando, conseqüentemente, a um baixo aproveitamento, resultando em baixo capital humano, que leva a baixos salários e, novamente, em baixo capital saúde. Logo, ao chegar à idade adulta, os indivíduos, estando mal-empregados e mal remunerados, não terão outra escolha a não ser inserir suas crianças no mercado de trabalho e, assim, perpetuar o ciclo. Sugere que, para abolir o trabalho infantil, devem se tratar as causas desse fenômeno e não o trabalho infantil em si. Dessa forma, as políticas de combate ao trabalho de crianças devem ser elaboradas juntamente com outras políticas de renda, de educação e de saúde familiares.

Emerson e Souza (2002) analisaram a influência do tamanho da família na decisão de colocar uma criança para trabalhar. Para tanto, assumiram uma função utilidade, na qual o bem-estar da família depende dos bens consumidos no lar, da renda recebida pelas crianças no mercado de trabalho e do tempo em que as crianças despendem na escola. A pesquisa foi feita com crianças e com adolescentes com idade entre 5 e 16 anos, tendo-se mostrado que, em

famílias maiores, ocorre um aumento na probabilidade de uma criança trabalhar e uma redução na probabilidade de ir para a escola.

Silva (1999) aponta que as atividades que as crianças trabalhadoras desenvolvem, pela sua insalubridade, não apenas deixa de educá-las, comprometendo seu desenvolvimento social, como também coloca em risco a vida dos pequeninos. Observa que as crianças e os adolescentes submetidos a essa situação estabelecem uma ligação entre pobreza, exploração precoce e evasão escolar. Lima (2002) complementa que a inserção das crianças no mercado de trabalho é consequência da concentração de renda nas mãos de poucos e da pobreza que dela resulta.

O fato de a criança ter que trabalhar e estar submetida a essa situação oprime o desejo natural de brincar e de expressar seus desejos e interesses. Como brincar faz parte e caracteriza a infância, além da diversão, as brincadeiras fornecem oportunidade à criança de reviver, de entender, de compreender e de se relacionar afetivamente. As crianças trabalhadoras temem serem punidas por expressar-se, provocando um empobrecimento tanto de sua capacidade de expressão como também de compreensão. Esses efeitos, aliados ao desgaste e ao cansaço físico, provocam baixo rendimento escolar e dificuldade de aprendizagem.

Embora seja um problema social bastante antigo, a discussão e a busca significativa pela redução e pela eliminação do trabalho infantil no Brasil é recente, ganhando força principalmente na década de 1990. Um breve relato das leis e dos programas disseminados nesse sentido é apresentado no próximo tópico.

4.2 Principais ações de combate ao trabalho infantil no Brasil

Existe uma preocupação mundial em relação à exploração de crianças e de adolescentes através do trabalho. Em caráter internacional, o órgão responsável pela fiscalização e desenvolvimento de normas e programas destinados ao combate do trabalho infantil é a Organização Internacional do Trabalho, que foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social em todo o mundo. Sendo a única das Agências do Sistema das Nações Unidas que possui estrutura tripartite, isto é, em que os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos (OIT, 2010).

Ao longo desses anos, a OIT tem lançado convenções e recomendações internacionais sobre o trabalho, as quais devem ser adotadas pelos Estados-membros. Atualmente é composta por representantes dos 183 países membros¹⁰, e tem escritórios de representação instalados em todo o mundo. As normas estabelecidas defendem a liberdade de associação, o emprego, a política social, as condições de trabalho, a previdência social, as relações industriais e a administração do trabalho, entre outras (OIT, 2004).

O trabalho infantil foi um dos problemas dianteiros a ser tratado pela comunidade internacional na primeira conferência realizada pela OIT em 1919, quando se adotou uma Norma Internacional objetivando a eliminação do trabalho infantil. A partir de então, essa Organização tem agido elaborando novas normas que decretam a obrigação imediata de eliminar as piores formas de trabalho realizado por crianças. Quanto à idade permissiva ao trabalho, a OIT, através de sua Convenção nº 138, determina que:

Todo Estado-membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem. (OIT, 1973, Convenção n.138, Art. 1º).

Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstância em que é executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem. (OIT, 1973, Convenção n. 138, Art. 3º, parágrafo I).

De modo geral, pelo seu artigo 2º, parágrafo 3, essa Convenção fixa a idade mínima de 15 anos para o trabalho, ou seja, a idade em que deve ser concluída a escolaridade compulsória¹¹. Segundo a OIT (2006b), a Convenção nº 138 já foi confirmada por 79% dos Estados-membros, sendo que, ao ratificar a Convenção nº 138, estes têm que anexar, junto à sua ratificação, uma idade mínima para a admissão ao emprego ou ao trabalho em seu território. Ressalvado o disposto nos artigos 4º a 8º dessa mesma Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior à declarada será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação.

A segunda Convenção internacional de maior aceitação e repercussão entre os países é a Convenção nº 182, de 1999, que se refere ao compromisso dos países ao ratificá-la em desenvolver ações emergenciais para erradicar de trabalho infantil. Essa Convenção já foi ratificada por 87% dos países membros da OIT, os quais somam 77% da população infantil

¹⁰ Dados atualizados em 8 de junho de 2009 pelo escritório regional de Lisboa. Maiores informações, acessar o site: <www.ilo.org>.

¹¹ Escolaridade compulsória é o mesmo que o Ensino Fundamental, que compreende de 1ª a 8ª. Aos 15 anos de idade, uma pessoa em escolaridade regular deve concluir a 8ª série.

mundial (OIT, 2006b). Os dizeres dessa Convenção ordenam que os países que a ratificarem devem adotar medidas imediatas e eficazes contra as piores formas de trabalho infantil. Para os efeitos dessa Convenção, considera-se criança toda pessoa menor de 18 anos, e como os piores tipos de trabalho impostos às crianças e aos adolescentes: o trabalho escravo; prostituição e pornografias; tráfico de drogas e trabalhos insalubres.

Em âmbito internacional existem outras leis que protegem as crianças, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, adotada em 20 de novembro de 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual pressupõe que os Estados-partes reconhecem o dever de proteger toda criança contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

A luta contra o trabalho infantil ainda continua sendo uma enorme batalha. Existem, as convenções, as normas e os diversos programas de extensão internacional que lutam contra o trabalho infantil. Dentre esses, destaca-se o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), criado em 1990 e implementado inicialmente na Índia, na Indonésia, na Tailândia, no Quênia, no Brasil e na Turquia (OIT, 2004). Rapidamente, tornou-se o maior programa mundial destinado, exclusivamente, ao combate do trabalho infantil. Atualmente, segundo a ILO (2010b), esse Programa atua em 88 países.

O Brasil foi escolhido entre os primeiros países a serem incluídos no IPEC devido à permanência e ao agravamento do trabalho infantil. Em 1980, os dados divulgados pelo Censo mostraram que, durante a década anterior, 27% das famílias pobres foram vítimas do desemprego, o que correspondia a cerca de 1,2 milhões de famílias, sendo que 850 mil delas estavam em condições de extremo desemprego, ou seja, todos os membros disponíveis da família estavam sem emprego. Como essas famílias tiravam o seu sustento e sobreviviam? Como aponta Pastore, Zylberstajn e Pagoto (1983), essas famílias dependiam dos programas de transferência de renda do governo e ajuda da própria comunidade, mas, para complemento das necessidades seus membros, em particular as crianças, mesmo ainda não aptas ao mercado de trabalho, se embrenhavam nos perigos das ruas e, qualquer que fosse a forma, deveriam voltar para casa com pelo menos o mínimo de sustento.

A situação chegou ao ponto de que, em 1980, aproximadamente 90% das famílias vítimas do desemprego tinham sua renda proveniente exclusivamente de crianças. Nessa época se discutia que a única maneira de as famílias pobres terem chance de saírem de tal condição dependeria de novas e melhores oportunidades de emprego, da conversão e

transformação das crianças em indivíduos aptos ao mercado de trabalho com melhor qualificação em termos de mão de obra ofertada (PASTORE, ZYLBERSTAYN e PAGOTO, 1983).

A OIT (2003) enfatiza que, no Brasil, nos primeiros anos da década de 1990, o volume, a intensidade e os aspectos ligados ao trabalho infantil chamaram a atenção internacional. A situação das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Brasil era tão periclitante que, no final da década de 80, o país tornou-se sinônimo de desigualdade social, de concentração de renda, de miséria, de subdesenvolvimento, de corrupção e de negligência. Num cenário de subdesenvolvimento e de insustentabilidade, a OIT incluiu o Brasil entre os países pioneiros que receberam o IPEC, sendo iniciada a execução do Programa no país em 1992. A situação e a quantidade das crianças e dos adolescentes que, em 1992, faziam parte do número de trabalhadores do país refletiam perfeitamente a situação geral herdada da chamada “década perdida”.

Considera-se, portanto, que os anos de 1990 foram decisivos para o movimento contra o trabalho infantil, tanto pela mobilização da sociedade, como para a implementação de políticas públicas de assistência social. Antes da atuação do IPEC no Brasil, o país já contava com manifestações da sociedade em prol das crianças e dos adolescentes brasileiros. Em 1985 foi criada a Coordenação Nacional do Movimento Meninas e Meninos de Rua. Um ano após realizou-se o Primeiro Encontro dos Meninos e Meninas de Rua. Nele foram levantadas sérias denúncias e que evidenciaram a necessidade de defesa dos direitos do menor. Da atuação dos movimentos resultou a revisão e a incorporação das reivindicações na Constituição brasileira de 1988, a qual determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, 1988, Art. 227).

Essa Constituição inicialmente proibiu a execução de qualquer trabalho pelos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, e de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos. No início da década de 1990 foi aprovada a Lei Federal nº 8069/1990, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual deixa claro que trabalhar é incompatível à educação. Os dizeres dos artigos que compõem o ECA, em termos de idade, dizem que “[...] a criança é definida como uma pessoa que ainda não completou 12

anos de idade, enquanto que o adolescente tem entre 12 e 18 anos de idade” (ECA, Cap. I, Art. 2). Quanto à idade de admissão no trabalho, o Estatuto determina proibir “[...] qualquer trabalho a crianças menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de Aprendiz” (ECA, Cap. V, Art. 60). Porém, impõe que:

Sendo o adolescente empregado na qualidade de aprendiz, não pode exercer atividade em horário noturno, locais perigosos, insalubres ou penosos; locais que prejudiquem à sua formação e desenvolvimento físico, moral e social. E ainda, não podem realizar a atividade em locais que impossibilitam a frequência escolar. (ECA, 1990, Cap. V, Art. 67).

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, alterou a idade legal de ingresso no mercado de trabalho. Assim, a partir de 16 anos, o adolescente pode legalmente integrar a força de trabalho e a partir dos 14 anos, tal como o ECA, libera na condição de aprendiz. Estabelece, portanto, que até aos 18 anos a atividade desempenhada pelo indivíduo não pode ser noturna, perigosa ou insalubre. Essa regulamentação procura garantir que os adolescentes tenham horário de trabalho condizente com a frequência à escola, evitando condições prejudiciais a sua saúde e a seu desenvolvimento. Pelo menos é assim que deveria ser.

Além de estabelecer direitos básicos para a criança e o adolescente, o ECA exigiu a formação dos Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CDCAs) e Conselhos Tutelares. Exigiu também a formação, em âmbito nacional, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente (CONANDA)¹². Todos criados com um único objetivo: fortalecer e promover o controle social das políticas públicas em prol das crianças e dos adolescentes. O ECA instalou a necessidade de se implementar políticas públicas em todos os aspectos ligados à infância: saúde, educação, trabalho e assistência social (OIT, 2003).

Após a aprovação do ECA, em 1990, e implantação do IPEC, em 2002, a situação do trabalho infantil no Brasil não é a mesma. Ainda que seja significativa a presença do trabalho de crianças, esse trabalho não ocorre no mesmo grau e intensidade que no passado. De acordo com estudo da própria OIT (2003), com a atuação de programas, em especial o IPEC, o número de crianças e dos adolescentes trabalhadores diminuiu de 8,4 milhões no início da década de 1990 para cerca de 5 milhões no início da década seguinte, ou seja, alcançou-se uma redução de aproximadamente 40% em 10 anos. Muitos deles foram integrados ao sistema escolar, permitindo um aumento significativo da escolaridade.

¹² O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, publicada pelo Diário Oficial da União em 16/10/1991.

A questão do trabalho infantil ocupa uma diversidade de agentes sociais, dentro e fora do Estado, que participam de processos de análise, de discussão e de intervenção. Programas e projetos públicos e privados são direcionados no sentido do resgate e da prevenção dos direitos das crianças. E, assim, constantemente são construídos espaços de reflexão, de pesquisa e de educação visando solucionar o problema do trabalho exercido por crianças e por adolescentes (OIT, 2004).

Em caráter preliminar, em 1996, o governo federal lançou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) cujo público-alvo são as famílias em condições de miséria, com filhos de idade inferior a 16 anos, que trabalham exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Atendendo às regras desse Programa, para que as famílias recebam a bolsa mensal é preciso que todas as crianças estejam matriculadas na escola e frequentando atividades após as aulas, como esportes, artes, danças ou aulas de música. Desde 28 de dezembro de 2005, a transferência de renda às famílias vinculadas ao PETI é prevista pelo Programa Bolsa Família devido ao processo de integração dos mesmos programas (BRASIL/MDS, 2010b, c).

Além do PETI, também na década de 1990 surgiram os principais programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola e, posteriormente, o Bolsa Família, que incorporou o Bolsa Escola. Programas como esses têm, entre seus objetivos, aumentar a frequência escolar e, conseqüentemente, aumentar o nível de escolaridade dos indivíduos beneficiados. Além do incentivo à escolaridade, esses programas assistencialistas visam, também, reduzir a quantidade de crianças inseridas no trabalho, pois, uma vez recebendo o auxílio, elas têm que deixar a atividade que praticam ou pelo menos frequentar a escola regularmente. Ferro (2003), avaliando o impacto dos programas de Bolsa Escola no trabalho infantil no Brasil, mostrou que as crianças que participavam do programa, embora ainda trabalhassem, trabalhavam menos tempo.

Além do governo federal, ONGs, empresas e entidades filantrópicas unem-se para o objetivo de reduzir o trabalho de crianças, para profissionalizarem os menores, para combater a exploração sexual, para melhorar o ensino, entre outras ações que permitem que as crianças sonhem com um futuro melhor. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é um exemplo de entidade que, desde 1950, desenvolve no Brasil importantes projetos de educação e programas de inclusão, dando prioridade à alfabetização, erradicação do trabalho infantil doméstico, entre outros por todo o país (UNICEF, 2010).

Em paralelo à efetivação dos programas acima mencionados, o governo brasileiro instaurou decretos, leis e portarias que dão suporte e garantem o cumprimento das propostas de combate ao trabalho infantil.

4.3 O Paraná e o Trabalho de Crianças e Adolescentes

Sendo o trabalho infantil um problema social de extensão mundial, o Estado do Paraná não está livre de ter sobre seu território crianças e adolescentes trabalhadores. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2007a), no *ranking* nacional, o Paraná é o quarto estado com maior participação relativa de crianças e de adolescentes na idade de 10 a 17 anos no trabalho. Quando se refere aos menores de 14 anos, situa-se acima dos outros estados sulinos, com uma taxa de ocupação 7,8% das crianças com idade entre 10 a 13 anos, contra 5,2% de Santa Catarina e 6,7% do Rio Grande do Sul.

O estudo desenvolvido pelo referido Instituto revela que 56,5% das crianças com idade entre 10 e 13 anos estão em atividades do setor agrossilvopastoril, como a agricultura, principalmente na cultura do milho e do café, silvicultura, criação de animais, entre outras. Essa elevada incidência do trabalho precoce nas áreas rurais paranaenses pode ser explicada, em parte, pela forte presença da agricultura familiar nesse setor de atividade, característica marcante nos estados da Região Sul. O estudo destaca o fato de que, dos ocupados em atividades rurais da faixa etária de 10 a 13 anos, 68,2% encontram-se trabalhando dentro de suas unidades familiares, sem remuneração (IPARDES, 2007a).

Dentre as pesquisas recentes sobre esse assunto para o Paraná, está o trabalho de Souza (2007), que, utilizando-se de dados da PNAD/2005, revela as principais características socioeconômicas do trabalho de crianças e de adolescentes no Paraná. Na Tabela 5, observa-se que, apesar dos avanços obtidos pelo Brasil nos últimos anos, 10,27% dos adolescentes paranaenses com idade entre 14 e 17 anos só trabalhavam, significando que abandonaram ou nunca foram a uma escola. Mesmo em menor percentual, entre as crianças de 10 a 13 anos também existem 3,36% de pequenos indivíduos que se voltavam apenas ao trabalho.

Tabela 5: Número e percentual das crianças e adolescentes paranaenses, segundo a idade e o fato de estarem trabalhando e/ou estudando - 2005

Trabalho e estudo das crianças	Idade			
	10 a 13		14 a 17	
	Número	%	Número	%
Não trabalha nem estuda	11.906	1,60	57.755	7,91
Trabalha e estuda	57.633	7,74	194.921	26,70
Só estuda	671.354	90,20	402.486	55,12
Só trabalha	3.365	0,45	74.979	10,27

Fonte: PNAD/2005.

Na Figura 3 tem-se que 8,37% das crianças entre 10 e 13 anos, o que corresponde a mais de 62 mil indivíduos, estavam inseridas no mercado de trabalho em 2005. Ao referir-se às crianças do segundo grupo, o percentual aumenta para 36,89%, mostrando que mais de 270 mil crianças, entre 14 e 17 anos, trabalhavam no ano em questão.

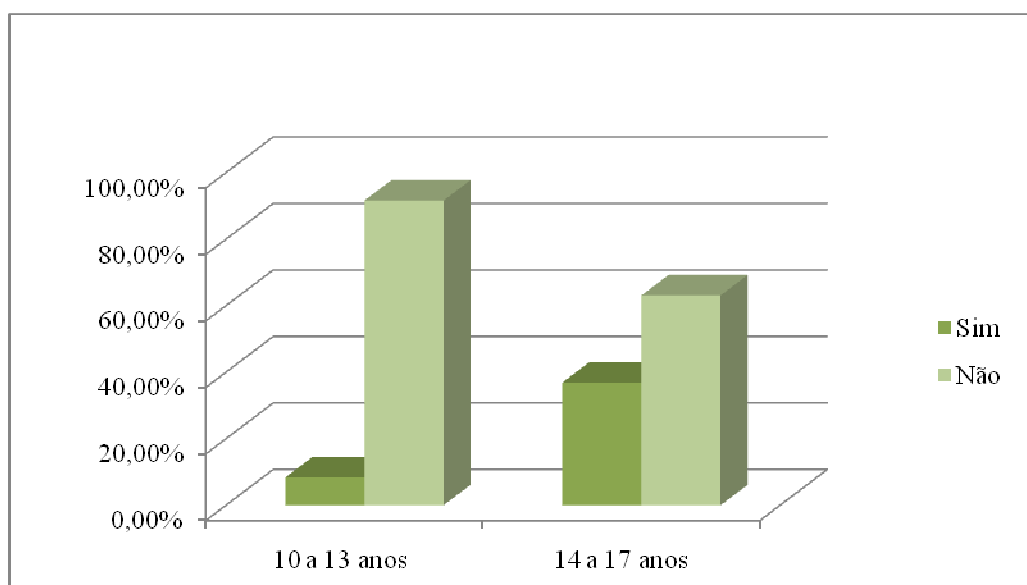


Figura 3: Percentual de crianças e de adolescentes paranaenses, segundo o fato de estar trabalhando ou não – 2005.

Fonte: PNAD/2005.

Para cumprir a legislação brasileira seria normal que, aos 14 anos, uma pessoa tenha completado pelo menos 7 anos de estudo. Os dados da Tabela 6 mostram, porém, que, no Paraná, em 2005, 0,65% das crianças entre 10 e 13 anos, e 3% das que estão entre 14 e 17 anos, não possuem nenhuma instrução escolar. Além disso, 46,76% dos que têm entre 10 a 13 anos e 6,09% dos que estão com idade entre 14 e 17 anos, têm de 1 a 4 anos de estudo, ou seja, não completaram sequer o ensino fundamental. Mais da metade dessas pessoas, nas duas faixas etárias, 52,57% e 52,30%, respectivamente, têm de 5 a 8 anos de estudo, sendo que, aos 17 anos, o normal é que estejam completando 11 anos de estudo. Apenas 38,58% dos adolescentes (14 a 17 anos) tinham entre 9 e 11 anos de estudo.

Tabela 6: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo os anos de estudo - 2005.

Anos de estudo	Idade			
	10 a 13		14 a 17	
	Número	%	Número	%
Sem instrução	400	0,65	8.126	3,01
1 a 4	28.526	46,76	16.456	6,09
5 a 8	32.072	52,57	141.168	52,30
9 a 11	-	-	104.150	38,58

Fonte: PNAD/2005.

Na Tabela 7 são apresentados os rendimentos das famílias das crianças. Observa-se que a grande maioria das crianças trabalhadoras, na idade entre 10 e 13 anos (63,53%), era oriunda de famílias que ganhavam menos de R\$ 800,00 por mês. A renda baixa é o principal fator que leva as famílias a colocarem suas crianças tão cedo para trabalhar. Como afirma Ferreira (2005), quanto mais pobre a família, mais se exige que todos os seus membros colaborem na renda familiar, independente do sexo e da idade.

Tabela 7: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a renda da família - 2005.

Renda Familiar (R\$) mensal	Idade			
	10 a 13		14 a 17	
	Número	%	Número	%
Menos que 800	37.999	63,53	109.166	40,92
De 800 a 1.500	12.886	21,54	82.710	31,01
Maior que 1.500	8.927	14,92	74.850	28,06

Fonte: PNAD/2005.

Percebe-se, também, que, mesmo aumentando o valor da renda recebida pela família, ainda é significativa a presença do trabalho da criança e/ou do adolescente, pois a tabela mostra que 21,54% das crianças e dos adolescentes entre 10 e 13 anos, e 31,01% na idade de 14 a 17 anos, pertencentes às famílias com renda entre R\$800 a R\$1.000, trabalham. Vale ressaltar que o percentual de crianças e de adolescentes trabalhadores, entre as famílias com renda superior a R\$ 1.500,00, ainda é alto, correspondendo a 14,92% das crianças com idade entre 10 e 13 anos e a 28,06% dos adolescentes.

Esses dados contradizem os pesquisadores, que afirmam ser a condição social a causa do trabalho precoce, indicando que, ao analisar essa questão, devem-se considerar as características culturais e familiares, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, em que o trabalho infantil faz parte da história, e persiste na sociedade. Corseoul,

Santos e Foguel (2001), por exemplo, analisaram os determinantes para inclusão do jovem no trabalho para quatro países da América Latina, entre eles o Brasil. E ao verificarem a renda familiar total, seus resultados constataram que no Brasil há pouca diferença estatística na decisão de jovens ricos ou pobres em estudar. A diferença só é mais significativa quando analisados dados da área rural.

Além dos efeitos nocivos que o trabalho precoce pode trazer às crianças, há ainda a prática da exploração barata da mão de obra dos pequeninos, uma vez que, comparado a um adulto, o custo desse emprego é menor. Vê-se, portanto, na Tabela 8, que 91,88% das crianças trabalhadoras, com idade entre 10 e 13 anos, recebiam menos que meio salário por mês. Da mesma forma, a maioria dos adolescentes, na faixa etária de 14 a 17 anos (56,53%), recebia menos que meio salário mensal, enquanto menos de 1% deles recebiam mais que dois salários mínimos.

Tabela 8: Número e percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a renda mensal - 2005.

Renda Mensal (em salários mínimos)	Idade			
	10 a 13		14 a 17	
	Número	%	Número	%
Menos meio	56.045	91,88	152.577	56,53
Meio a um	3.959	6,49	47.002	17,41
Um a dois	994	1,62	68.142	25,24
Maior dois	-	-	2.179	0,8

Fonte: PNAD/2005.

Quanto ao setor de inserção, a Figura 4 revela que é no setor rural que se concentra o maior índice de crianças que começam a trabalhar mais cedo. De acordo com os dados, 73,93% dos meninos, na idade de 10 a 13 anos, e 65,71% dos que tinham entre 14 e 17 anos, moradores da área rural, declararam-se trabalhadores. Entre as meninas de mesma idade, esses percentuais são de 26,06% e 34,26%, respectivamente. O percentual de meninos trabalhadores da área rural é significativamente maior que o das meninas, uma vez que a atividade mais praticada é a agricultura, pois se exige mais dos meninos que auxiliem os pais, enquanto que o trabalho doméstico das meninas não é contabilizado como trabalho.

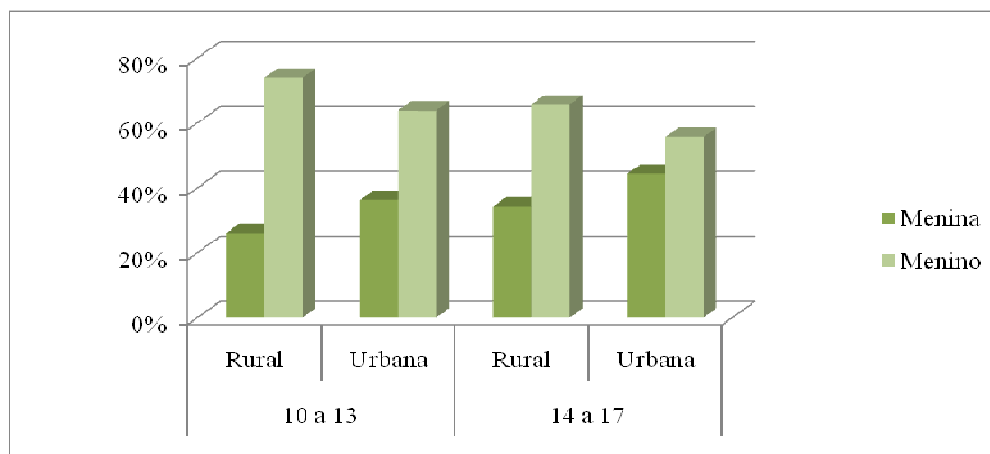


Figura 4: População de crianças e de adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo o sexo e a situação do domicílio - 2005.

Fonte: PNAD/2005

Na área urbana, entre as crianças de 10 e 13 anos existem 63,82% e 36,17% de trabalhadores do sexo masculino e feminino, respectivamente. O percentual de meninas que disseram estar trabalhando é maior se comparado ao da área rural. As meninas na área urbana são inseridas, principalmente no trabalho doméstico, muitas como Babá. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos, o percentual dos meninos (55,68%) trabalhadores na cidade é maior que o das meninas (44,31%).

Os dados expostos pela Tabela 9 ratificam que, das crianças e dos adolescentes que trabalhavam, elas, em sua maioria, estavam inseridas no setor agrícola, chegando ao percentual de 63,58% das pessoas entre 10 e 13 anos.

Tabela 9: Número e percentual de crianças e de adolescentes trabalhadores do Paraná, segundo a idade e o ramo de atividade - 2005.

Ramo de Atividade	Idade			
	10 a 13		14 a 17	
	Número	%	Número	%
Agricultura	38.785	63,58	66.097	24,48
Comércio	8.928	14,63	71.248	26,39
Doméstico	3.959	6,49	32.899	12,18
Indústria	3.766	6,17	31.948	11,83
Serviços	2.580	4,22	23.651	8,76
Outros	1.587	2,60	21.458	7,95
Social	593	0,97	10.914	4,04
Construção	800	1,31	11.685	4,32

Fonte: PNAD/2005.

A agricultura é a atividade que concentra o maior número de crianças trabalhadoras. Em geral, os pais agricultores são obrigados a colocar os filhos para trabalhar, mesmo sendo pequenos, em função das dificuldades em deixá-los nas creches distantes das zonas rurais, condição financeira da família ou até mesmo perpetuação de uma cultura de trabalho precoce no campo.

Em relação à participação da criança e do adolescente na atividade agrícola, Rizzini (2004); IPARDES (2007b) dizem que na agricultura as condições das crianças são ainda mais preocupantes, pois, seja nos canaviais, na cultura do sisal ou nas plantações de fumo, estão expostas ao manejo de ferramentas cortantes e a produtos tóxicos, carregam fardos pesados, além do uso contínuo de agrotóxicos, de equipamentos inadequados e de longas jornadas de trabalho. E mesmo que a atividade seja desenvolvida em caráter familiar, essa condição não atenua esses riscos.

Também na Tabela 9 se nota que o segundo setor que mais absorve mão de obra infantil entre 10 e 13 anos é o comércio, concentrando 14,63% das crianças trabalhadoras. Para os adolescentes (14 a 17 anos), o comércio é o que está em primeiro lugar em absorção com 26,39%, e a agricultura em segundo, com 24,48%. Em terceiro vem o setor doméstico, com 12,18% dos que tinham de 14 a 17 anos e 6,49% das crianças (10 a 13 anos).

Souza (2007) verificou a influência do trabalho infantil sobre a renda e a escolaridade dos trabalhadores paranaenses. As principais conclusões a que a autora chegou estão representadas pelas Figuras 4 e 5. Na Figura 5, a inclinação da reta aponta que, quanto maior a idade atual da pessoa, maior a renda obtida por ela no mercado de trabalho. Isso é válido tanto na área rural, quanto na área urbana. Percebe-se que, para todas as faixas de idade, as pessoas que ingressaram no trabalho com menos de 9 anos têm a média de rendimentos menor, se comparada à média daquelas que ingressaram depois dos 18 anos. Essa situação é representada pelo deslocamento da reta sempre para cima, em todos os intervalos de idade. Na área urbana, por exemplo, para o trabalhador que está com 40 anos e começou a trabalhar com idade de até nove anos, a média do *logaritmo* do rendimento por hora é R\$ 3,31. Já um trabalhador que está com a mesma idade, mas que ingressou no trabalho depois dos 18 anos, tem a média do *logaritmo* do rendimento por hora de R\$ 3,47. Ou seja, a diferença de rendimentos entre os intervalos de idade é de 4,83%.

Cabe ainda salientar que na área rural se observa uma maior diferença de rendimentos recebidos entre os intervalos de idade. Os trabalhadores que começaram a trabalhar depois dos 18 anos e estão com 40 anos recebem em média R\$ 2,22 por hora e isso corresponde a

13,26% a mais do que um trabalhador de mesma idade que ingressou no trabalho com menos de 9 anos e recebe, em média, R\$1,96 por hora.

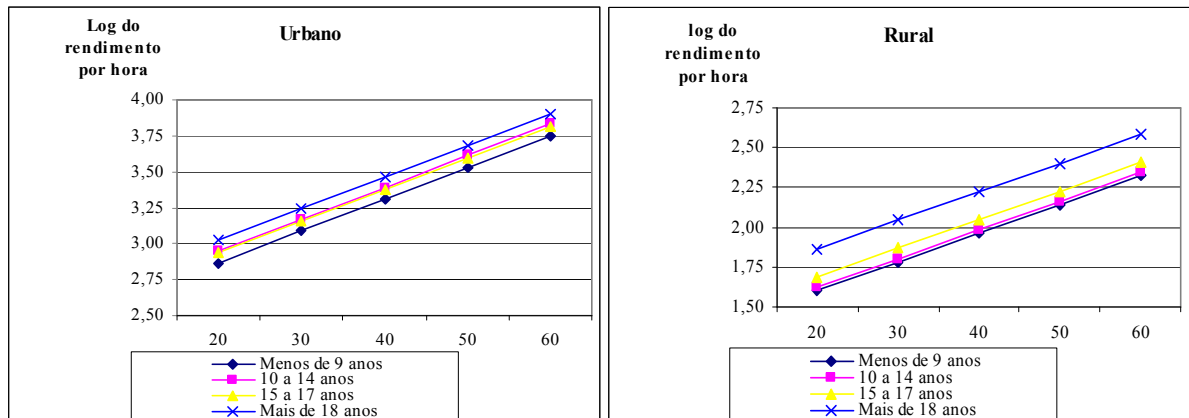


Figura 5: Influência da idade em que se começou a trabalhar no logaritmo do rendimento por hora da população trabalhadora do Paraná - 2005.

Fonte: Souza (2007)

A Figura 6, por sua vez, mostra os resultados referentes à equação do número de anos de estudo. A inclinação da reta indica que quanto mais velho o trabalhador, menos anos de estudo ele tem. O deslocamento para cima da reta mostra que, conforme a idade de inserção no trabalho aumenta, os anos de escolaridade aumentam também. Observa-se que há uma diferença muito grande entre os anos de estudo obtidos por um trabalhador da área rural comparado a um da área urbana. Os trabalhadores que estão com 40 anos e que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade têm, aproximadamente, 7 anos de estudo, enquanto os de mesma idade mas que ingressaram no trabalho com mais de 18 anos têm cerca de 10 anos de estudo.

A diferença entre a maior e a menor idade é de, aproximadamente, 30%. Observando-se o deslocamento da reta da área rural, um trabalhador que está com 40 anos, tendo ele começado a trabalhar com menos de 9 anos, possui 4 anos de estudo. Para aqueles também com 40 anos e que começaram a trabalhar com mais de 18 anos, o número de anos de estudo aproxima-se de 7 anos. Em percentuais, as pessoas que ingressaram mais jovens no trabalho têm cerca de 42,8% a menos de anos de escolaridade se comparadas às ingressantes com maior idade.

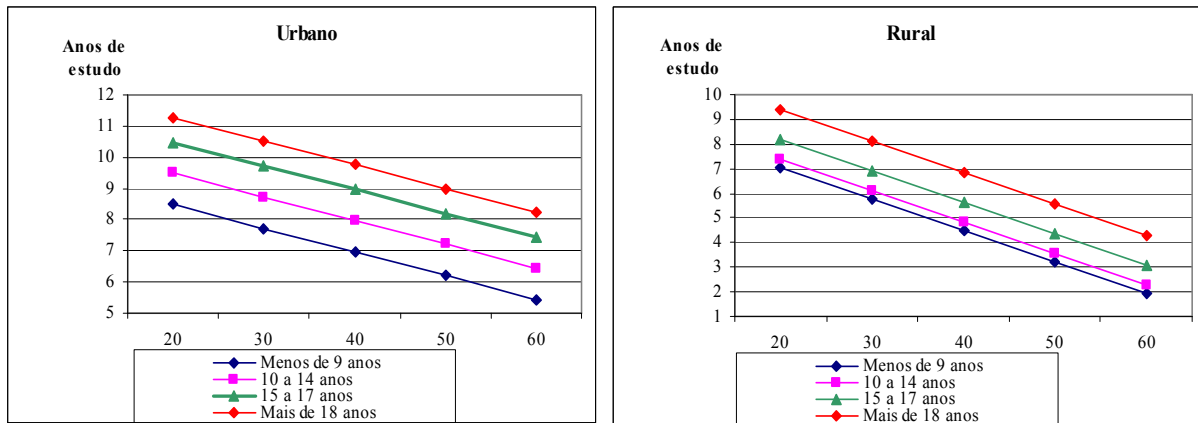


Figura 6: Influência da idade em que se começou a trabalhar no número de anos de estudo da população trabalhadora do Paraná - 2005.

Fonte: Souza (2007)

Nesse contexto está a discussão em torno da perpetuação do ciclo de pobreza decorrente do trabalho infantil. Kassouf (2000, 2002); Souza (2007) mostram que a renda recebida pelos trabalhadores que começaram a trabalhar muito cedo, em geral, tanto na área rural quanto na área urbana, é inferior à recebida pelos indivíduos em situação contrária. Essa diferença é atribuída ao fato de que o trabalho infantil age negativamente principalmente sobre a escolaridade, logo, essas pessoas, por possuírem baixo grau de instrução e consequente baixa qualificação, se engajam em atividades que não lhes exigem maiores conhecimentos. Além de ter o nível educacional prejudicado, esses indivíduos, quando chegam à fase adulta, não conseguem melhores empregos, além de, muitas vezes, serem obrigados a se inserirem em atividade informais. Publicação da OIT (2006), sobre estudo do Banco Mundial no Brasil, revela que a entrada precoce no mercado de trabalho reduz os ganhos ao longo da vida em cerca de 13 a 20 por cento, impactando positivamente sobre a probabilidade de um indivíduo ser mais pobre no futuro.

Aquino et al. (2010) verificaram se há a transmissão do trabalho infantil intergerações. Os seus resultados mostraram que há um efeito positivo na probabilidade de uma criança ser trabalhadora ainda na infância quando os seus pais foram trabalhadores infantis, sendo essa possibilidade válida tanto para a zona rural quanto para urbana, porém na zona rural a magnitude do impacto é bem maior. Segundo os dados apresentados pelos autores, em 2004, para a área urbana, quando o pai da criança tinha sido um trabalhador infantil, a probabilidade de a criança trabalhar aumentava em 6,4%, e aumentava em 9% quando a mãe tinha sido trabalhadora infantil. Para a área rural, os percentuais aumentam significativamente para 28% quando o pai e 33% quando a mãe da criança tinham sido trabalhadores infantis.

Mais uma vez se destaca a preocupação quanto à existência de um considerável contingente de trabalhadores na infância e na adolescência no Paraná, mesmo após a implantação de leis e de programas para o combate ao problema. Assim, visto o quanto o trabalho precoce é nocivo ao ser humano, refletindo principalmente sobre o seu desenvolvimento pessoal e profissional, o que acontecerá no futuro com as crianças e os adolescentes hoje trabalhadoras? Serão eles a futura mão de obra desqualificada à mercê do capitalismo e da informalidade? Essas são questões que levam à reflexão sobre o assunto e à compreensão da importância de estudar os fenômenos que estejam relacionados ao trabalho infantil.

Os capítulos seguintes discutem a influência que ter sido um trabalhador na infância exerce sobre a probabilidade de se inserir no mercado informal de trabalho.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entre o início desta pesquisa, em que foram propostos os objetivos, até chegar aos resultados finais há um longo caminho a ser percorrido. Dessa forma, a adoção de um método científico é fundamental para conduzir o pesquisador nesse percurso. Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, o procedimento empregado foi o Método Dedutivo, que, segundo Silva e Menezes (2001), parte de um conhecimento ou de premissas gerais aplicadas a um caso particular. Caso as premissas sejam verdadeiras, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões também verdadeiras. Assim, este trabalho parte da premissa de que o trabalho na infância é um dos determinantes depois, na vida adulta, para a inserção na informalidade no mercado de trabalho paranaense.

Para a análise dos dados, num primeiro momento fez-se uso da estatística descritiva, a qual, segundo Castanheira (2004), é a parte da estatística que tem o intuito da descrição de um conjunto de dados coletados a partir de um censo ou de uma estimação. Nesse caso, fez-se uma análise estatística descritiva de gráficos e das tabelas que caracterizaram as condições e as características do mercado de trabalho do Estado do Paraná e, mais especificamente, do trabalho informal.

No segundo momento, foi utilizado um modelo econométrico para verificar a influência que algumas variáveis exercem sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho informal. Os fundamentos dos modelos econométricos estão descritos na literatura por Gujarati (2006); Stock e Watson (2004), além de outros. Para alcançar os resultados almejados, a pesquisa fez uso de dados já coletados e divulgados por instituições ligadas ao governo federal, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2009. Os procedimentos econométricos estão descritos nas próximas seções e os detalhes sobre a base de dados aparecem no tópico 5.3.

5.1 O Modelo Econométrico Escolhido

O trabalho na infância pode exercer influência sobre o fato de um indivíduo hoje adulto estar inserido na informalidade do mercado de trabalho? Proceder a essa investigação,

no sentido de estabelecer correlações entre essas duas variáveis, seria uma tarefa fácil se fosse seguido o senso comum de que existe uma relação de causa e efeito entre ambas. Em âmbito científico, no entanto, para validar essa hipótese e na tentativa de clarificar as relações existentes entre trabalho na infância e a inserção do respectivo adulto na informalidade, cabe utilizar metodologia adequada e diferenciada do senso comum. Para tanto, no presente trabalho, foi utilizado um modelo econométrico não linear, o modelo *probit*. A escolha de tal modelo não se deu de forma aleatória, mas orientada no fato de existir uma gama de trabalhos acadêmicos para os mais variados assuntos que utilizaram o referido modelo e tiveram êxito nos seus resultados, inclusive para investigar fenômenos ligados ao mercado de trabalho, especialmente sobre o trabalho de crianças e de adolescentes.

Em Ravallion e Wodon (2000) foi verificado o impacto do programa de transferência *Food-for-Education* no trabalho infantil. Os autores estimaram dois modelos *probit*. Em um primeiro momento analisaram separadamente meninas e meninos com idade entre 5 e 16 anos de idade. Nesse caso, a variável dependente do modelo assumiu o valor *um* quando a criança trabalhava e *zero* quando não trabalhava. No segundo momento, os autores utilizaram o modelo para estimar a participação da localidade no referido programa. Assim, a variável a analisada assumiu o valor *um* se o indivíduo pertencia a uma localidade atendida pelo programa e *zero* caso contrário. Os dados apresentados pelos autores mostraram que o subsídio oferecido pelo programa agia positivamente na frequência escolar e, conseqüentemente, de forma negativa no trabalho infantil.

De semelhante modo, para o Brasil, Ferro (2003) utilizou modelos econométricos para avaliar o impacto do programa Bolsa Escola sobre a probabilidade de trabalhar e sobre o número de horas trabalhadas, para as crianças-alvo do Programa, verificando se ele impactava sobre o trabalho infantil. A autora empregou o modelo *probit* para verificar a probabilidade de a criança estar ou não na força de trabalho. Nesse modelo, a variável dependente era a decisão de trabalhar, que assumia o valor *um* quando a criança trabalhava e *zero* quando não trabalhava. As estimativas encontradas revelaram que os programas como o Bolsa Escola contribuem para a redução da jornada de trabalho das crianças, porém não apresentou resultados conclusivos sobre o impacto do programa na decisão de trabalhar ou não.

Posteriormente, Ferro (2007) fez uso do mesmo modelo para medir o impacto do programa Bolsa Escola sobre as decisões de trabalho das famílias, com base nos dados da PNAD/2003. Por meio do modelo a autora estimou a probabilidade de trabalho tanto para as crianças, quanto para pais e mães cobertos pelo benefício. A variável dependente do modelo captava o fato de o indivíduo estar ou não inserido no mercado de trabalho na semana da

pesquisa e assumia, respectivamente, valores *um* ou *zero*. Os resultados da estimativa do modelo mostraram que o programa não afetava a probabilidade de os pais e mães trabalharem, mas era efetivo na redução do trabalho infantil, reduzindo a participação de meninas e de meninos no mercado de trabalho.

Pontili (2004) investigou questões relacionadas à educação e utilizou dois modelos *probit* para avaliar os impactos das características familiares e da infraestrutura escolar sobre a frequência e sobre o atraso no ensino fundamental em escolas públicas. A autora desenvolveu uma análise comparativa entre os estados de Pernambuco e de São Paulo, dadas as diferenças socioeconômicas observadas entre esses dois estados. As variáveis dependentes referiam-se à frequência e ao atraso escolar. No primeiro caso, foi determinado o valor *um* para os indivíduos que frequentavam a escola e *zero* para os que não frequentavam. No segundo caso, foi atribuído valor *um* à variável dependente se houvesse defasagem escolar e *zero* se não houvesse.

Em Lopes e Pontili (2009) foram verificados os fatores que influenciaram a decisão de os adolescentes brasileiros ingressarem no mercado de trabalho. Com base em dados da PNAD/2006 foram selecionados indivíduos com idade entre 14 e 17 anos. O modelo *probit*, nesse caso, foi empregado para verificar a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho, em que a variável dependente do modelo recebeu o valor *um* quando o adolescente estava no mercado de trabalho e valor *zero*, caso contrário.

Quando a oferta do trabalho de crianças e de adolescentes é verificada no contexto familiar, alguns pesquisadores também adotam modelos econômicos que os auxiliem a estudar e a compreender o comportamento familiar diante da questão. Batista (2006) analisou a probabilidade de pais migrantes e não migrantes de São Paulo ofertarem a mão-de-obra de seus filhos no mercado de trabalho. Para isso, a autora recorreu ao modelo *probit* bivariado por considerar que a decisão de trabalhar e frequentar a escola são correlacionadas, assim as variáveis dependentes do modelo eram a probabilidade de estudar e a probabilidade de trabalhar.

A primeira variável indicava se a criança estava ou não matriculada na escola e a segunda indicava se ela trabalhava ou não. Ou seja, essa técnica permite ter quatro resultados diferentes, quais sejam, só estudar, estudar e trabalhar, trabalhar ou nenhum dos casos, ao invés de dois resultados, como no uso do modelo *probit* binário. Os resultados encontrados pela pesquisadora mostraram que os filhos de pais migrantes para São Paulo têm aumentadas as suas chances de ofertar a sua mão de obra no mercado de trabalho, no curto prazo, sendo o contrário para o longo prazo, em que a probabilidade de trabalhar é reduzida. Quanto à

educação, os filhos de pais migrantes apresentaram probabilidades de não estudar, maiores que dos não migrantes.

Aquino et al. (2010), procurando verificar se há a transmissão do trabalho infantil intergerações, utilizou-se de modelos *probit* para as regiões urbanas e rurais brasileiras. Seus resultados mostram que há um efeito positivo na probabilidade de uma criança ser trabalhadora ainda na infância quando os seus pais foram trabalhadores infantis, sendo válido tanto para a zona rural quanto para a urbana, porém, na zona rural a magnitude do impacto é bem maior.

Com o objetivo de investigar os determinantes da demanda por educação infantil no Paquistão, inclusive o papel da família nesse processo, Holmes (1999) utilizou-se do modelo *probit*. Também para o Paquistão, Behrman et al. (1997) utilizaram-se de tal modelo para examinar os determinantes da capacidade cognitiva de estudantes do ensino primário e do ensino fundamental da área rural do país. Handa (1996) estimou o modelo *probit* utilizando dados referentes à Jamaica, observando a probabilidade de uma criança estar corretamente matriculada em uma escola.

Tem-se, também, a presença do modelo *probit* em Scorzafave (2001), que o utilizou para investigar os fatores que influenciam na decisão da mulher em participar ou não do mercado de trabalho. A variável dependente foi a participação no mercado de trabalho que assumiu valor *um* se havia participação e *zero* se não havia. Foi encontrado o emprego do modelo *probit* também em Vinhais (2006), para analisar a pobreza no Brasil com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. O modelo foi empregado para estimar os atributos determinantes da probabilidade de um indivíduo ser pobre. Nesse caso, a variável dependente era o fato de o indivíduo ter, ou não, renda familiar *per capita* abaixo da linha da pobreza, a qual assumiu valores entre *zero* e *um*.

Em Oliveira (2008), o modelo *probit* foi a ferramenta para análise dos determinantes da confiança de um indivíduo em outras pessoas. Entre as variáveis que podem influenciar essa confiança, o autor considerou a renda, a escolaridade, etnia, gênero, idade, estado civil e a situação empregatícia. Ainda, considerando a instabilidade proveniente da informalidade e a infelicidade gerada pela propensão ao desemprego vivida por parte dos trabalhadores informais, considerou-se importante citar o trabalho de Lima (2007), que estimou, através do modelo *probit*, os determinantes da felicidade no Brasil. Mostrou que quanto maior o nível de renda recebida pelo indivíduo, maior o impacto sobre a sua felicidade. Segundo seus resultados, a renda e o desemprego foram as variáveis mais significativas para a determinação da felicidade do indivíduo.

5.1.1 Descrição do modelo e as variáveis escolhidas

De acordo com os exemplos acima, percebe-se que existe uma diversidade de trabalhos científicos na literatura nacional e internacional que utilizam o modelo *probit* em suas análises, demonstrando a importância do mesmo modelo para as pesquisas acadêmicas. Assim, com o objetivo de modelar o trabalho na infância ou na adolescência como um dos determinantes à inserção na informalidade na vida adulta, adotou-se o mesmo modelo como método de estimação. O modelo *probit*, segundo Greene (2003), é comumente usado quando se tem uma variável dependente qualitativa. Ferro (2003), ao utilizar o modelo, descreve-o como um modelo de probabilidades que, em geral, é caracterizado por variáveis dependentes y_t binárias, que assumem o valor *um* com probabilidade (P_t) e o valor *zero* com probabilidade ($1-P_t$). A probabilidade está contida no intervalo entre $[0,1]$.

Para o presente caso, considerou-se que todas as variáveis explicativas (exógenas) que influenciam na decisão de uma pessoa estar no mercado de trabalho informal são representadas pelo vetor \mathbf{x} e que os parâmetros $\boldsymbol{\beta}$ refletem o impacto de mudanças em \mathbf{x} na variável dependente. Também se entende que os resultados obtidos para a variável dependente (y) estão entre 0 e 1 e representam uma probabilidade. Assim, tem-se que:

$\text{Prob}(y = 1) = F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i) \rightarrow$ Probabilidade de um indivíduo com determinadas características \mathbf{x} estar no mercado informal de trabalho.

$$\text{Prob}(y = 0) = 1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i)$$

A variável dependente y tem sua esperança representada por:

$$E(y) = 1.F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i) + 0.(1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i)) = F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i) \quad (1)$$

Na equação, $F(\cdot)$ é a função de distribuição da normal, expressa por:

$$\text{Prob}(y = 1) = F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) = \int_{-\infty}^{\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}} \phi(t) dt \quad (2)$$

Sendo:

$$\phi(t) = (2\pi)^{-1/2} \exp\left(-\frac{t^2}{2}\right) \quad (3)$$

A estimação dos parâmetros é baseada no método de máxima verossimilhança, método no qual cada observação é tratada como sendo retirada de uma distribuição de Bernoulli. Segue-se, então, que o modelo é:

$$L = \text{Prob}(Y_1 = y_1, Y_2 = y_2, \dots, Y_n = y_n) = \prod_{i=1}^n [F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i)]^{y_i} [1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i)]^{1-y_i} \quad (4)$$

Ou na forma logarítmica:

$$\ln L = \sum_i \{y_i \ln F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i) + (1 - y_i) \ln [1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}_i)]\} \quad (5)$$

A condição de primeira ordem para o máximo requer:

$$\frac{\partial \ln L}{\partial \boldsymbol{\beta}} = \sum \left[\frac{y_i f_i}{F_i} + (1 - y_i) \frac{-f_i}{(1 - F_i)} \right] \mathbf{x}_i = \mathbf{0} \quad (6)$$

Na equação, f é a função densidade de probabilidade e F é a função distribuição de probabilidade. Como a função da normal é não linear nos parâmetros, o modelo necessita de um método iterativo para a sua solução. Cabe ressaltar que a equação acima descrita permite que se calculem os coeficientes da regressão no modelo *probit*, mas, num primeiro momento, não é possível identificar os efeitos marginais das variáveis explicativas. A descrição das equações que permitem encontrar os efeitos marginais está abaixo.

5.1.2 Efeitos marginais

O efeito marginal é definido como o impacto que uma mudança em \mathbf{x} causa na probabilidade de $y_i = 1$ e é dado pela seguinte forma funcional:

$$\frac{\partial E(Y)}{\partial X} = \phi(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) \cdot \boldsymbol{\beta} \quad (7)$$

Observe-se que $\partial E(Y_i)/\partial X$ não é $\boldsymbol{\beta}$ como na regressão linear, mas é o produto do parâmetro de interesse pela função de densidade da distribuição normal. A rigor, a expressão (7) é válida para o caso de x representar uma variável contínua. Se a variável explanatória for uma binária, cujos valores são 0 ou 1, os efeitos marginais são obtidos por:

$$\text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 1) - \text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 0) \quad (8)$$

Na equação, \bar{x} é a média de todas as outras variáveis e d é a variável explanatória binária. Importante é lembrar que, para qualquer distribuição utilizada, os parâmetros do modelo não correspondem ao efeito marginal. Os sinais dos parâmetros determinam apenas o sentido, se negativo ou positivo, do efeito marginal para as variáveis explicativas.

Esta proposta de pesquisa apresenta os efeitos marginais do modelo *probit*, representado por:

$$y = F(x_c, x_b, x_i, x_f, u) \quad (9)$$

Não equação:

$y \Rightarrow$ vetor da variável dependente que representa o ingresso no mercado informal de trabalho. A ela atribui valor 1 (*um*) se o trabalhador está na informalidade e 0 (*zero*) para o trabalhador que não está na informalidade;

$x_c \Rightarrow$ vetor de variáveis explicativas contínuas, que representam as características individuais da pessoa entrevistada, no momento da pesquisa. Aqui foram incluídas a idade do indivíduo e seu nível de escolaridade, identificada pelo número de anos de estudo;

$x_b \Rightarrow$ vetor de variáveis explicativas binárias, que também indicam características individuais dos trabalhadores. Inclui-se, nesse grupo de variáveis, o sexo, o fato de o indivíduo ser migrante ou não migrante, bem como a cor ou raça do mesmo;

$x_i \Rightarrow$ vetor que diz respeito à idade de ingresso no mercado de trabalho e capta se o entrevistado foi trabalhador infantil;

$x_f \Rightarrow$ vetor das características familiares do indivíduo, que inclui o tamanho da família e a situação do domicílio (morador da zona urbana ou rural);

$u \Rightarrow$ é o vetor do termo de erro aleatório, que assume as pressuposições usuais.

Cabe lembrar que a principal variável explicativa desse estudo é x_i , que captará a influência da idade de ingresso no mercado de trabalho sobre a probabilidade de o indivíduo estar na informalidade. Espera-se que o coeficiente estimado dessa variável seja positivo, indicando que, quanto menor a idade de inserção no mercado de trabalho, maior a probabilidade de uma pessoa estar na informalidade.

Além disso, duas observações precisam ser feitas: Primeira observação: A idade de ingresso no trabalho foi dividida em três intervalos: menor de 9 anos; 10 a 14 anos e 15 a 17 anos. A legislação brasileira define como criança todo indivíduo de até 12 anos de idade e

adolescente aqueles com idade entre 12 e 18 anos. Assim, do ponto de vista etário, os indivíduos de 15 a 17 anos são adolescentes e, portanto, não são adultos, mas, do ponto de vista do mercado de trabalho, eles têm a plenitude de um adulto, uma vez que são contratados e desempenham tarefas de mesma magnitude que os adultos. Para testar a hipótese de como o trabalho infantojuvenil afeta o trabalhador em sua inserção no mercado de trabalho, torna-se preponderante que se inclua o extrato da população jovem no modelo. Segunda observação: Embora a maioria dos trabalhos que analisam o trabalho infantil e o trabalho informal inclua na análise a variável renda, neste trabalho não será incorporada essa variável no modelo porque o importante seria obter a renda das famílias quando os atuais adultos eram crianças, para captar o efeito dessa variável para a iniciação no mercado de trabalho. Essa informação não está, porém, disponível na PNAD.

5.2 Fonte dos dados

Este trabalho pode alcançar seus resultados finais analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2009. Cabe ressaltar que a PNAD foi implantada no Brasil em 1967, tendo como objetivo produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

De acordo com o IBGE, a PNAD é um sistema de pesquisa por amostra de domicílio, que investiga diversas características socioeconômicas da população, como educação, trabalho, rendimentos e habitação, além de fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição. Além desses, periodicamente são acrescentados outros temas denominados de "suplementos", em geral aqueles com maiores destaques na sociedade no momento. Alguns exemplos de características investigadas pelos suplementos são: o trabalho de crianças, acesso à habitação, acesso à internet e à telefonia celular, condições de saúde e nutrição, além de outros temas que se tornam objeto de estudo conforme a necessidade de informação para o país. Inicialmente, a Pesquisa era realizada trimestralmente, tornando-se anual a partir de 1971, com realização no último semestre de cada ano, mais precisamente, com início em setembro.

O dia de referência da pesquisa, em 2009, foi dia 26 de setembro. A semana de referência foi de 20 a 26 de setembro do referido ano. O período de referência de 365 dias foi 27 de setembro de 2008 a 26 de setembro de 2009. Cabe lembrar que os períodos de captação são intervalos de tempo utilizados na investigação de informações que devem ser

consideradas para compor os resultados relativos a determinados períodos de referência. Em 2009, o período de captação de 358 dias compreendeu o período de 27 de setembro de 2008 a 19 de setembro de 2009. A agregação da semana de referência com o período de captação de 358 dias forma o período de referência de 365 dias considerado para as pessoas ocupadas (PNAD, 2009).

Para desenvolver uma pesquisa utilizando-se os dados da PNAD é necessário utilizar um *software* que seja capaz de fazer a leitura das variáveis. O escolhido para selecionar os microdados foi o *SAS for Windows V8*, e o *software Intercooled Stata 8.0* foi empregado para estimar as variáveis no modelo. Da PNAD/2009 foram selecionadas as pessoas com idade entre 18 e 70 anos que declararam estar trabalhando na semana de referência da PNAD. O intervalo de idade dos indivíduos com limite mínimo de 18 anos e máximo de 70 anos se deu em função da permissão ao trabalho sem restrições pela legislação brasileira no primeiro caso, e aposentadoria no segundo caso. Dessas pessoas, delas foram identificadas as características pessoais e familiares, sendo elas: sexo, idade, número de anos de estudo completo, se migrante inter- e intraestado, tamanho da família, situação do domicílio, além da idade com que se inseriram no mercado de trabalho. Todas essas informações foram utilizadas como variáveis explicativas na análise econométrica, sendo que a condição informal no mercado de trabalho foi a variável dependente.

Cabe ressaltar que, por definição do próprio IBGE, tem-se que os trabalhadores são classificados de acordo com a sua posição na ocupação, sendo: empregados com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador e trabalhadores não remunerados (somando-se os trabalhadores não remunerados, membros da unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados, trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso).

Para fins desta pesquisa, foram considerados como trabalhadores informais as pessoas que declararam estar em atividades classificados como conta própria, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na construção próprio uso, trabalhadores na produção próprio consumo, empregados sem carteira e empregados domésticos sem carteira. Quanto à identificação da idade de inserção no mercado de trabalho, isso foi possível porque, dentre as perguntas que compõem o questionário da PNAD, existe uma questão feita ao indivíduo sobre a idade em que ele começou a trabalhar. De acordo com a sua resposta e a idade definida pela legislação brasileira como a ideal para ingresso ao trabalho, o pesquisador identifica se o entrevistado foi ou não um trabalhador na infância ou na adolescência.

6 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO NA INFÂNCIA E INSERÇÃO DO TRABALHADOR PARANAENSE ADULTO EM OCUPAÇÕES INFORMAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos através da seleção e da análise dos dados da PNAD/2009 sobre o mercado de trabalho no Estado do Paraná. O tópico 5.1 traz uma análise estatística descritiva dos dados referentes à população trabalhadora paranaense. No tópico 5.2 é verificada a relação entre trabalho infantil e inserção na informalidade, bem como é aplicado o modelo econométrico *probit*, que possibilita captar a influência das variáveis de controle sobre a variável dependente, nesse caso, sobre a probabilidade de estar inserido no setor formal ou informal de trabalho.

6.1 Análises estatísticas descritivas dos dados: características socioeconômicas do mercado de trabalho paranaense

Segundo dados da PNAD (2009), o Estado do Paraná possui uma população de 10.699.883 de pessoas distribuídas pelos seus 399 municípios. A Figura 7 apresenta a estratificação da população paranaense segundo os grupos etários.

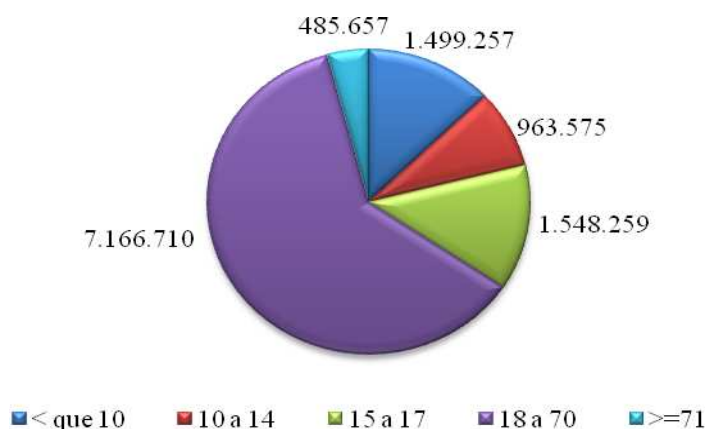


Figura 7: Estratificação da população paranaense segundo a faixa etária - 2009

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Conforme a Figura 7, observa-se que a população paranaense, neste início de século 21, ainda é relativamente jovem. As pessoas com idades inferiores a 18 anos somam 28,5% da população. A grande maioria da população do Paraná (60,84%) é formada por aqueles que estão com idade entre 18 e 60 anos. Esse grupo de fato é a população com idade para plena atividade econômica, ou seja, são aqueles com idades que se caracterizam pela permissão irrestrita à entrada no trabalho e início da velhice, respectivamente. Se considerar pela idade de classificação da velhice¹³ no Brasil, tem-se que 10,7% da população paranaense são pessoas idosas com idade acima de 60 anos de idade, sendo menos de 4,5% correspondente à população com idade superior a 71 anos. O percentual de idosos no Paraná reflete a melhoria na qualidade de vida alcançada pela população brasileira nas últimas décadas, melhoria que vêm proporcionando cada vez mais o envelhecimento da sociedade.

Na Tabela 10, tem-se a distribuição da população conforme a PIA e seus subconjuntos. A PIA paranaense é composta por 9.200.626 indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos. Estratificando essa população segundo a idade, observa-se que 77,89% deles estão em plena idade produtiva, ou pelo menos na idade apta e que deveriam estar economicamente produtivos. Quanto aos números referentes a crianças mais adolescentes e aos idosos, tem-se que 16,83% ou 1.548.259 de pessoas estão com idade entre 10 e 17 anos e 5,28% da PIA são idosos acima de 71 anos de idade.

Tabela 10: Frequência e participação percentual dos trabalhadores paranaenses segundo a idade e a posição no mercado de trabalho - 2009.

Idade	PIA		PEA		PO	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
10 a 14	963.575	10,47	77.254	1,30	61.268	1,10
15 a 17	584.684	6,35	250.395	4,22	192.633	3,46
18 a 70	7.166.710	77,89	5.533.617	93,17	5.234.181	94,05
>=71	485.657	5,28	78.128	1,32	77.494	1,39
Total	9.200.626	100,00	5.939.394	100	5.565.576	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

¹³ No Brasil, idoso é considerada toda pessoa com idade acima de 60 anos, conforme a determinação do artigo 2º da Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso. Conforme a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no entanto, a aposentadoria é um direito somente a partir dos 65 anos para o homem e dos 60 para as mulheres. Por essa razão é que se optou por limitar a análise dessa pesquisa em 70 anos, pois se julga que nessa idade todos já são contemplados pelo benefício da aposentadoria e estão fora do mercado de trabalho.

É importante destacar que devido, à maior longevidade da sociedade brasileira, é comum o indivíduo chegar aos 60 anos com saúde. Assim, o número de idosos e sua participação na atividade econômica vem aumentando cada vez mais. Camarano (2001) mostrou que, entre 1977 e 1998, a participação na população idosa na PEA brasileira dobrou, passando de 4,5% para 9%, respectivamente.

Embora toda a população que compõe a PIA seja considerada apta a exercer qualquer atividade econômica no quesito idade, não o é na realidade, pois há aqueles indivíduos que por algum motivo, não fazem parte dessa população, como exemplo, os indivíduos com idade abaixo de 18 anos que não podem trabalhar ou que o fazem, mas com restrições impostas pela legislação brasileira. Essas pessoas conformam um grupo específico, agrupado no que se define por População Economicamente Inativa (PEI). O restante da população fora desse grupo conforma a População Economicamente Ativa (PEA).

Na terceira coluna da Tabela 10 é apresentada a frequência da população constituinte da PEA, que se refere às pessoas que: estão empregadas em tempo total ou parcial; estão subempregadas (trabalham em atividades não formalizadas ou não remuneradas ou produzem para o próprio consumo); buscam trabalho (em função de terem se desligado de um emprego anterior ou de estarem na busca do primeiro emprego); não estão procurando trabalho (mas declaram-se dispostas a trabalhar). Nesse caso, chamou-se de PEA o grupo de pessoas com idade acima de 10 anos de idade que declarou estar trabalhando ou procurou emprego na semana de referência da PNAD/2009.

A PEA paranaense se refere a 5.939.394 indivíduos em idade de pleno exercício econômico, conforme já definido. Desses, a grande maioria (93,17%) está compreendida pelos adultos no intervalo de idade 18 a 70 anos. Os demais, idosos e menores de 18 anos, juntos, somam 6,8% de toda a PEA do Paraná. Percebe-se que, depois das devidas subtrações, houve uma redução de mais de 3 milhões de pessoas da PIA para a PEA.

Por fim, na quarta coluna estão os dados referentes à população efetivamente ocupada no Estado, que se refere a todas as pessoas que declararam à pesquisa estar trabalhando, o que resultou num montante de 5.565.576 pessoas. Considerando a população total do Estado (10.699.883), pode-se dizer que apenas 52% da população paranaense trabalha e mantém a atividade produtivas do Estado. Dessas pessoas, como esperado, a grande maioria tem idade entre 18 e 70 anos, mas chama a atenção o fato de que 1,1% da população ocupada são indivíduos com idade entre 10 e 14 anos e que não poderiam estar trabalhando por imposição legislativa, mas declararam fazê-lo. Os adolescentes somam 3,46% dos

trabalhadores enquanto os idosos com mais de 71 anos de idade representam 1,39% da população ocupada no Paraná.

Embora não seja o objetivo aprofundar a discussão sobre o idoso nesta pesquisa, não se pode deixar de incluí-los quando se discutem aspectos relacionados ao mercado de trabalho, principalmente quando o assunto é informalidade. Parte significativa da população inserida em atividades informais é composta por pessoas idosas que já se aposentaram, mas que fazem trabalhos eventuais para terem uma renda extra ou, ainda, há aqueles sem aposentadoria que já não se enquadram mais nas exigências do mercado de trabalho, em função da idade e das limitações físicas. Como aponta Camarano (2001), grande parte dos idosos no mercado de trabalho, são aposentados e pequena é a proporção dos que trabalham com carteira assinada.

Se visto pelo prisma da participação percentual dos idosos no total da população trabalhadora, a dimensão é pequena, mas analisando o número absoluto a que se refere o percentual, tem-se que mais de 77 mil pessoas, que deveriam estar gozando da aposentadoria, descansando da vida laboral, ainda permanecem “infiltradas” na população trabalhadora. O que é preocupante nos dois casos, tanto para os infantojuvenis como para os idosos, são, principalmente, as condições de trabalho em que estão inseridos, uma vez que compõem um grupo suscetível às atividades informais, mal remuneradas e trabalho precário.

A Tabela 11 apresenta dados de toda a população paranaense no ano de 2009 estratificada pelo fato de trabalhar¹⁴ ou não trabalhar, segundo a sua idade. Quando aplicado o questionário da PNAD, perguntou-se ao indivíduo a sua idade e se ele tinha exercido alguma atividade laboral naquela semana de referência da pesquisa. Conforme as repostas, têm-se a distribuição dos dados a seguir. Observa-se que a soma das pessoas que disseram estar trabalhando é exatamente a mesma quantidade da PO paranaense, 5.565.576 de pessoas. Assim, 15,96% de toda a população acima de 71 anos do Estado trabalha. Para os menores de 10 anos não há registro de trabalho, pois essa parte da pesquisa se deu somente sobre a população acima de 10 anos de idade, conforme definição da idade ativa no Brasil. A essas pessoas foi aplicado questionário específico e as principais respostas estão sistematizadas nas Tabelas 12 e 13.

¹⁴ Conforme definição da taxa de desemprego, tem-se que essa taxa no Paraná na semana de referência da PNAD/2009 era de 6,3%.

Tabela 11: Distribuição da população total paranaense segundo a idade e o fato de estar trabalhando ou não - 2009.

Idade	Trabalha		Não trabalha	
	Freq.	%	Freq.	%
Menos 10	-	-	1.499.257	100,00
10 a 14	61.268	6,36	902.307	93,64
15 a 17	192.633	32,95	392.051	67,05
18 a 70	5.234.181	73,03	1.932.529	26,97
= ou maior 71	77.494	15,96	408.163	84,04
Total	5.565.576		5.134.307	

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Nas Tabelas 12 e 13 são apresentados dados referentes às crianças com idade entre 5 e 9 anos. Dentre as várias perguntas que foram feitas às pessoas dessa faixa etária, perguntaram-lhes se tinham trabalhado ou se cuidavam dos afazeres domésticos na semana de referência. A distribuição frequencial conforme as respostas mostram que 0,84% das 817.692 crianças nessa faixa etária disseram estar trabalhando. O percentual de menos de 1% se torna significativo e preocupante por se tratar de indivíduos com idade entre 5 e 9 anos de idade e equivaler a quase 7 mil crianças. Quando questionadas se exerciam função nos afazeres domésticos, 23,19% delas disseram que sim. Importante é ressaltar que, devido à idade das crianças, a entrevista normalmente é feita com os pais e esses, muitas vezes, omitem que suas crianças trabalham tanto fora como no domicílio, por temerem as consequências a que estão sujeitos diante da lei, o que significa que o número que crianças com menos de 9 anos trabalhando pode ser muito maior.

Tabela 12: Frequência e participação percentual das crianças paranaenses com idade de 5 a 9 anos segundo o fato de estar trabalhando ou não - 2009.

Trabalho em atividades diversas				Trabalho doméstico			
Sim		Não		Sim		Não	
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
6.843	0,84	810.849	99,16	189.604	23,19	628.088	76,81
Total de 817.692 crianças							

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Foi, ainda, perguntado quantas horas trabalhavam, normalmente, por semana (no trabalho que tinham na semana de referência) e quantas horas se dedicavam, normalmente, por semana aos afazeres domésticos. Obtiveram-se as seguintes respostas: 75,61% se dedicam por até 10 horas na semana ao trabalho e 90,69% disseram gastar até 10 horas em atividades

domésticas, a partir do que se subentende que trabalhavam, em média, duas horas diariamente.

Chama a atenção o fato de 401 crianças trabalharem em suas ocupações de 21 a 40 horas semanais, ou seja, no mínimo, trabalhavam 4 horas por dia ou meio período, o que caracteriza um vínculo com alguma atividade desempenhada regularmente e dividindo o tempo com a escola. Para as crianças que trabalham acima de 20 horas a situação é ainda mais delicada, pois a atividade que desempenhavam ocupava-lhes mais de meio dia de trabalho e até o dia todo, diariamente. Considerando que crianças nesse intervalo de idade não podem estudar no período noturno, então muito provavelmente estão fora da escola ou estão com frequência irregular.

Tabela 13: Frequência e participação percentual das crianças paranaenses com idade de 5 a 9 anos segundo a quantidade de horas trabalhadas por semana - 2009.

Horas trabalhadas na semana	Trabalho em atividades diversas		Trabalho doméstico	
	Freq.	%	Freq.	%
Até 10	5.174	75,61	171.949	90,69
11 a 20	1.268	18,53	16.387	8,64
21 a 40	401	5,86	1.268	0,67
Total	6.843	100	189.604	100

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Com relação às horas dedicadas ao trabalho doméstico, 9,3% da população na idade de 5 a 9 anos trabalhava mais de 11 horas por semana, seja ajudando nos cuidados com a casa, cuidando de irmãos menores, ajudando a mãe em pequenas atividades ou auxiliando os pais em atividades produtivas familiares, a criança está sendo obrigada a dividir o seu tempo de lazer e de estudo com o trabalho num período de sua vida em que é totalmente proibido. É compreensível que as crianças precisam, desde cedo, ter disciplina quanto ao local em que vivem, como, por exemplo, arrumar a cama ao se levantar, tirar o prato da mesa após as refeições, recolher o lixo que jogaram no chão, enfim, pois são atividades que não exploram o indivíduo infantil.

6.1.1 Caracterização da população paranaense adulta ocupada

Para atingir o objetivo a que este trabalho se propôs, é necessário analisar a população que declarou à PNAD estar inserida em alguma atividade econômica. Assim sendo, a partir de

agora os dados apresentados referem-se somente à População Ocupada no Paraná com idade entre 18 e 70 anos. Antes, porém, é preciso retomar a discussão sobre a forma como as pessoas se inserem no mercado de trabalho. Como já visto, os indivíduos se engajam em atividades legalmente regulamentadas ou em ocupações que não lhes dão nenhuma segurança ou proteção legal. Assim, é necessário separar a população ocupada segundo a condição na ocupação, se formal ou informal. As Tabelas 14 e 15 apresentam essa divisão.

Os trabalhadores são agrupados e classificados de acordo com a atividade que exercem. A PNAD/2009 os classificou em 11 categorias conforme a posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência. Tais categorias são: empregado com carteira de trabalho assinada; militar; funcionário público estatutário; outro empregado sem carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; conta própria; empregador; trabalhador na produção para o próprio consumo; trabalhador na construção para o próprio uso; e não remunerado. A Tabela 14 apresenta a frequência e a participação percentual dos trabalhadores em cada categoria.

Tabela 14: Distribuição da população ocupada paranaenses com idade de 18 a 70 anos de idade segundo a posição na ocupação - 2009.

Posição na ocupação	Freq.	%
Construção para o próprio uso	5.406	0.10
Conta própria	995.051	19.11
Doméstico com carteira	113.575	2.18
Doméstico sem carteira	283.136	5.44
Empregado com carteira	2.163.493	41.55
Empregado sem carteira	650.953	12.50
Empregador	291.377	5.60
Funcionário Público	351.358	6.75
Militar	7.809	0.15
Trabalhador não remunerado	197.653	3.80
Produção para o próprio consumo	147.168	2.83
Total	5.206.979¹⁵	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

¹⁵ É preciso esclarecer que o total de pessoas ocupadas no Paraná com idade entre 18 e 70 anos é de 5.234.181, e, no entanto, as análises serão sobre um total de 5.206.979 indivíduos. A diferença de 27.202 pessoas se refere aos indivíduos que não quiseram declarar o rendimento mensal para a pesquisa. Assim, para a variável correspondente a essas pessoas foi atribuído o valor 999 999 999 999, o que pode significar que o não declarante pode ter renda zero, ou ser um milionário. Como a variável renda é de suma importância para as análises aqui desenvolvidas, optou-se em excluir tais declarantes no intuito de eliminar o viés do resultado.

Os trabalhadores com carteira assinada se destacam com a maior participação no total, mas apenas 41,55% dos trabalhadores estão nessa condição. Se somarem todos os trabalhadores formais, isto é, os que possuem carteira assinada, empregadores, funcionários públicos e militares, juntos conformam 56% da população. O restante são os trabalhadores considerados informais, sendo a maioria constituída pelos trabalhadores por conta própria (19,11%). Os que sobraram equivalem a cerca de 1/4 da população de trabalhadores paranaenses, sem registro em carteira, sem proteção e sem garantia de direitos trabalhistas.

No Brasil, a questão da informalidade está fortemente associada ao fato de possuir ou não o registro em carteira de trabalho, sendo esse documento o diferencial para classificar os trabalhadores em formais e informais. Existem, porém, outras definições, como a utilizada no estudo organizado por Jakobsen; Martins; Dombrowski (1996) sobre o trabalho informal em São Paulo. Eles adotaram critérios internacionais de definição do setor informal (critérios empregados nos estudos da OIT), de que o setor é caracterizado pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho, partindo-se do pressuposto de que todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com essas características são informais.

Alguns autores ainda consideram trabalhadores informais aqueles que não contribuem para a previdência social. Em Perry et al. (2007), por exemplo, é amplamente discutida a questão da não contribuição para a previdência social como uma das características principais dos trabalhadores informais. Entretanto, essa é uma peculiaridade que carece ser analisada, pois será que o fato de um trabalhador contribuir para a previdência o torna formal no mercado de trabalho? Ou ao contrário, possuir vínculo empregatício, mas não contribuir para o sistema previdenciário o torna informal?

Considerando apenas o aspecto contributivo à previdência como diferença entre os trabalhadores formais e informais fez com que se optasse por separar a população em quatro categorias: Informal A e B, Formal A e B, conforme mostra a Tabela 15, para verificar se há grandes diferenças entre eles quando se considera essa particularidade.

Utilizando-se de definições do próprio IBGE para subdividir os trabalhadores em formais e informais, o primeiro quadrante da Tabela 15, que se refere ao Informal A. Esse quadrante apresenta os trabalhadores que, segundo a sua ocupação e condição, são classificados como trabalhadores informais independentemente de contribuírem ou não para o sistema de previdência, o que totalizou 2.279.367 indivíduos. No quadrante 2, referente ao Informal B, estão os indivíduos que estão em atividades sob a condição de informal e não

contribuem para a previdência e, se essa fosse a condição única de classificação, seriam os trabalhadores de fato informais. O total de indivíduos cai para 2.002.555.

Tabela 15: Distribuição frequencial de todos os trabalhadores paranaenses com idade entre 18 a 70 anos segundo a posição na ocupação e o fato de contribuir ou não para a previdência - 2009.

(1) Informal A		(3) Formal A			
Posição na ocupação	Freq.	Posição na ocupação	Freq.		
Conta própria	995.051	Doméstico com carteira	113.575		
Construção próprio uso	5.406	Empregado com carteira	2.163.493		
Produção próprio consumo	147.168	Empregador	291.377		
Trabalho não remunerado	197.653	Funcionário público	351.358		
Empregado sem carteira	650.953	Militar	7.809		
Doméstico sem carteira	283.136				
Total trabalhadores informais	2.279.367	Total trabalhadores formais	2.927.612		
(2) Informal B			(4) Formal B		
Posição na ocupação	Freq.	%	Posição na ocupação	Freq.	%
Conta própria que não contribui	770.242	77.41	Doméstico com carteira	113.575	100.00
Construção próprio uso	5.406	100.00	Empregado com carteira	2.163.493	100.00
Produção próprio consumo	143.830	97.73	Empregador que contribui	196.966	67.60
Trabalho não remunerado	171.224	86.63	Funcionário público	351.358	100.00
Empregado sem carteira	546.090	83.89	Conta própria que contribui	224.809	22.59
Doméstico sem carteira	263.543	93.08	Produção próprio consumo que contribui	3.338	2.27
Empregador que não contribui	94.411	32.40	Trabalho não remunerado que contribui	26.429	13.37
Militar	7.809	100.00	Empregado sem carteira que contribui	104.863	16.11
			Doméstico sem carteira que contribui	19.593	6.92
Total trabalhadores informais segundo o fato de não contribuir para previdência	2.002.555		Total trabalhadores formais segundo o fato de contribuir para previdência	3.204.424	

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

O quadrante 3, que se refere aos trabalhadores Formais A, distribuídos segundo a ocupação, soma 2.927.612 pessoas, que estão devidamente registradas na atividade que exercem. No último quadrante tem-se o grupo Formal B, que seriam as pessoas do Formal A,

somadas ao pessoal que, embora estejam numa ocupação informal, contribuem para a previdência, correspondendo a 3.204.424 indivíduos.

Olhando para a Tabela 15, algumas ressalvas têm que ser feitas: Dos empregadores, que geralmente são considerados formais, apenas 67,6% contribuem para a previdência. Esse grupo merece uma pesquisa mais profunda, uma vez que o empregador pode se declarar tanto como empregador ou como conta própria, dependendo do empreendimento que tem, porém, se ele se declarou empregador e não contribui para a previdência, muito provavelmente seus funcionários sejam contratados sem registro e tampouco contribuem para o sistema previdenciário, o que faz aumentar o índice de trabalhadores na informalidade.

De maneira semelhante, sabe-se que os militares não são trabalhadores informais, e, no entanto, 100% deles não contribuem para a previdência social, pois tanto eles como os funcionários públicos possuem sistemas de aposentadoria e pensões exclusivas das categorias. Sendo assim, questiona-se: O fato de o indivíduo estar cadastrado junto ao sistema de previdência faz com que o trabalhador sem registro não seja considerado informal? Por exemplo, uma empregada doméstica sem carteira, mas que contribui para o sistema de previdência passaria a ser contada como formal? De igual modo, os trabalhadores não remunerados, conta própria e as demais categorias informais que fazem regularmente seu depósito junto à previdência deixam de participar do montante de trabalhadores informais? Interessante seria se pudéssemos identificar a origem dos recursos utilizados para realizar o pagamento da previdência, principalmente no caso dos não remunerados, que, mesmo sem pagamento algum, pagam a previdência, mas na PNAD não consta tal questionamento.

Percebe-se o porquê da dificuldade de a literatura estabelecer um conceito único sobre o que é trabalhador formal e informal. Dessa forma, cabe ao pesquisador delimitar o que será considerado em sua análise como trabalho formal e informal de acordo com o seu objeto de estudo. Para fins desta pesquisa será utilizada a definição empregada por um conjunto de autores como Cacciamalli (2000); Chahad (1988), em que informais são os trabalhadores em atividades em que prevalece o mínimo de intervenção do governo, trabalhadores que não cumpre as leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, trabalhadores sem contratos registrados junto à seguridade social ou trabalhadores com contratos sem tempo de duração e sem que sejam definidos, de forma clara, os itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros. Assim, são consideradas, para as análises, todas as categorias do primeiro quadrante como trabalhadores informais e todas as categorias do terceiro quadrante como trabalhadores formais.

6.1.2 Principais características socioeconômicas dos trabalhadores informais e formais paranaenses

Antes de estabelecermos a relação entre a idade de ingresso no trabalho e a condição atual desse trabalhador na atividade que exerce no mercado de trabalho, é necessário que se conheçam as principais características socioeconômicas da população trabalhadora paranaense. Assim, entre as características, julgou-se relevante verificar a situação do domicílio do trabalhador paranaense, identificada como urbano ou rural.

Analisar os trabalhadores segundo o sexo também é importante, isso pelo fato de que, mesmo após anos de lutas para equivaler os direitos de homens e de mulheres, ainda se presenciavam grandes divergências na sociedade brasileira entre os dois sexos. Assim, ao incluir essa variável, pretende-se captar se a inserção no mercado de trabalho informal se dá em proporções diferentes para os dois sexos, sendo que será verificado se as mulheres são mais propensas à informalidade no mercado de trabalho.

Dessa forma, a Figura 8 é constituída por dois painéis: o primeiro mostra a distribuição da população de acordo com a forma de ocupação no mercado de trabalho e o fato de ser homem ou mulher. Acredita-se que exista uma tendência de o trabalho da mulher caracterizar-se pela informalização no mercado de trabalho e, por isso, supôs-se, de antemão, que os dados referentes às mulheres trabalhadoras informais seriam significativamente maiores que os dos homens. O que a figura mostra é, porém, uma diferença muito pequena entre os sexos. Vale dizer que a população trabalhadora do Paraná é composta por 55,59% de homens e 44,41% de mulheres, ou seja, a diferença de participação da mulher no mercado de trabalho é menor que 12% em relação aos homens.

Analisando separadamente trabalhadores informais e formais, observa-se que os primeiros são compostos por 52,8% de homens e 47,2% de mulheres. Semelhantemente, 57,8% dos trabalhadores formais são homens e 42,2% são mulheres. Pela Figura 8, o que merece destaque é que, nas atividades informais, a diferença entre homens e mulheres é de 5,6 pontos percentuais, o que significa que, quando o assunto é irregularidade no trabalho, as condições de homens e de mulheres não são tão discrepantes. Para as mulheres, o emprego informal se torna uma opção que possibilita a combinação entre o trabalho e as tarefas do lar. Aliás, essa é uma situação corroborada pelo estudo do Banco Mundial em Perry et al. (2007).

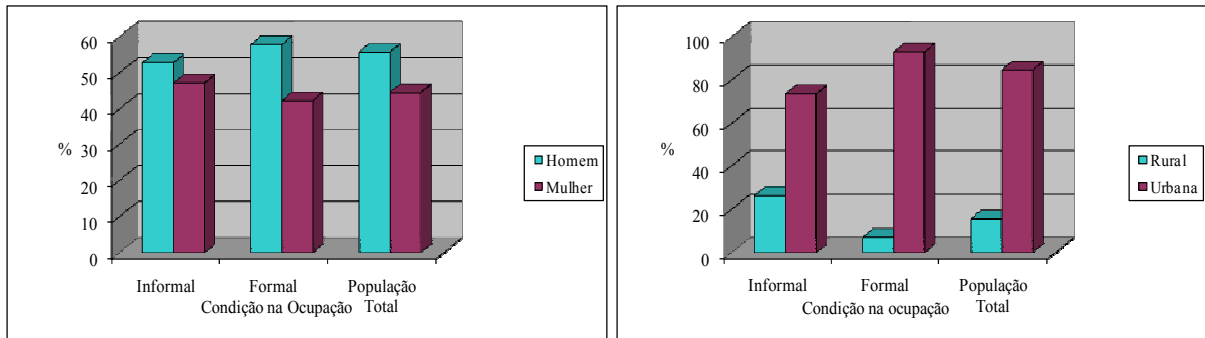


Figura 8: Distribuição percentual da população ocupada paranaense segundo a condição na ocupação, a área de domicílio e o sexo - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

No segundo painel da Figura 8, tem-se a distribuição da população trabalhadora do Paraná segundo a condição na ocupação e o fato de ter a área rural ou urbana como domicílio. Os dados que deram origem à figura desse painel revelam que a população paranaense é predominantemente urbana, 84% da população trabalhadora paranaense, o equivalente a 4.398.894 pessoas com idade entre 18 e 70 anos reside nas cidades, enquanto que 16% residem no campo (808.085 trabalhadores).

Estratificando-os pela condição na atividade laboral que exercem, tem-se que, dos trabalhadores informais, 73,68% estão na área urbana, contra 26,32% da área rural. Guardadas as devidas proporções, é possível dizer que, embora o valor percentual dos trabalhadores informais seja maior para a área urbana, quando verificado o montante de pessoas ao qual se referem os 26,32% (600.005), é o mesmo que dizer que mais de 74% da população rural ocupada está na informalidade. Isso ressalta, mais uma vez, o que evidencia a literatura, de que há uma tendência à informalidade nas áreas rurais, ora pelas atividades exercidas, ora pela tradição das culturas e forma de inserção no trabalho, que ainda predominam nessas áreas. Quanto às ocupações formais, 92,89% delas estão na área urbana e 7,11% estão na área rural.

Na próxima tabela tem-se a subdivisão da população trabalhadora do Paraná de acordo com os ramos de atividade. A intenção é identificar se existe uma diferença significativa na forma de inserção no mercado de trabalho dos trabalhadores formais e informais. Em geral, há nas atividades agrícolas uma tradição à informalidade ao longo do tempo e, mesmo com todas as alterações nos padrões de produção e nas relações de trabalho, essa condição ainda é persistente. Segundo a Tabela 16, dos trabalhadores informais no Paraná, 28% estão nas atividades agrícolas. Esse fato pode estar associado à tradicional agricultura familiar, com forte presença no Estado. A quantidade de trabalhadores agrícolas informais é nove vezes maior que os formais, pois apenas 3,7% desses trabalhadores estão formalizados na

agricultura. A indústria foi o setor que se destacou nas contratações formais, seguida do comércio e do setor de serviços, este último significativamente crescente a partir da década de 1990.

Tabela 16: Distribuição frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, estratificada pela atividade e condição na ocupação - 2009.

Atividade de ocupação	Informal		Formal	
	Freq.	%	Freq.	%
Agricultura	638.473	28,01	108.849	3,72
Comércio	377.595	16,57	599.431	20,48
Construção Civil	240.127	10,53	147.378	5,03
Doméstica	275.490	12,09	119.782	4,09
Indústria	197.175	8,65	677.523	23,14
Outras Atividades	232.664	10,21	388.764	13,28
Serviços	219.062	9,61	488.033	16,67
Social	98.781	4,33	397.852	13,59
Total	2.279.367	100,00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Na sequência, a Tabela 17 apresenta a distribuição da população trabalhadora paranaense segundo escolaridade e sua condição na ocupação. É comum, quando se fazem análises relacionadas ao mercado de trabalho, a ideia de que a população menos escolarizada se encontra nas condições inferiores de trabalho. Isso está expresso no trabalho de vários autores, no entanto, quando verificada a população pela sua condição na ocupação, percebeu-se que o setor informal de trabalho absorve tanto pessoas desqualificadas e não escolarizadas como, também, indivíduos com alto nível de instrução, pois 13% da população trabalhadora em caráter informal são pessoas que têm mais de onze anos de estudo. Essas pessoas são, geralmente, profissionais até com nível superior de educação, mas que, por algum motivo, não se engajaram numa atividade formal de trabalho.

São os casos, por exemplo, de enfermeiros que prestam serviços domésticos a idosos ou a crianças sem nenhum vínculo empregatício com a família, eletricitas, encanadores e tantos outros. A principal categoria de trabalhadores na qual se encontram muitos indivíduos com nível elevado de escolaridade é a dos por conta própria. Macedo (1982) relata que nessa atividade há várias categorias em termos de especialização profissional, que vão desde as mais simples, como engraxates, vendedores ambulantes, até aqueles que exigem formal especialização, tal como marceneiro, fundição, construção e tecelagem.

Comparando os dois setores de ocupação vê-se que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, desses, 9,22% são analfabetos, número quase três

vezes maior que o pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade. Essa diferença demonstra o quanto ocupar postos de trabalho no setor formal é uma condição limitada às pessoas sem escolaridade. Outra questão também preocupante é com relação às pessoas com nível de escolaridade superior a 9 anos, pois são pessoas relativamente instruídas e que estão no trabalho informal. O percentual e o número de pessoas com mais de 11 anos de estudo na informalidade é maior que o percentual referente às pessoas sem instrução.

Tabela 17: Distribuição frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, estratificada pela escolaridade e condição na ocupação - 2009.

Anos de estudo	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Sem instrução	210.201	9,22	99.482	3,40
1 a 4	645.770	28,33	336.177	11,48
5 a 8	543.583	23,85	564.229	19,27
9 a 11	576.024	25,27	1.126.938	38,49
> 11	303.789	13,33	800.786	27,35
Total	2.279.367	100,00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Na condição formal de trabalho, 3,4% são analfabetos. Nesse caso, muito provavelmente, estão empregados domésticos, auxiliares de produção, auxiliares na construção civil, babás, entre outras funções que os indivíduos conseguem exercer sem ter que possuir escolaridade. É preciso enfatizar que se observa uma tendência de redução do número de pessoas não escolarizadas que pertencem ao mercado formal de trabalho, pois as modificações cotidianas nos padrões tecnológicos acabam por ocasionar a substituição de trabalhadores analfabetos por aqueles que tenham pelo menos um mínimo de escolaridade. É o caso, por exemplo, das empregadas domésticas. As pessoas analfabetas, quando expelidas da condição formal, não lhes resta alternativa a não ser buscar emprego no setor informal, causando o inchamento do percentual de analfabetos na informalidade.

É expressiva a quantidade de pessoas com até 4 anos de escolaridade que está no mercado de trabalho formal (11,48%). O maior percentual de trabalhadores no mercado formal está com aqueles que têm de 9 a 11 anos de estudos, ou seja, pessoas que concluíram o ensino fundamental e estão no ensino médio ou também já o concluíram. Enquanto que 27,35% de toda população ocupada formalmente ou possui o ensino médio completo, ou está na faculdade ou já concluiu o curso superior. Apenas 13% dos informais têm a mesma condição.

Destaca-se que 38,5% dos trabalhadores informais têm mais de 9 anos de estudo contra 65,8% do setor formal com essa mesma escolaridade. Esses números e percentuais mostram que, verdadeiramente, o setor formal absorve as pessoas mais escolarizadas, mas não deixa de ser alarmante o número de pessoas instruídas inseridas em atividades informais. Menezes Filho et al. (2004) fazem uma observação importante sobre os trabalhadores. Para ele, mesmo um trabalhador sendo formal, o fato de ter carteira assinada e proteção legal não lhe garante uma maior renda, sendo que o grau de escolaridade é mais determinante para isso. De modo geral, 5,95% da população trabalhadora paranaense é sem instrução alguma, o que significa que 309.683 pessoas no mercado de trabalho não sabem ler e nem escrever. Resta, então, saber em que atividades estão alocados esses trabalhadores sem instrução alguma e aqueles com até 4 anos de estudo no setor formal e informal. Os dados seguintes complementam essas informações.

A Tabela 18 mostra a divisão dos trabalhadores de acordo com a sua escolaridade, a área de domicílio e a sua condição na ocupação. Mostra-se isso com o intuito de identificar em que ocupação está a população menos escolaridade do Estado. Os dados, mais uma vez, confirmam o que preconiza a literatura, de que a área rural é a que tem mais trabalhadores sem instrução, tanto em caráter formal quanto no informal. Da população trabalhadora informal da área rural, 14,78% das pessoas não possuíam escolaridade alguma, ou seja, eram indivíduos completamente analfabetos, valor duas vezes maior que o correspondente da área urbana (7,24%). De forma geral, os dados mostram que os trabalhadores sem escolaridade se concentram, principalmente, nas áreas rurais do Estado, seja em atividades formais ou informais.

Tabela 18: Distribuição da População Ocupada paranaense segundo a área de domicílio, escolaridade e condição na ocupação - 2009.

Posição na ocupação por área e Anos de estudo	Informal				Formal			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Sem instrução	88.665	14,78	121.536	7,24	20.660	9,93	78.822	2,90
1 a 4	264.320	44,05	381.450	22,71	56.497	27,15	279.680	10,28
5 a 8	117.172	19,53	426.411	25,39	51.361	24,68	512.868	18,86
9 a 11	102.550	17,09	473.474	28,19	59.137	28,42	1.067.801	39,26
> 11	27.298	4,55	276.491	16,46	20.425	9,82	780.361	28,69
Total	600.005	100,00	1.679.362	100,00	208.080	100,00	2.719.532	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Uma vez identificadas a área de domicílio e as atividades de ocupação e a escolaridade dos trabalhadores paranaenses, é necessário analisar em quais atividades eles

estão inseridos de acordo com sua escolaridade. Kon (1998) estudou a relação entre a escolaridade e a ocupação do trabalhador, de modo que um nível mais elevado de escolaridade se reflete em maior modernização nas ocupações e em melhor remuneração. Ainda, de acordo com Souza (1980), é característico dos trabalhadores mais qualificados e experientes em cada categoria profissional o fato de pertencerem ao mercado formal de trabalho.

A Figura 9 mostra que os trabalhadores sem instrução se empregam majoritariamente na agricultura, até porque a maioria das atividades agrícolas requer muito mais força física do que acúmulo de escolaridade, podendo ser desempenhadas por aqueles que não sabem ler ou escrever. A mesma situação se repete para os trabalhadores com pouca instrução, isto é, com até 4 anos de estudo nas duas condições de ocupação. Mesmo assim é preciso destacar que o número de trabalhadores analfabetos na agricultura é significativamente maior no setor informal do que no setor formal. Dos trabalhadores informais na agricultura, 62,6% têm de 0 a 4 anos de estudo e apenas 18% têm acima de 9 anos de escolaridade. Como mostra a figura, na condição informal, a agricultura, seguida do doméstico e da construção civil, nessa ordem, são os setores que mais absorvem os trabalhadores sem instrução. O mesmo se repete entre os trabalhadores com até 4 anos de estudo. Na condição formal, agricultura, construção civil e doméstico são também os setores que se destacam por empregar a maior parte dos trabalhadores sem instrução ou pouco instruídos.

Figueiredo e Corrêa (2004) apontam que a educação, juntamente com o acesso à terra, são fatores importantes e explicativos da desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores alocados na agricultura paranaense. Numa agricultura moderna e altamente tecnificada como a do Paraná, investir em educação é a melhor forma de capacitar os trabalhadores do setor e de criar melhores condições para aumento da produtividade do trabalho. Essas duas variáveis, se solucionadas, em muito poderiam contribuir para um crescimento ainda maior da agricultura no Paraná, crescimento que seria acompanhado de uma redução da desigualdade e da pobreza do Estado.

Observa-se que, conforme o nível de escolaridade se eleva, há o aumento da distribuição dos trabalhadores entre as diversas atividades. Ao verificar o grupo de maior escolaridade, ou seja, aqueles acima de 11 anos de estudo, vê-se que o setor social é o que mais absorve essa mão de obra. Nessa categoria estão, por exemplo, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros profissionais dos quais se exige mais instrução. Observa-se uma contradição: para os dois primeiros grupos menos escolarizados a agricultura e o social se destacam por apresentarem o maior e menor percentual, respectivamente. Já para os mais

escolarizados, social ocupa a primeira posição nas duas condições de inserção, formal e informal, pois 58% (do total de 232.589) dos trabalhadores formais e 62% (do total de 61.937) dos trabalhadores informais com mais de 11 anos de estudo estão no setor social. Entre as pessoas pertencentes a esse recorte de escolaridade, as menores participações dos trabalhadores estão nas atividades domésticas, agrícolas e construção civil na condição formal, e ainda menor na condição informal.

As atividades ligadas à construção civil e aos serviços domésticos, juntamente com a agricultura, absorvem 10,8% da população trabalhadora informal com mais de 11 anos de estudo. Essas mesmas atividades são responsáveis por empregar 25% dos trabalhadores formais com a mesma escolaridade. Em ambos os casos, é interessante observar os percentuais, porque na construção civil podem estar os diferentes técnicos, engenheiros, encarregados, pessoas que de fato têm que ser mais instruídas. Já no serviço doméstico é curioso o fato de que trabalhadores escolarizados com nível igual ou acima de 11 anos de estudo se insiram em tal condição.

O Comércio se destaca entre os trabalhadores com escolaridade de 9 a 11 anos, até porque, em geral, as atividades desempenhadas exigem mais treinamento e experiência do que a escolaridade propriamente dita. Mesmo assim, contudo, a Figura 9 evidencia o quanto é importante a educação para que o trabalhador consiga se alojar nos setores de atividades que lhe ofereça melhores condições de trabalho e conseqüente remuneração em retorno à sua qualificação.

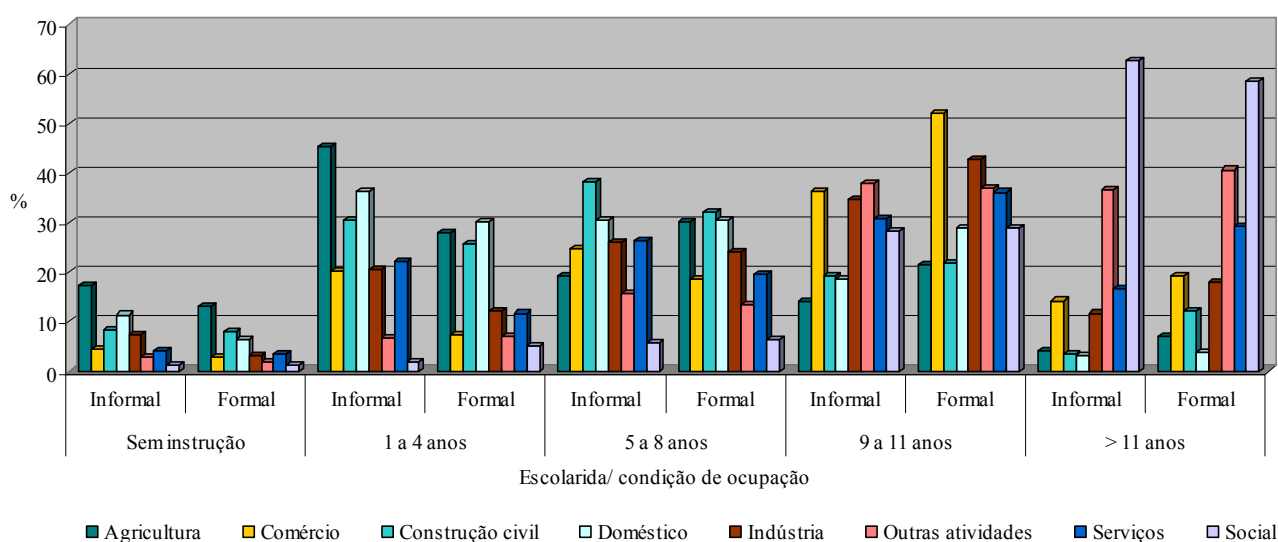


Figura 9: Distribuição da População Ocupada paranaense segundo a escolaridade, ramo de atividade e condição na ocupação - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

A educação não está relacionada apenas com a renda do indivíduo, mas está associada também ao desemprego. Segundo Tafner (2006), em 2002, uma pessoa com nível médio incompleto tinha 17,6% de probabilidade de estar desempregada, porém, ao completar o ensino médio, suas chances de desemprego caíam para 10,9%, e, enfim, caso tivesse o superior incompleto, era de apenas de 5,4%, deixando indubitável que a educação tem influência direta na vida das pessoas.

Outra variável importante e com forte influência sobre o comportamento dos trabalhadores é o tamanho da família. Como ressaltado em Pastore, Zylberstain e Pagoto (1983), há uma significativa correlação entre pobreza e tamanho da família. Kassouf (2002), na discussão sobre os aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil, diz que, nas famílias pobres, a quantidade de pessoas é um dos fatores que cria obstáculos à ascensão da família no que diz respeito às melhores condições econômicas, uma vez que, quanto mais pessoas, menor será a renda *per capita* familiar e a disponibilidade de recursos para a satisfação das necessidades básicas. Assim, a Tabela 19 apresenta os dados sobre as famílias dos trabalhadores paranaenses separados em formais e informais. O objetivo é verificar se, entre os trabalhadores de famílias maiores, o trabalho informal é mais comum.

Tabela 19: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo o tamanho da família e a condição na ocupação - 2009.

Tamanho da família ¹⁶	Informal		Formal	
	Freq.	%	Freq.	%
Uma pessoa	111.633	4.90	138.863	4.74
Duas pessoas	523.606	22.97	609.747	20.83
Três pessoas	662.221	29.05	913.122	31.19
Quatro pessoas	594.173	26.07	816.866	27.90
> quatro pessoas	387.734	17.01	449.014	15.34
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100.00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

No específico dos trabalhadores paranaenses, o tamanho da família não se mostrou com significativa influência na condição de ocupação dos indivíduos, pois menos de 20% dos trabalhadores informais e de 15% dos formais têm mais de quatro membros na família. Para os demais intervalos não há diferenças acentuadas, ficando a população trabalhadora

¹⁶ Considerou-se, para o tamanho da família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar (PNAD, 2009).

concentrada entre as famílias com 2 (imagina-se que seja o apenas o casal) a 4 pessoas, indicando casais com até 2 filhos. É preciso destacar que as famílias, na atualidade, em geral, são pequenas, com um ou dois filhos, e isso independe da condição social. Em décadas passadas, as famílias pobres eram caracterizadas pelo grande número de filhos, o que era um dos empecilhos à ascensão familiar em função dos recursos escassos e a quantidade de pessoas que tinham que ser sustentadas.

Os dados sobre a inserção dos adultos na informalidade não se mostraram impactantes para as famílias com mais membros, mas, quando se analisa o trabalho precoce, essa variável é de grande influência. Corseoul, Santos e Foguel (2001), após verificarem vários autores, apontaram que a quantidade de membros que uma família tem é determinante para a distribuição dos recursos. Se uma família é composta por muitos membros, dependendo da renda e do tempo a ser gasto em educação, pouco receberá cada membro. Assim, quanto maior for a quantidade de filhos que uma família possui, menor será o nível e a qualidade de educação desses filhos. Em domicílios com grande quantidade de filhos, as crianças têm menos chances de se dedicarem exclusivamente à escola.

Em Kassouf (2004), os dados corroboram o que diz a literatura sobre a importância que o tamanho da família exerce no fato de a criança trabalhar ou não. Segundo esse estudo, nos estados do Maranhão, da Paraíba e do Rio de Janeiro, dos domicílios que tinham crianças trabalhando, as famílias que tinham sete membros ou mais eram duas vezes maiores que os domicílios que não tinham crianças trabalhadoras. Isso evidencia que quanto mais numerosa for a família, maior é a probabilidade de encontrar as crianças imersas no trabalho.

Falando de rendimento, a Tabela 20 apresenta as diferentes categorias de remunerações recebidas pelos trabalhadores paranaenses em ambas as condições de ocupação em 2009. As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades, como em IPEA (2006).

Os dados da Tabela acima ratificam, para o Paraná, que, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%). A diferença de rendimento entre os indivíduos menos remunerados nos dois setores é muito acentuada.

Tabela 20: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a renda mensal recebida e condição na ocupação - 2009.

Renda mensal (salário mínimo em R\$)	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Até meio	602.089	26.41	3.273	0.11
> meio a 1	511.549	22.44	216.421	7.39
> 1 a 1,5	358.727	15.74	721.956	24.66
>1,5 a 2	244.168	10.71	630.319	21.53
>2	562.834	24.69	1.355.643	46.31
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Na condição formal de trabalho, menos de meio por cento da população trabalhadora recebe até meio salário mínimo por mês. O contrário acontece no mercado informal, em que o maior número de pessoas ganha menos e até meio salário mínimo mensal. Neste momento, cabe um questionamento: – Um estado em que quase 50% de sua população trabalhadora é de trabalhadores informais e que tem 25,61%, isto é, mais de um quarto de sua população trabalhadora (1.333.332 pessoas), recebendo rendimento menor ou de até um salário mínimo mensal, tem repassado à população o crescimento obtido?

O Paraná cada vez mais se destaca na pauta de produção e de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais, mas, na medida em que cresce economicamente, se acentuam também as contradições sociais. Muito ainda precisa ser feito para garantir à sua população trabalho digno, com uma remuneração capaz de satisfazer às necessidades individuais e coletivas dos trabalhadores. Figueiredo e Corrêa (2004) que estudaram sobre a desigualdade de rendimentos do trabalho entre as pessoas ocupadas na agricultura do Paraná, mostram que o crescimento da agropecuária dos últimos anos não tem conseguido amenizar a forte concentração de rendimentos nesse setor, caracterizando-o como concentrador da renda e da riqueza, refletindo na elevada intensidade da pobreza e na perpetuação dos efeitos negativos da modernização agrícola.

De toda a população ocupada informalmente no Paraná, apenas 35,4% recebem acima de 1,5 salários por mês, ao passo que, com a mesma renda, se encontra a maioria dos trabalhadores do setor formal, isto é, 67,84% dos trabalhadores formais. Dentre os dados apresentados, chama atenção a soma das duas menores remunerações dos trabalhadores informais: aqueles que recebem remuneração de até meio salário mínimo e os que recebem até 1 salário, juntos correspondem a quase metade da população ocupada nessa condição (48,85%). Considerando que os valores da tabela foram calculados com base no salário mínimo vigente em 2009, de R\$465,00, tem-se que esses trabalhadores receberam, em média,

menos de R\$465,00. Se, na hipótese de que entre esses trabalhadores há muitos chefes de família, e somente ele trabalha, com até 2 dependentes na casa e que tenha despesas mensais com aluguel (R\$300,00), luz e água (R\$60,00), além de alimentação e higiene (R\$300,00), o seu rendimento não foi suficiente e muito menos sobrou para as demais necessidades, dele e de seus dependentes, como medicamentos, vestuário, transporte, entre outros.

Como exigir que um trabalhador com uma mísera renda de menos que um salário mínimo e que tenha que sustentar uma família tenha condições de contribuir para a previdência social, no intuito de garantir a aposentadoria futura? Caso eles fossem trabalhadores formais, o percentual a ser repassado para o sistema previdenciário já viria descontado na folha de pagamento, que, além de reduzir ainda mais a renda do indivíduo, não lhe daria a opção de contribuir ou não, condição diferente a do trabalhador informal, que pode “escolher” entre contribuir ou não para a previdência. Nessas condições, pode-se concordar com o que apontam Perry et al. (2007), de que a baixa renda é a justificativa empregada para a não contribuição para previdência e que muitos trabalhadores “optam” por trabalhar sem registro para garantir um pouco mais de renda.

Além da escolaridade, existem outros importantes aspectos que afetam a condição do trabalhador no mercado de trabalho. Por isso, optou-se por verificar também a característica cor ou raça dos indivíduos, pelo fato de se acreditar que algumas características pessoais podem interferir na sua vida. Soares (2000), por exemplo, analisou a diferença de rendimentos entre brancos e negros e seus resultados revelam enormes discrepâncias entre as mulheres e homens brancos e negros. Tais diferenças se dão, no caso feminino, por definição salarial pelo próprio mercado, enquanto que, para os homens, é decorrente da diferença de qualificação, além de sofrerem discriminação quanto à inserção e salário. O autor relata que homens negros ocupam postos inferiores de trabalho com relação aos homens brancos e, devido a isso, recebem rendimentos cerca de 10% menores que os brancos. Aqui, o intuito é verificar se alguma categoria é mais afetada pela informalidade.

Dessa forma, na Tabela 21 é possível observar a frequência dos trabalhadores do Paraná de acordo com a cor ou raça que se autodeclararam no momento da pesquisa. Segundo os dados, em 2009, a grande maioria da população, em ambos os setores, era composta por homens e mulheres de cor branca e, em seguida, de cor parda. Na população, na condição de informal, os brancos corresponderam a 71% da população e 24,6% eram pardos. No setor formal, 72,7% dos trabalhadores se declararam brancos e 23% se disseram pardos.

Em ambas as condições de ocupação, quando somados, menos de 2% eram amarelos ou indígenas e, entre as pessoas que trabalhavam, eram negras 3,37% no setor informal e

3,05% no setor formal. No Paraná, somente pelos dados expostos na tabela, não se pode dizer que há a prevalência de trabalhadores não brancos no mercado de trabalho informal, pois, de modo geral, nas duas condições de trabalho, mais de 70% da população é de brancos e, entre as outras categorias, não há diferença significativa que possa caracterizar uma discriminação.

Tabela 21: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a cor ou raça e condição na ocupação - 2009.

Cor ou raça declarada	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Amarela	14950	0.66	28034	0.96
Branca	1618763	71.02	2128381	72.70
Indígena	7477	0.33	7179	0.25
Negra	76857	3.37	89179	3.05
Parda	561320	24.63	674839	23.05
Total	2279367	100.00	2927612	100.00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Não se pode discutir informalidade no mercado de trabalho paranaense sem levar em consideração o processo de migração¹⁷. No Estado, apesar de a forma predominante de migração ter-se dado com o êxodo rural, há também as correntes migratórias que vieram de outros estados e de outras regiões. Sobre a migração, Correa (2003) diz que, em geral, ela promove um deslocamento físico de indivíduos ou grupos, o que, conseqüentemente, afeta a distribuição espacial do capital humano de uma determinada região. A oferta e a demanda por capital humano condicionam o desenvolvimento regional. Assim, a migração acaba por impactar de diferentes formas o espaço a que se destina. A integração social dos indivíduos migrantes depende de vários fatores, dos quais se destaca a inserção no mercado de trabalho.

Como mostra Correa (2003), num estudo desenvolvido para a região de Santa Cruz do Sul (RS), nas ocupações exercidas pela maioria dos migrantes predominam as atividades manuais com baixa remuneração e sem as garantias legais. A falta de qualificação se destaca na maioria dos migrantes, fator predominante que dificulta a sua integração social. Além disso, a mecanização industrial faz com que se reduza a oferta de empregos. Logo, a mão de obra não absorvida pelos setores econômicos amplia o número de desempregados, expandindo as áreas periféricas, inflando o quantitativo da população marginalizada. Dessa forma, mesmo que muitos “[...] migrantes atuam nas franjas do mercado formal de trabalho, muitos acabam ingressando no mercado informal e outros exercem mais de uma atividade, caracterizada pela atuação pendular entre o formal e o informal” (CORREA, 2003, p. 304).

¹⁷ Entende-se por migração os movimentos de pessoas que mudam de uma região para a outra.

As correntes migratórias impactam o mercado de trabalho a partir do momento em que essas pessoas concorrem por vagas com a população interna. Se uma parte dessa corrente for formada por pessoas desqualificadas profissionalmente, sem especialização, pouca escolaridade ou que, por algum outro motivo, são inadequadas para o mercado de trabalho, muito provavelmente se terá um inchamento do mercado informal de trabalho da região de destino. A partir dessas informações, verificou-se a população migrante e não migrante do Paraná de acordo a sua condição no mercado de trabalho. A Tabela 22 tem os dados.

Para compor essa tabela selecionaram-se dados referentes às pessoas que declararam à pesquisa que estavam morando no Estado há até 9 anos atrás, ou seja, considerando que a pesquisa foi realizada em 2009, chamou-se de migrante toda pessoas que declarou morar no estado a partir do ano de 2000. Também se chamou-se de migrante toda pessoa que disse morar no município atual no mesmo período, pois, se considerasse apenas a migração entre estados, a análise ficaria enviesada, pois são notórios os importantes movimentos populacionais entre as cidades do estado. Assim, de acordo com o que se lê na tabela, apenas 17% dos trabalhadores informais e 19,58% dos formais, eram migrantes inter- ou intraestado, o que significa que, se verificada apenas a condição na ocupação, ser ou não migrante no Paraná não impacta, de forma significativa, o mercado informal de trabalho.

Tabela 22: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo a condição na ocupação e o fato de ser migrante ou não-migrante entre 2000 - 2009.

Situação no Estado	Informal		Formal	
	Freq.	%	Freq.	%
Migrante	389.195	17.07	573.324	19.58
Não migrante	1.890.172	82.93	2.354.288	80.42
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100.00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

A Tabela 22 mostra até uma situação favorável ao setor formal em que o percentual de migrantes é maior nesse setor. Uma justificativa para tal fato é que estamos analisando a população que se declarou migrante entre o ano 2000 e 2009, sendo que as migrações mais comuns nos últimos anos são de pessoas que não mais buscam a sobrevivência, como em décadas passadas, mas são estudantes que vão para outras cidades estudar e acabam ingressando no mercado de trabalho local, ou profissionais que migram para atenderem a novas propostas.

Nesse caso teríamos que analisar outros fatores referentes aos migrantes que possam impactar no mercado de trabalho, pois o fato de ser migrante ou não, não exerceu influência significativa sobre a posição de ocupação do trabalhador, quando analisado o Estado como um todo. Pode ser que verificando o impacto da migração sobre regiões isoladas, como fez Rippel (2005) para o Oeste do Paraná, se consiga mensurar de forma mais precisa a influência dessa variável na participação e condição dos indivíduos no mercado de trabalho.

Também se verificou o impacto que a idade atual do indivíduo tem sobre a condição de estar no mercado de trabalho informal. A idade do indivíduo é um dos condicionantes ao mercado formal de trabalho. A partir do momento em que a pessoa começa a trabalhar, conforme sua idade vai aumentando, ela acumula mais experiência na profissão ou atividade desempenhada e com isso tende a ter retornos crescentes no mercado de trabalho. Por outro lado, porém, Cacciamalli (1982) apontou que a idade também é um dos fatores que levam o trabalhador ao setor informal de trabalho.

Quando se analisa uma população com baixa qualificação, que tem como principal determinante do trabalho a força física, a partir de certa etapa de sua vida, a idade torna-se um empecilho para a continuidade em bons postos de trabalhos, e até mesmo para continuar a atuar no mercado de trabalho. Muitos se inserem em atividades informais para complementar a renda oriunda, principalmente, de aposentadorias. Aquino (2007) analisou dados sobre trabalhadores paranaenses em 2006 e verificou a influência da idade na condição do trabalhador. O autor mostrou que, conforme a idade aumenta, diminui a produtividade e, conseqüentemente, os rendimentos são cada vez menores.

No tocante à idade dos indivíduos inseridos no mercado de trabalho informal, Perry et al. (2007) dizem que, na maioria dos países, os trabalhadores jovens, principalmente os menos escolarizados, têm maior probabilidade de se tornarem empregados no setor informal, enquanto que os trabalhadores de meia-idade e os velhos têm maiores chances de serem empregados formais ou donos de sua própria atividade. Dessa forma, para os jovens, o trabalho informal é o ponto inicial de entrada no mercado de trabalho, até que fiquem mais velhos e mais experientes e conquistem uma vaga no setor formal. Ao mesmo tempo em que, para as pessoas idosas, o trabalho informal é a “opção” de geração de renda, especialmente para as que não acumularam capitais (humano e monetário) para ocuparem uma vaga formal ou abrir o negócio próprio.

De acordo com a Tabela 23, o Paraná abriga 1.173.189 pessoas com idade acima de 50 anos que estão espalhadas pelas diversas ocupações do mercado de trabalho, seja em caráter formal ou informal. De toda a população informal, mais da metade está com idade entre 50 e

59 anos de idade, ou seja, em plena atividade econômica, até porque nesse intervalo a aposentadoria ainda não é garantida, salvo em situações específicas. Da população trabalhadora acima dos 50 anos, 33,4% está com mais de 60 anos, isto é, no início da terceira idade. Conforme o intervalo de idade se distancia dos 50 anos se observa uma acentuada redução da participação dos indivíduos no mercado de trabalho.

O que chama a atenção é, contudo, o contingente de pessoas idosas acima de 70 anos de idade trabalhando e sua condição no trabalho. São mais de 83 mil indivíduos trabalhadores informais contra apenas 8 mil no mercado de trabalho formal, o que significa que na informalidade estão quase 10 vezes mais idosos do que na formalidade, corroborando o que diz a literatura de que esse é um setor alternativo para aqueles que já foram excluídos do mercado formal de trabalho por causa da idade avançada.

Tabela 23: Distribuição, frequência e percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a posição na ocupação no mercado de trabalho - 2009.

Idade Atual	Informal		Formal		Total trabalhadores
	Freq.	%	Freq.	%	
50 a 59 anos	422.302	58,55	358.924	79,43	781.226
60 a 69 anos	215.321	29,85	84.533	18,71	299.854
> ou = 70 anos	83.664	11,60	8.445	1,87	92.109
Total	721.287	100,00	451.902	100,00	1.173.189

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

A Figura 10 complementa os dados da tabela acima deixando visualmente mais clara a participação do idoso no mercado de trabalho informal. Observa-se que, a partir dos 60 anos, quando as pessoas começam a se preocupar com a aposentadoria, as curvas que representam o trabalho formal e informal se cruzam e se invertem. O trabalho informal, por razões já especificadas, passa a ser mais comum entre os trabalhadores idosos.

Na discussão sobre a participação do idoso no mercado de trabalho feita em Damasceno e Cunha (2008) é mostrado que a renda do idoso é importante para a composição da renda familiar *per capita*, pois os referidos autores observaram que, nos domicílios que tinham idosos trabalhadores, a renda auferida pela família era maior. Além disso, apontam que as chances de estar no mercado de trabalho sendo idoso aumentam quando o indivíduo é o chefe de família, como também para os idosos residentes na área rural. Essas duas colocações chamam a atenção e deixam claro o quanto os aspectos econômicos influenciam na vida das pessoas.

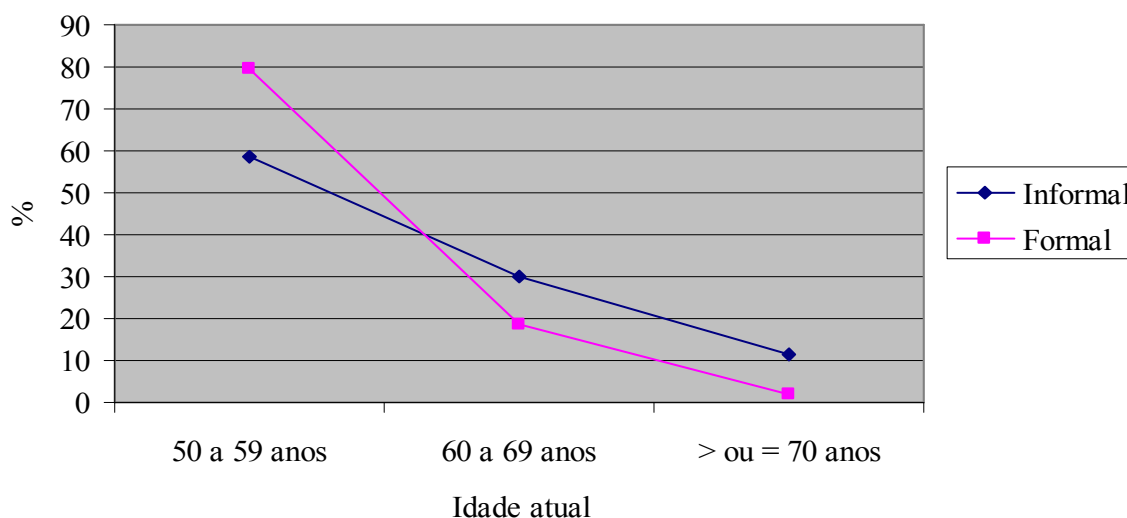


Figura 10: Distribuição percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a posição na ocupação no mercado de trabalho - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

No primeiro caso, quando se é o chefe de família, aumenta a responsabilidade de manter as despesas do núcleo familiar, o que nem sempre é possível somente com a aposentadoria. Além disso, há os casos de idosos que não são aposentados e precisam trabalhar para seu próprio sustento e de sua família. Quanto à área rural, percebeu-se que a maioria dos problemas de transgressão aos direitos e às condições dos indivíduos se dá nessa área, ora pela falta de fiscalização, ora pela necessidade dos camponeses. Mesmo os indivíduos já aposentados continuam no trabalho pelos motivos os mais variados, que vão desde complemento da renda familiar até o costume de se trabalhar, pois muitos idosos acostumados com a rotina não conseguem deixar de exercer alguma atividade enquanto as forças físicas lhes permitem.

6.2 A Relação entre trabalho infantil e inserção na informalidade

Para identificar se houve influência da idade de inserção no mercado de trabalho sobre a condição atual dos trabalhadores paranaenses, eles foram estratificados de acordo com a condição atual na ocupação e a idade que declararam terem começado a trabalhar. Os dados estão compilados na tabela abaixo.

Tabela 24: Distribuição, frequência e percentual da população paranaense ocupada, com idade de 18 a 70 anos, segundo a idade em que começou a trabalhar e condição na ocupação - 2009.

Idade em que começou a trabalhar	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Menos de 9	479.558	21.04	323.963	11.07
10 a 14	1.024.627	44.95	1.134.201	38.74
15 a 17	486.692	21.35	868.837	29.68
= ou > de 18	288.490	12.66	600.611	20.52
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100.00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Como pode ser visualizado na Tabela 24, mais da metade da população (66%) trabalhadora hoje inserida no mercado de trabalho informal ingressou na atividade laboral com idade de até 14 anos e, desses, 21% eram ainda crianças, com idade inferior a 9 anos. O menor percentual (12,66%) representa os indivíduos que ingressaram no trabalho com idade igual ou maior que 18 anos. Se analisar a população informal total do Paraná em 2009, pode-se dizer que 87,3% dessa população iniciaram sua vida de trabalhador ainda criança ou adolescente.

Os trabalhadores do setor formal apresentam algumas características similares. O relevante é o fato de que, nesse setor, uma população maior de trabalhadores começou a trabalhar somente a partir dos 18 anos de idade, isto é, 20,5% dos trabalhadores. Se compararem as faixas etárias de inserção no trabalho em ambos os setores, observa-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar após os 18 anos de idade no setor formal são quase o dobro da população na mesma condição do setor informal. Observando o intervalo de menor idade, tem-se que os trabalhadores do setor informal, na menor idade de inserção no trabalho, ou seja, as pessoas ingressantes com menos de 9 anos de idade, são quase o dobro da população com mesma característica do setor formal. De modo geral, pode-se afirmar que a população trabalhadora paranaense, em sua maioria, iniciou-se no trabalho com idade entre 10 e 17 anos.

Com relação à idade de ingresso no mercado de trabalho, dentre os estudiosos do trabalho infantil, Kassouf (2002) incluiu essa variável em suas análises e mostrou o impacto positivo entre a idade de ingresso no trabalho sobre a educação e sobre a renda dos indivíduos. Concluiu que, quanto mais tarde as crianças entram para o mercado de trabalho, maior é o nível de educação acumulado por elas, resultando na possibilidade de maior

remuneração futura. Os mesmos resultados foram encontrados por Souza (2007) analisando dados para o Estado do Paraná.

Quanto aos dados da Tabela 24, deve-se lembrar que se está analisando uma população com idade atual entre 18 e 70 anos. Então isso significa estar trabalhando com várias *coortes*¹⁸, que são de diferentes épocas, de diferentes regras e de diferentes cenários econômicos. Por exemplo, a população que hoje está com idade superior a 50 anos provavelmente conforma a maioria dos trabalhadores indicados na tabela como ingressantes no trabalho antes dos 14 anos de idade, pois pertencem a uma época em que o trabalho infantil não era tão questionado e que trabalhar na infância era tradição nas famílias, principalmente nas áreas rurais.

Em vista disso, a Figura 11 foi montada com informações a respeito da idade atual da população trabalhadora paranaense acima de 50 anos de idade, de acordo com idade em que se declarou ter começado a trabalhar e a condição que ocupa na sua atividade.

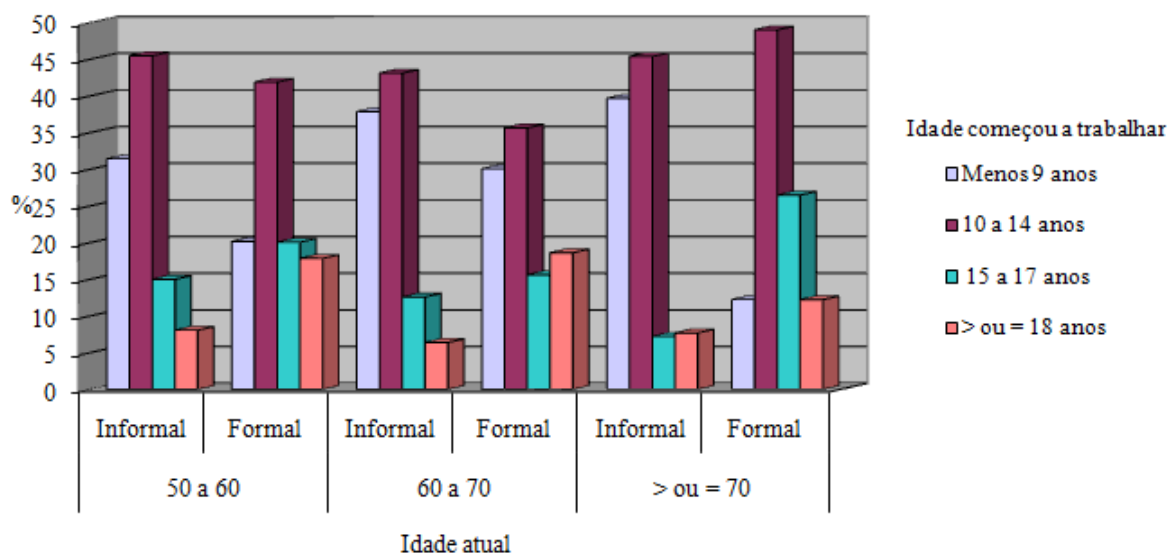


Figura 11: Distribuição percentual da população acima de 50 anos do Paraná segundo a idade atual, a posição na ocupação e a idade de inserção no mercado de trabalho - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

¹⁸ A palavra *Coorte* é um termo de origem militar utilizado para designar um grupo de aproximadamente 600 soldados romano que marchavam juntos. Assim, a *coorte* constitui um grupo de indivíduos que, dado um determinado ponto de referência, marcham juntos no tempo. Em geral, a *coorte* refere-se ao grupo que apresenta a mesma data de nascimento, o que não significa necessariamente o mesmo dia. É comum definir uma coorte pelo ano ou mesmo pela década de nascimento, quando se analisam eventos afastados do tempo atual. Assim, pode-se ter uma *coorte* de indivíduos nascidos na década de 1950, ou na década do milagre econômico (1970). (TAFNER, 2006).

Conforme pode ser visto em todos os grupos de idades, a maioria das pessoas começou a trabalhar com idade menor que 14 anos. Destaca-se que, entre as pessoas que hoje estão com idade acima de 70 anos alocadas numa atividade de maneira informal, 85% delas tinham menos de 14 anos quando começaram a trabalhar.

Na Figura 12 tem-se a distribuição de toda a População Ocupada do Paraná segundo a condição declarada na ocupação, se formal ou informal, a atividade em que o indivíduo estava inserido e com quantos anos começou a trabalhar.

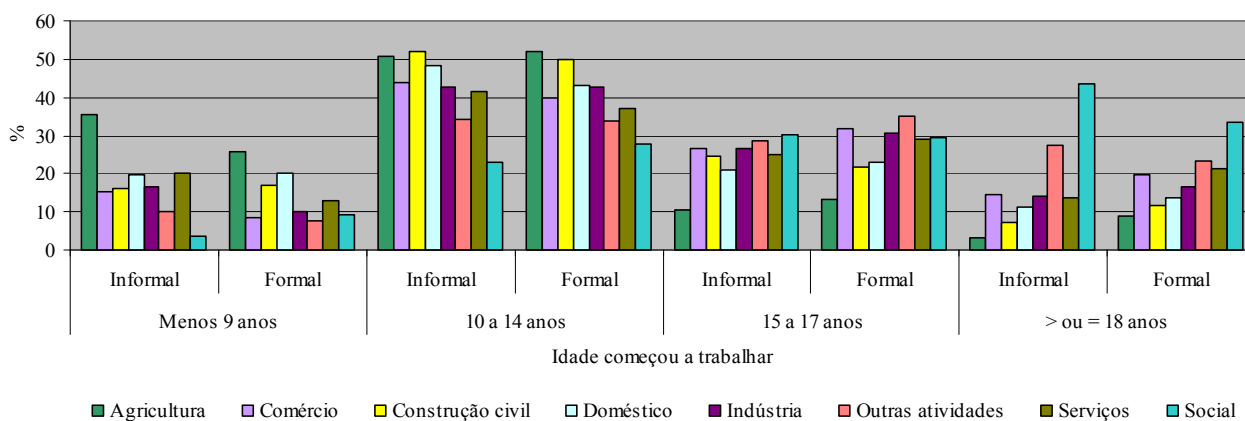


Figura 12: Distribuição da População Ocupada paranaense com idade de 18 a 70 anos segundo o ramo de atividade, a condição na ocupação e idade de inserção no trabalho - 2009.

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Observa-se, de forma geral, que a grande maioria dos trabalhadores iniciou-se no trabalho com idade de até 14 anos, tanto os que estão no trabalho informal quanto os formais. Analisando cada atividade de ocupação com as respectivas idades de inserção, tem-se que a agricultura é o setor que, em ambas as condições, absorveu a maior parte das crianças e dos pré-adolescentes. Entre aqueles que começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade, 35,32% dos trabalhadores informais estão na agricultura. Somando a eles os trabalhadores que começaram a trabalhar com até 14 anos, é possível afirmar que 86% da população trabalhadora na agricultura de forma informal começaram a trabalhar nessa faixa etária. A menor parcela da população está com os trabalhadores ingressantes no trabalho com idade igual ou acima de 18 anos e ligados à agricultura, sendo 3,27% nessa condição.

De modo geral, pode-se dizer, pela figura, que, para os trabalhadores ingressantes nos dois recortes de menor idade (menos que 9 e até 14 anos), os percentuais do setor informal são maiores em relação ao formal. A partir do momento em que se começa a verificar os trabalhadores ingressantes acima dos 15 anos no trabalho, observa-se a inversão e maior

participação dos trabalhadores formais, principalmente nas atividades associados ao setor industrial, serviços e social. O trabalho em atividades do setor Social e a agricultura se destacam entre os trabalhadores informais ingressantes com idade maior ou igual a 18 anos com a maior e menor participação, respectivamente. Por fim, tem-se que, do total de trabalhadores paranaenses que hoje estão com idade entre 18 e 70 anos, apenas 17% desses entraram para o trabalho com idade de 18 anos ou mais.

6.2.1 Análise econométrica: aplicação do modelo *probit* para estimativa da influência da idade de ingresso no trabalho sobre a condição informal na ocupação no mercado de trabalho paranaense

Considerando os diversos fatores que podem influenciar na inserção do trabalhador no mercado informal de trabalho, optou-se em incluir os fatores sexo do indivíduo, idade, escolaridade, cor ou raça, área de domicílio, tamanho da família e o fato de ser migrante ou não migrante, no modelo econométrico *probit*, que tem o objetivo de captar e mensurar a influência de cada uma dessas variáveis sobre a probabilidade de o indivíduo estar inserido na informalidade no mercado de trabalho paranaense.

Na Tabela 25 são apresentados os efeitos marginais do modelo para o ingresso no mercado de trabalho informal da população trabalhadora do Paraná. A primeira coluna mostra as variáveis escolhidas. Na segunda coluna estão os resultados dos efeitos marginais de cada variável e, na terceira, estão os resultados do teste *Z* e os respectivos graus de significância das variáveis. Considerando que os dados expostos nessa tabela mostram a influência das variáveis selecionadas sobre a probabilidade de estar inserido na informalidade no mercado de trabalho, pode-se fazer, então, uma análise mais detalhada desses coeficientes, bem como de suas variáveis correspondentes.

Analisando as características pessoais dos trabalhadores, que estão com idade entre 18 e 70 anos, tem-se que a variável idade (idade atual) do indivíduo influencia positivamente para estar ingresso no mercado de trabalho formal. Nesse resultado, o sinal negativo que acompanha o coeficiente dessa variável indica que, conforme a idade do indivíduo aumenta, eleva-se a probabilidade de se estar numa ocupação formal – fato já explicitado, que pode ser explicado pelo acúmulo de tempo no trabalho, pelo ganho de experiência na atividade e pela especialização, que só pode ser adquirida com o tempo.

Tabela 25: Efeitos marginais da regressão do modelo *probit* para o ingresso no mercado de trabalho informal da população de 18 a 70 anos do Paraná - 2009.

Variáveis	Regressão	Teste Z
Idade	-0,0267498	-9,89***
Idade ²	0,0003679	11,04***
Anos de Estudo	-0,0275404	-18,56 ***
Sexo (homem=1)	-0,0984702	-8,96 ***
Área de domicílio (urbano = 1)	-0,0276296	-17,09***
Idade em que começou a trabalhar (mais que 18 anos foi omitido)		
Menos de 9	0,0818816	3,92***
10 a 14	0,0523568	3,18**
15 a 17	0,0068413	0,40 ^{N.S}
Cor ou raça (branca foi omitida)		
Preta	-0,0112953	-0,37 ^{N.S}
Amarela	0,057704	0,91 ^{N.S}
Parda	-0,0222472	-1,69 ^{N.S}
Indígena	-0,0382425	-0,37 ^{N.S}
Tamanho da família (uma pessoa foi omitido)		
Duas pessoas	-0,014553	-0,54 ^{N.S}
Três pessoas	-0,0198855	-0,76 ^{N.S}
Quatro pessoas	0,0023561	0,09 ^{N.S}
Mais que quatro pessoas	-0,0102703	-0,37 ^{N.S}
Migrante =1	0,029357	0,21 ^{N.S}
Número de Observações		9724 ^{N.S}

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD/2009.

***Denota significância ao nível de 1%

**Denota significância ao nível de 5%

*Denota significância ao nível de 10%

^{N.S} Não Significativo.

Ocorre, porém, que, a partir de certa idade, o vigor e a disposição física do indivíduo começam a decair, fazendo com que a probabilidade de essas pessoas se inserirem em atividades informais aumente conforme amadurecem. Isso é demonstrado pelo coeficiente positivo da variável idade ao quadrado. Nesse sentido, Cacciamalli (1982) apontou que a idade é um dos fatores que levam o trabalhador ao setor informal de trabalho, pois, quanto mais velho ele fica, menor é sua chance de continuar ou conseguir uma vaga no mercado formal de trabalho.

Supondo que se trate de um profissional da área acadêmica, quanto mais velho ele se torna, mais acúmulo de conhecimento ele adquire, mas as suas forças físicas vão se reduzindo na medida em que sua longevidade aumenta, até o ponto de se aposentar e encerrar a carreira. O mesmo acontece com os profissionais dos demais ramos de atividade, o que os diferencia é a atividade de ocupação. Supondo que se trata de um trabalhador que desempenha uma atividade que lhe exige muito esforço físico, por exemplo, os trabalhadores na construção civil, o tempo se torna o empecilho para ele quando lhe rouba a disposição e as forças. Na

falta de uma aposentadoria, ou na presença de uma baixa renda familiar, a única opção é praticar uma atividade informal.

A qualificação é o principal determinante para uma boa colocação no mercado de trabalho. Lino (2009); Tafner (2006) mostraram a relação positiva entre capital humano, entendido como o acúmulo de conhecimentos, de habilidades, de escolaridade e de rendimentos. Aqui, a inclusão da variável anos de estudo foi para verificar a influência que exerce sobre a probabilidade de um indivíduo estar inserido na informalidade no mercado de trabalho, uma vez que, segundo Cacciamalli (1982), o setor informal cria oportunidades de emprego para os indivíduos que não conseguem postos de trabalho com registro em carteira, sendo um dos motivos a baixa qualificação. Esperava-se, para essa variável, um coeficiente negativo, indicando o efeito positivo da escolaridade sobre a probabilidade de o indivíduo estar em uma ocupação formal. Isso foi o que se obteve, e com alta significância.

A inclusão da variável sexo foi para captar se a inserção no mercado de trabalho informal se dá em proporções diferentes para os dois sexos, e se as mulheres são mais propensas à informalidade no mercado de trabalho. Barros et al. (2001); Lavinias, Amaral e Barros (2000) e vários outros autores apontam que, mesmo que as mulheres apresentem nível educacional superior ao dos homens, isso não significa que estão em melhor posição ou ocupação no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à renda e à alocação.

Além disso, considera-se que a mulher está mais suscetível às oscilações econômicas e, como a sociedade ainda considera o homem o patriarca, chefe de família, cabe à mulher a maior propensão ao desemprego. Além disso, as mulheres contornam de forma mais fácil as questões de emprego com condições inferiores de trabalho, como é o caso das empregadas domésticas, das costureiras de fundo de quintal, das cuidadoras de crianças e de idosos, das fabricantes e vendedoras de doces, entre outras atividades.

Acreditando que a mulher tem maior chance e maior facilidade de inserção em atividades informais, esperava-se um coeficiente negativo para essa variável binária, indicando que a mulher tem maior probabilidade de estar no mercado de trabalho informal em relação ao homem. A variável apresentou o sinal esperado, confirmando essa hipótese para as trabalhadoras paranaenses.

A variável situação do domicílio do trabalhador paranaense, identificada como urbano ou rural, também foi incluída, verificando a sua influência sobre a probabilidade de inserção no mercado informal de trabalho. O coeficiente negativo dessa variável ratifica que, para os moradores da área rural, a probabilidade de inserção na informalidade é maior quando comparada ao trabalhador residente na área urbana.

Com relação à idade em que a pessoa começou a trabalhar, optou-se por omitir a variável idade de ingresso mais que 18 anos, a fim de comparar os demais intervalos com essa idade e identificar a diferença na probabilidade de se estar no mercado de trabalho informal para os ingressantes antes e após ela. Os valores dos coeficientes são todos positivos, como o esperado, indicando que todos os trabalhadores que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm maior probabilidade de estar na informalidade se comparados aos que começaram depois dos 18 anos de idade. Sendo assim, esses coeficientes corroboram a hipótese desta pesquisa de que, quanto mais cedo se ingressou no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de se estar inserido na informalidade.

Pelos valores dos coeficientes tem-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar com idade inferior a 9 anos têm aumentada a probabilidade de estarem na informalidade, quando comparados às pessoas ingressantes depois dos 18 anos de idade e também com relação às pessoas que começaram a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos. Chama a atenção o fato de o coeficiente referente ao grupo de pessoas que começaram a trabalhar com 15 a 17 anos, embora tenha apresentado o sinal esperado, não ter sido significativo. Isso indica que a diferença na probabilidade de estar na informalidade entre as pessoas que começaram a trabalhar nessa idade e aquelas que começaram após os 18 anos não é significativa, fato que, muito provavelmente, está associado à proximidade das idades e, também, porque se estão analisando dados de uma população com idade entre 18 e 70 anos, ou seja, a maioria dos indivíduos pertence a uma época em que a idade mínima permitida para o trabalho era de 14 anos. Assim, então, a partir dos 15 anos, todos tinham a mesma magnitude no mercado de trabalho.

Com a inclusão da variável cor ou raça na regressão pretendia-se captar se há diferenciação entre as classificações dos indivíduos no que diz respeito à ocupação no mercado de trabalho informal e se essa ocupação é maior para a população não branca quando comparada à população branca. Em função da não significância dos coeficientes, pode-se dizer que, analisando a variável cor ou raça dos trabalhadores paranaenses, essa característica não exerceu nenhuma influência significativa sobre sua condição na ocupação. A grande maioria da população se declarou de cor branca.

A variável tamanho da família também compôs o modelo para verificar a influência que o número de membros exerce sobre a possibilidade de o trabalhador estar no mercado de trabalho informal. Omitiram-se as famílias compostas por uma única pessoa para comparar as compostas por mais pessoas em relação a ela. Esperava-se que, quanto maior fosse a família, maior seria o efeito sobre a probabilidade de ser um trabalhador informal, porém os

coeficientes dessa variável não denotaram significância, o que dispensa mais detalhes sobre ela.

E, por último, tem-se a variável migrante para verificar se o fato de ter vindo de outros estados ou morar numa cidade diferente à de sua origem influencia o trabalhador em sua inserção no mercado informal de trabalho. Essa variável também não foi significativa.

Assim, as variáveis cor ou raça, tamanho da família e migrante não foram significantes e sua influência na condição do trabalhador no mercado de trabalho paranaense foi pequena a ponto de não ser captada pelo modelo. Esse fato já era esperado, contudo, pois, estatisticamente, os valores correspondentes a essas variáveis não denotaram diferenças absolutas e percentuais significativas. Mesmo assim é importante que estejam inclusas no modelo por considerá-las variáveis de controle, ou seja, mesmo que elas não denotem significância, são variáveis representantes de características pessoais e que, de algum modo, podem influenciar na vida dos indivíduos, pois, se fossem tiradas, afetariam o resultado das demais.

Finalmente, pode-se dizer que, de modo geral, todos os resultados do modelo econométrico empregado corroboraram com os resultados estatísticos desta pesquisa e que, verificando a relação inversa entre idade de inserção no trabalho e a probabilidade de ocupação informal, tanto a análise estatística quanto a econométrica afirmam a hipótese inicial desta pesquisa.

6.2.2 Simulações associadas à probabilidade de ingresso no trabalho informal em relação à idade que começou a trabalhar

Para verificar, de forma mais detalhada, a influência da idade em que a pessoa começou a trabalhar sobre a probabilidade de ela estar inserida em uma atividade informal no mercado de trabalho em sua fase adulta, montou-se uma equação¹⁹ com todos os coeficientes da regressão *probit* multiplicados pelo valor médio da variável de interesse. Com o resultado, elaborou-se a Figura 13, que mostra as simulações realizadas para a variável explicativa idade de ingresso no mercado de trabalho na probabilidade de inserção no mercado de trabalho

¹⁹ As equações completas estão no Apêndice B.

informal no Estado do Paraná. A variável idade foi colocada no eixo horizontal devido à alta significância e importância dela para essa análise.

O deslocamento da curva para cima mostra que, quanto menor a idade de ingresso no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de inserção na informalidade. Tomando-se, por exemplo, trabalhadores com idade de 24 anos e que ingressaram no trabalho com idade entre 15 e 17 anos, a probabilidade de que esses indivíduos estejam no mercado de trabalho informal aumenta em 1,68% comparando-se com os que ingressaram com 18 anos ou mais.

Tomando outros trabalhadores com mesma idade, mas que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, a probabilidade de estarem no trabalho informal é de 13,03% a mais que aqueles que ingressaram com idade acima de 18 anos. Quando se comparam os extremos, ou seja, dois indivíduos de 24 anos, um que começou trabalhar com menos de 9 anos e outro com mais de 18 anos, a probabilidade de se estarem na informalidade passa de 0,46629 na idade maior que 18 anos para 0,54845 na idade menor que 9 anos, percebendo, assim, um aumento nessa probabilidade de 20,37%. Isto é, quando se comparam os trabalhadores de 24 anos que ingressaram com idade menor de 9 anos com aqueles que ingressaram com idade acima de 18 anos, os primeiros têm 20,37% a mais de probabilidade de estarem inseridos na informalidade.

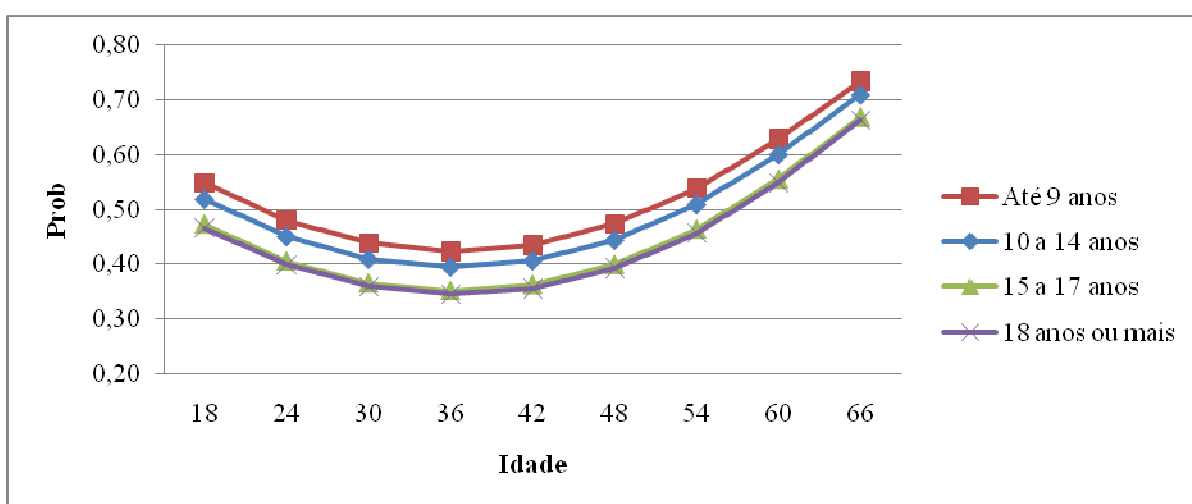


Figura 13: Simulação na probabilidade de ingresso no mercado de trabalho informal, com deslocamento da curva, a partir de alterações na idade de ingresso no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da PNAD/2009.

Supondo indivíduos na idade de 48 anos, aqueles que começaram a trabalhar com idade entre 15 e 17 anos têm a probabilidade de serem informais aumentada em 1,70% quando comparados aos que ingressaram com mais de 18 anos. Para os ingressantes com 10 a

14 anos, essa probabilidade aumenta para 13,20% e chega a ser 20,64% maior para os que começaram antes de 9 anos de idade comparando-se com os ingressantes após os 18 anos de idade.

Um último exemplo é interessante, desta vez considerando, na simulação, os trabalhadores com idade de 66 anos. Para esses, a probabilidade de serem trabalhadores informais passa de 7,09% para os ingressantes com idade de 10 a 14 anos para 10,81% quando começaram com menos de 9 anos com relação aos que começaram a trabalhar com mais de 18 anos. Comparando os ingressantes com 15 e 17 anos com os ingressantes com mais de 18 anos, a diferença na probabilidade é de menos de 1% (0,9%), ratificando mais uma vez a insignificante diferença entre esses dois intervalos de idade de início no trabalho, principalmente para a população acima de 60 anos. Esse fato, na figura, pode ser visto pela proximidade entre as curvas respectivas a esses dois intervalos etários.

Uma vez que o formato das curvas (parábola) mostra a relação idade e probabilidade de inserção no trabalho informal, percebe-se que, a partir de 18 anos, a probabilidade de ser trabalhador informal é decrescente até a idade de 36 anos. Isso indica que, quando o indivíduo entra para o mercado de trabalho, as suas chances de ser informal são maiores, mas que essas chances vão se reduzindo conforme ele vai amadurecendo, porém, a partir de 36 anos, a probabilidade de ser um trabalhador informal volta a ser crescente, aumentando concomitantemente à idade do indivíduo. O deslocamento para cima das curvas denota o quanto a idade de ingresso no trabalho é influente sobre a probabilidade de ser um trabalhador informal, pois a curva daqueles que iniciaram a sua vida laboral antes do 9 anos atinge valores significativamente maiores que aqueles ingressantes após os 18 anos de idade, para todas as idades.

7 CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho foi a de realizar uma análise sobre a relação entre trabalho na infância e inserção do trabalhador paranaense no mercado de trabalho informal. A hipótese inicial era a de que quanto mais cedo na vida um indivíduo começa a trabalhar, quando adulto, maior é a probabilidade de estar ingressado numa atividade informal no mercado de trabalho. Escolheu-se o Estado do Paraná para a análise, sendo que tal proposta se justifica pelo fato de não ter encontrado alguma pesquisa similar na literatura nacional e paranaense que discutisse a relação entre as duas problemáticas.

A análise foi realizada sobre os dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 referentes aos trabalhadores paranaenses na faixa etária de 18 a 70 anos. Empregou-se a análise estatística descritiva a fim de identificar e verificar as principais características socioeconômicas dos trabalhadores, e o modelo econométrico *probit* para captar a influência dessas características sobre a sua ocupação no mercado de trabalho, com ênfase na idade de ingresso na atividade laboral.

Nas estimativas do modelo *probit*, as variáveis que representam as características individuais foram significativas e mostraram os sinais esperados, exceto quanto a cor ou raça, quanto ao fato de ser ou não migrante e quanto ao tamanho da família, resultados também obtido na análise estatística. Dos resultados estatísticos constatou que os indivíduos que compunham a População Ocupada do Estado do Paraná representam 52% da população total. Dos trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos, 45,47% estão em atividades que caracterizam o mercado de trabalho informal, sendo, em sua grande maioria, trabalhadores por conta própria.

Quanto à área de residência, 84% da população trabalhadora paranaense é urbana, e apenas 16% ainda residem no campo. Estratificados pela condição na atividade laboral que exercem, tem-se que, dos trabalhadores informais, 73,68% estão na área urbana, contra 26,32% da área rural. De todos os trabalhadores informais do Paraná com idade entre 18 e 70 anos, apenas 12% declararam contribuir para o sistema de previdência, indicando que 82% dos trabalhadores informais, se assim continuar, estarão sem cobertura por uma aposentadoria quando atingirem a velhice.

Analisando separadamente trabalhadores informais e formais, observa-se que os primeiros são compostos por 52,8% de homens e 47,2% de mulheres. Semelhantemente, 57,8% dos trabalhadores formais são homens e 42,2% são mulheres. O resultado

econométrico para a variável sexo indicou uma maior propensão da mulher com relação à informalidade. Para as mulheres, o emprego informal se torna uma opção que possibilita a combinação entre o trabalho e as tarefas do lar.

Também se subdividiu a população trabalhadora de acordo com os ramos de atividade que praticava. Acredita-se que nas atividades agrícolas há uma tradição à informalidade e, mesmo com todas as alterações nos padrões de produção e nas relações de trabalho, essa condição ainda é persistente. Os resultados mostraram que 28% dos trabalhadores informais no Paraná estão nas atividades agrícolas. Esse fato que pode estar associado à tradicional agricultura familiar, com forte presença no Estado.

O fator cor ou raça indicou ser pouco expressivo na condição de inserção do indivíduo no trabalho, fato confirmado pelo resultado econométrico dessa variável. No Paraná predominam trabalhadores brancos (70,64%), seguidos dos pardos (25,14%). Ser negro ou amarelo não predispõe o indivíduo ao trabalho informal. Apenas a população absoluta de trabalhadores indígenas mostrou um pouco mais de participação na condição informal de trabalho.

De todos os trabalhadores paranaense, 25,6%, isto é, mais de um quarto da população trabalhadora, recebem rendimento menor ou de até um salário mínimo mensal. As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades. Os resultados corroboram, para o Paraná, que, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%).

A renda baixa dos trabalhadores informais pode ser justificada pela baixa escolaridade deles, pois os resultados mostraram que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, deles, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o do pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade. De toda a população trabalhadora paranaense, 5,95% se apresenta sem instrução alguma, o que significa que 309.683 pessoas no mercado de trabalho não sabem ler e nem escrever.

A diferença de rendimento entre os indivíduos menos remunerados nos dois setores é muito acentuada. Na condição formal de trabalho, menos de meio por cento da população trabalhadora recebe até meio salário mínimo por mês. O contrário acontece no mercado informal, em que o maior número de pessoas ganha menos e até meio salário mínimo mensal. Somando os trabalhadores informais que recebem remuneração de até 1 salário, eles correspondem a quase metade da população ocupada nessa condição (48,85%). Considerando

que os valores foram calculados com base no salário mínimo vigente em 2009 (de R\$465,00), tem-se que esses trabalhadores recebiam, em média, menos de R\$465,00.

Ao identificar a idade de ingresso no trabalho, as estimativas do modelo para essa variável foram altamente significativas e apresentaram os sinais esperados, indicando que todos os trabalhadores que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm maior probabilidade de estarem na informalidade se comparados aos que começaram depois dos 18 anos de idade, sendo essa probabilidade ainda maior para aqueles que começaram antes dos 14 anos de idade. Os resultados estatísticos, complementados pelos resultados econométricos, corroboraram a hipótese desta pesquisa de que, quanto mais cedo na vida se ingressou no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de se estar, na vida adulta, inserido na informalidade.

Descobriu-se que, do total de trabalhadores paranaenses, mais da metade (65,96%) hoje inseridos no mercado de trabalho informal foram ingressados na atividade laboral com idade de até 14 anos e, desses, 20,16% eram ainda crianças com idade inferior a 9 anos. O menor percentual (11,48%) representa os indivíduos que ingressaram no trabalho com idade igual ou maior que 18 anos. Se analisar a população informal total do Paraná em 2009, pode-se dizer que 88,52% dessa população iniciou sua vida de trabalhadores ainda crianças ou adolescentes.

Não obstante, os trabalhadores do setor formal apresentaram características similares. O mais relevante é o fato de que, nesse setor, uma população maior de trabalhadores começou a trabalhar somente a partir dos 18 anos de idade, ou seja, 20,37% dos trabalhadores. Se compararem as faixas etárias de inserção no trabalho em ambas as condições, tem-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar após os 18 anos de idade no setor formal constituem quase o dobro da população na mesma condição do setor informal. Inversamente, quando observado o intervalo de menor idade, tem-se que os trabalhadores do setor informal ingressantes no trabalho com menos de 9 anos de idade constituem quase o dobro da população com a mesma característica do setor formal.

Se observados os estratos da população em que estão presentes tanto os trabalhadores infantojuvenis quanto os trabalhadores informais, percebe-se que eles pertencem às classes sociais mais pobres. A pobreza no Brasil é fruto da concentração de renda e riqueza que sempre assolou os brasileiros e é responsável pelos maiores problemas sociais e econômicos enfrentados pela sociedade. As famílias pobres são as mais vulneráveis aos ciclos econômicos e às mudanças estruturais e as mais suscetíveis às desigualdades de sobrevivência.

A falta de empregos e de recursos para atender às necessidades básicas familiar leva os indivíduos a ingressarem nas mais diversas formas de atividades, a maioria de caráter informal. A informalidade, por vezes, é chamada de amortecedor da crise social, sem a qual os problemas sociais, resultantes principalmente do desemprego, seriam ainda maiores. Nesse sentido, a informalidade tem o seu papel social de absorver aqueles que, por algum motivo desfavorável, como capacitação, idade, sexo e saúde, estão fora do mercado de trabalho formal. Para os indivíduos pauperizados à margem do sistema, inserirem-se no trabalho nessa condição é uma forma de garantir o mínimo necessário à sobrevivência.

No contexto do desenvolvimento pode-se dizer que a informalidade, por um lado, é o reflexo do desenvolvimento visto a partir de mudanças estruturais, quando se tornou resultado da exclusão provocada pela introdução de novas técnicas produtivas, de inovações tecnológicas, como quando ocorrera a reestruturação do setor primário em 1970 e, mais tarde, como ocorreu com a reestruturação e modernização da indústria em 1990. Por outro lado, a informalidade se torna um obstáculo ao alcance do desenvolvimento econômico, considerando que o desenvolvimento é atingido quando há distribuição igualitária de renda entre todos os agentes do sistema, quando há melhoria no bem-estar social da sociedade, quando todos desfrutam de boa qualidade de vida, incluindo aqui educação de qualidade e boas oportunidades de trabalho.

Em geral, as pesquisas pertinentes ao assunto, como esta que ora se apresentou, buscam pela identificação e pela compreensão dos fatores indutores à informalidade e pretendem chamar a atenção da sociedade para as consequências. A baixa remuneração e as condições inferiores de trabalho oferecidas pela maioria das atividades informais acabam por gerar problemas ainda mais intensos e duradouros. Famílias pobres, sem condições de qualificar os seus membros, ocupam postos de trabalhos com renda baixa, fazendo com que todos os membros, inclusive mulheres e crianças, tenham que trabalhar para complementar a renda.

As pesquisas que discutem o trabalho infantil relatam que as vítimas do trabalho precoce, em sua maioria, abandonam a escola em prol do trabalho, mesmo sabendo da importância da educação para um futuro melhor. Nos casos que envolvem o trabalho de crianças e adolescentes é fácil dizer que estão em inconformidade com as leis e que os pais precisam ser penalizados, no entanto, quando se trata da sobrevivência, os indivíduos, sejam os pais e até mesmo as próprias crianças, têm um problema a ser solucionado no curto prazo. É a necessidade de bens básicos que naquele momento fazem com que os benefícios futuros da educação sejam trocados pelo trabalho no presente.

Após toda essa discussão conclui-se que o trabalho infantil e o trabalho informal são problemas sociais associados à renda familiar baixa. A baixa remuneração provinda do emprego novamente faz com que seja preciso que todos os membros familiares, desde as crianças até os mais idosos, trabalhem. E, assim, o círculo vicioso de pobreza marcado pelo trabalho infantil e o trabalho informal se perpetua ao longo das gerações.

Partindo da premissa de que a educação é uma das ferramentas com a qual o indivíduo pode alcançar a ascensão da condição de vida, esse ciclo que envolve pobreza (trabalho informal – baixa renda familiar – trabalho infantil – não escolarização – trabalho informal – renda baixa e novamente trabalho infantil) precisa ser quebrado com políticas eficazes de distribuição de renda, de combate ao trabalho infantil e de incentivo à frequência escolar.

A legislação existente, tanto para a criança e o adolescente quanto para os trabalhadores, não basta por si só, pois têm que haver também políticas públicas de apoio que garantam às famílias pobres o trabalho digno e o atendimento às suas necessidades básicas sem que a criança precise ajudar. Mais que políticas assistencialistas de transferência de renda, fazem-se necessárias políticas de geração de empregos que ofereçam boa remuneração e garantam os direitos legais aos trabalhadores. No patamar em que se encontra a divisão da sociedade não dá para falar em distribuição da riqueza sem que ela aconteça através do mercado de trabalho. A concentração da renda e da riqueza já constituída não pode ser desfeita, mas, com boas práticas estatais, podem-se amenizar os seus efeitos para as classes menos favorecidas.

Além disso, juntamente com bons empregos e renda suficiente, é necessária também a conscientização da sociedade em geral contra a aceitação de emprego de crianças e de adolescentes. Outros problemas associados ao trabalho infantojuvenil são refletidos no mercado de trabalho. Os precoces trabalhadores ocupam postos de adultos, assim afetando o nível de desemprego no mundo adulto; não contribuem para o sistema de previdência; os empregadores também não repassam os encargos obrigatórios aos devidos órgãos. Dessa forma, os prejuízos vão além das perdas físicas e intelectuais dos indivíduos.

São reconhecíveis o empenho e os avanços brasileiros para o combate e a erradicação do trabalho infantil no país, como também o incentivo à melhoria e ao acesso à educação. São destacáveis, também, as iniciativas estatais para diminuir o número de trabalhadores na informalidade. Mesmo assim, no entanto, o número de crianças e de adolescentes que trabalham é muito grande, bem como é grande a população trabalhadora na informalidade. A batalha contra as duas problemáticas está longe do fim e precisa de muitos investimentos,

apoio e conscientização de que elas caminham juntas no tempo, uma dando continuidade à outra.

É fundamental que o país como um todo se conscientize de que a criança deve estar na escola se preparando para um futuro promissor, e que trabalho precoce pode causar danos irreversíveis à sociedade, entre eles a perpetuação da pobreza e da informalidade. Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer a sociedade, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento futuro da economia nacional, bem como de qualquer economia.

É preciso que se dissemine uma cultura que reconheça que a principal riqueza que uma região tem para se desenvolver são os recursos naturais e as pessoas. No caso das pessoas (pois os recursos naturais não são objeto do presente estudo), se a elas não forem dados o condicionamento e os investimentos necessários que garantam educação, segurança alimentar e melhoria gradual e definitiva nas condições de vida, os demais recursos necessários ao desenvolvimento não serão aproveitados. A população não qualificada pode ser tida como o principal entrave ao desenvolvimento regional e, por isso, é importante que se construa e fortaleça o capital social e humano.

Assim, ao final deste trabalho, bom seria acreditar que esta pesquisa pudesse contribuir como apoio literário aos gestores e formuladores de políticas públicas, assim como pudesse despertar um maior interesse por parte de pesquisadores e outros estudos sobre o assunto possam ser desenvolvidos. Almejar um futuro sem trabalho infantil é um desafio enorme, alcançar um futuro sem trabalho infantil e também sem trabalhadores informais é um desafio maior ainda. Eliminar o trabalho infantil é garantir o futuro de uma geração, é promover um crescimento sustentável para os adultos de amanhã, que colherão os benefícios dos investimentos de hoje.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. Y.; BARBOSA, A. D. **Estudo dos índices de exclusão social no Brasil: Caso Tocantins**. Madri, 2009.

ACEMOGLU, D. Good jobs versus bad jobs. **Journal of Labor Economics**, v. 19, n. 1, 2001.

AGUDELO, H.; CULTI, M. N. Reflexão sobre a flexibilização do trabalho e o nível de emprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. 1 CD-ROM.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.

AQUINO, A. G. de. **A relação entre educação e renda dos trabalhadores paranaenses: uma análise econométrica**. 2008. 45 p. Monografia (Graduação) - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Campo Mourão, 2008.

AQUINO, J. M. et al. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, jan./abr. 2010.

ARRUDA, J. J. **História moderna e contemporânea**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1986. 472 p.

_____. **Época moderna e contemporânea**. São Paulo: Ática, 1998. v. 4. 312 p.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de; DUARTE, R. P. N. Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. In: Encontro Brasileiro de Econometria, 18, 1996, Águas de Lindóia, **Anais...** v.1. Águas de Lindóia: Sociedade Brasileira de Econometria, 1996. p. 495-515.

BARROS, R. P. de et al. **Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 32 p. (Texto para discussão, n. 796).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; VELAZCO, T. **Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 26 p. (Texto para discussão, n. 371).

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The World Bank Economic Review**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

BATISTA, N. N. F. **Trabalho infantil e migração no estado de São Paulo**. 2006. 117 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo/ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006.

BEHRMAN, J. R. et al. School quality and cognitive achievement production: a case study for rural Pakistan. **Economics of Education Review**. v. 16, n. 2, p. 127-142, 1997.

BENGOZI, S.; PONTILI, R. M. Perfil sócio-econômico dos trabalhadores inseridos no setor informal do Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 4., 2005, Toledo. **Anais...** Toledo, 2005. 1 CD-ROM.

BENGOZI, S.; PONTILI, R. M.; LOPES, J. L. **Trabalho informal no Paraná**: análise comparativa de duas mesorregiões. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 5, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2007. 1 CD-ROM.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. Tradução Mônica Rosemberg. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 13, n. 2, p. 76-97, abr./jun. 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modificou o disposto no inciso XXXIII, do Art.7º da Constituição Federal de 1988, proibindo o trabalho para os menores de 16 anos de idade. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 dez. 1998. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: gestão do programa de erradicação do trabalho infantil no SUAS**. Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-gestao-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-no-suas/pet-01-baixa.pdf/view?searchterm=trabalho infantil>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família: **Relatórios e Estatísticas**. Brasília, 2010c. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/relatorios_e_estatisticas/relatorios-e-estatisticas>. Acesso em: 25 jan. 2010

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nota técnica à portaria MTE/SIT/DSST nº 06 de 18/02/2000. In: **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico**. Brasília: MTE, 2002. p. 18-36.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, 1982. 163 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/.../MariaCCacciamaliTese.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2010.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, p.153-174, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/dcdownload/publicacoes/instituto/revista/economia-e-sociedade/v9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. Emprego e crise no Brasil. In: ROCCA, C. A. et al. (Org.). **Brasil 1980: os desafios da crise econômica**. São Paulo: IPE/USP, 1988. p. 307-348.

CÁCERES, F.; PEDRO, A. **A revolução industrial: o mundo estava mudando**. São Paulo: Moderna, 1976. 320 p.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 27 p. (Texto para discussão, n. 830).

CAMARGO, F. S. **Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira**. Piracicaba, 2006. 93 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.

CARDOSO, E. Da inércia à megainflação: o Brasil nos anos 80. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, p. 129-160, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/888/826>>. Acesso em: 20 maio 2010.

CASTANHEIRA, N. P. **Estatística aplicada a todos os níveis**. Curitiba, PR: IBPEX, 2003.

CHAHAD, J. P. Z.; LUQUE, C. A. **Políticas econômicas, emprego e distribuição de renda na América Latina**. São Paulo: IPE/USP, 1984.

CHAHAD, J. P. Z. Um novo desenho do programa brasileiro de seguro-desemprego. In: CHAHAD, J. P. Z.; FERNANDES, R. (Org.). **O mercado de trabalho no Brasil: políticas, resultados e desafios**. São Paulo: MTE/ FIPE/ Dpto. de Economia FEA/USP, 2002. p.13-55.

CHAHAD, J. P. Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. (Org.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 381-405.

CORREA, S. M. S. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. S. (Org.). **Capital social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003. p. 303-334.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D. **Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 32 p. (Texto para discussão, n. 885).

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 51 p. (Texto para discussão, n.797).

COTRIM, G. **História e consciência do mundo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 448 p.

DAMASCENO, F. S.; CUNHA, M. da S. Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 11., 2008, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2008. 1 CD-ROM.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65- 84, 1997.

DIEESE (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico: artigos dos pesquisadores.** São Paulo: DIEESE; Campinas, SP: CESIT, 1999. 472 p.

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para discussão, n. 375).

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública.** Tradução de Sidney Stancatti. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. **Birth order, child labor and school attendance in Brazil.** Nashville: Vanderbilt University, may. 2002 (working paper, n. 02-w12).

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-34.

FERREIRA, J. C. **Trabalho infantil e a luta contra a miséria.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler_artigos.php?id=661>. Acesso em: 21 abr. 2010.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil.** 2003. 92 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.

_____. **Jovens e adultos no mercado de trabalho: impacto dos programas de transferência condicional de renda e uma análise agregada usando séries temporais.** 2007. 89 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2007.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 307-329, abr./jun. 2005.

FIGUEIREDO, N. M. S. de.; CORRÊA, A. M. C. J. Renda, desigualdade e pobreza na agricultura paranaense: o que mostram os dados da PNAD 2002. In: ENCONTRO PARANAENSE DE ECONOMIA, 3., Londrina. **Anais...** Londrina, 2004. 1 CD-ROM.

FUGAZZA, M.; JACQUES, J. F. Labor market institutions, taxation and the underground economy. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 1-2, 2003.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000a. 355 p.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b. 126 p.

GALLI, R. **The economic impact of child labour**. Genebra: ILO Decent Work Research Programme, 2001. 26 p. (Discussion paper, n.128).

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 177-191.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. New York: Macmillan Publishing Company, 2003. 791 p.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. São Paulo: Makron Books, 2006.

HANDA, S. The determinants of teenage schooling in Jamaica: rich vs poor: females vs. Males. **The Journal of Development Studies**, v. 32, n. 4, p. 544-580, Apr. 1996.

HOBDBAWN, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Tradução de D. M. Garschagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979. 325 p.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil, em 1980, por unidades da Federação. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 3, n. 1, p. 31-41, jan./mar. 1983.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: FGV, v. 12, n. 2, p. 46-66, abr./jun. 1972.

HOLMES, J. **Measuring the determinants of school completion in Pakistan: analysis of censoring and selection bias**. New haven: Yale University, 1999. 42 p.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNONE, R. A. **A revolução industrial**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção Polêmica) 71 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

_____. **Pesquisa nacional de amostra de domicílio - PNAD: 2005**. Rio de Janeiro, 2006. Microdados. 1 CD-ROM.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: 2006.** Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jul. de 2010.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: 1992-2009.** Rio de Janeiro. Microdados. CD-ROM.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: 2009.** Rio de Janeiro, 2010. Microdados. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: nov. 2010.

_____. **Síntese de indicadores sociais.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

_____. Pesquisa nacional por amostras de domicílio. **Notas Metodológicas.** 2009.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Accelerating action against child labour:** global report under the follow-up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work. International Labour Conference, 99th, Geneva, 2010a.

_____. **International programme on the elimination of child Labour - IPEC.** 2010b. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ipec/programme/IPECintheField/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2010>.

_____. **Convenção nº138,** de 26 de junho de 1973. Sobre a idade mínima para admissão a emprego. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

_____. **Convenção nº182,** de 17 de junho de 1999. Sobre piores formas de trabalho infantil. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

_____. **Mapa do trabalho infanto-juvenil no Paraná.** Curitiba, PR: IPARDES, 2007a. 180p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diminuição do trabalho infantil no Paraná é o dobro da do Brasil.** Curitiba, 2007b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/noticias/mapatrabinfantil.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica:** Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jun. 2007.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana.** Brasília: IPEA, v. 3. 2001.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (Org.). **Mapa do trabalho informal:** perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

JAKOBSEN, K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (Org.). **Mapa do trabalho informal:**

perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

KASSOUF, A. L. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2007.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124 p.

_____. (Coord.). **O trabalho infantil em cinco estados brasileiros**. Brasília: OIT, 2004. 144 p.

KON, A. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo: ABET, 1998. 2 v. 140p. (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).

_____. Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. 1 CD-ROM.

LAVINAS, L.; AMARAL, M. R. do.; BARROS, F. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 34 p. (Texto para discussão, n. 756).

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, p. 217-272, 1980.

LIMA, C. G. C. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In: **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico**. Brasília: MTE, 2002.

LIMA, S. V. **Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil**. 2007, 93 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2007.

LINO, L. S. **Diferencial de rendimentos entre os empregados especializados e não-especializados na cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo**. 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP. Piracicaba, 2009.

LIRA, S. A.; SAMPAIO, A. V. Duração do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.109, p. 139-160, jul./dez. 2005.

MACEDO, R. B. M. **Os salários na teoria econômica**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982. 302 p.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 46 p. (Texto para discussão, n. 329).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I**, tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 2 v. 966 p.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 35-69.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENEZES FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. de. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **RBE**, Rio de Janeiro, n. 58, v.2, p. 235-248, abr./jun. 2004.

MENEZES NETO, J. **Análise de impacto do programa de erradicação do trabalho infantil-PETI, quanto aos seus objetivos e resultados para o qual foi concedido**. 2002. 55 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em políticas pública) - Universidade de Brasília, Núcleo de estudos de políticas públicas. Brasília, 2002.

MOREIRA, M.; COSTA, L. O caso zona oeste: o setor informal, a juventude e o sentimento localista do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. 1 CD-ROM.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 259-288.

MOURA, P. C. **A crise do emprego**: uma visão além da economia. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 280 p.

NAJBERG, S.; VIEIRA, S. P. Crescimento econômico sob a ótica do emprego: uma análise recente da economia brasileira. In: Encontro Brasileiro de Econometria, 18., 1996, Águas de Lindóia, **Anais...** v. 2. Águas de Lindóia: Sociedade Brasileira de Econometria, 1996. p. 895-914.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 36 p. (Texto para discussão, n. 743).

NERI, M.; COELHO, D.; ANCOR, M.; PINTO, A. Aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. 1 CD-ROM.

NICOLELLA, A. C. **Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil**. 2006. 167 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP. Piracicaba, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - BRASIL. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**. Brasília: OIT, 2003. 262 p.

_____. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**: a atuação do programa internacional para eliminação do trabalho infantil. Brasília: OIT, 2004.

_____. **Trabalho decente nas Américas**: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Brasília: OIT, 2006a. 101 p.

_____. **O fim do trabalho infantil no Brasil:** um objetivo ao nosso alcance. OIT: 2006b. 136 p.

_____. **História.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

OLIVEIRA, P. R. de. **Um estudo dos determinantes da confiança interpessoal e seu impacto no crescimento econômico.** 2008. 130 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2008.

PARANÁ, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. **O comportamento do fator trabalho na economia paranaense.** Curitiba: IPARDES/CODESUL, 1975.

PARKIN, M. **Macroeconomia.** 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

PASSETI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PASTORE, J. **Informalidade: estragos e soluções.** [Apresentação] In: CONGRESSO DO COPPEAD. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_014.htm>. Acesso em: 21 set. 2010.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAYN, H.; PAGOTO, C. S. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que aconteceu com a família brasileira?).** São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Pioneira, 1983.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social:** uma introdução à macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PERES, A. **A caminho da escola:** 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil. Foto de Nair Benedicto. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2003.

PERRY, G. E.; MALONEY, W. F.; ARIAS, O. S.; FAJNZYLBER, P.; MASON, A. D.; SAAVEDRA-CHANDUVI, J. **Informalidade: saída e exclusão.** Tradução de Maria Helena Falcão. Washington D.C.: Banco Mundial, 2007.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e vida:** da idade moderna à atualidade. 12. ed. São Paulo: Ática, 1997. 224 p.

POCHMANN, M. **Pesquisador do IPEA diz que a informalidade suaviza crise social.** Entrevista [25/03/2008]. Entrevistador: Mídia Max. IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=4129>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

PONTILI, R. M. **A infra-estrutura escolar e as características familiares influenciando a frequência e o atraso no ensino fundamental.** Piracicaba, 2004. 131 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2004.

PONTILI, R. M.; LOPES, J. L. Fatores que afetam a decisão de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho: análise e aplicação do Modelo Próbite para o Brasil e suas Regiões. In:

ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 12., 2009, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009. 1 CD-ROM.

PORTUGAL, M. S.; GARCIA, L. S. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. In: Encontro Brasileiro de Econometria, 18., 1996, Águas de Lindóia. **Anais...** v. 2. Águas de Lindóia: Sociedade Brasileira de Econometria, 1996. p. 663-677.

PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-54.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 914).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial de evolução da informalidade no período 1991-2005. **Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 471-488, dez. 2006.

RAVALLION, M.; WODON, Q. Does child labour displace schooling? Evidence on behavioural responses to an enrollment subsidy. **The Economic Journal**, cidade, v. 110, n. 462, p. 158-175, mar. 2000.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. 261p. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2005.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 376-407.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SACHS, J. D.; LARRAIN, F. B. **Macroeconomia em uma economia global**. Tradução de Sara R. Resende. São Paulo: Makron Books, 2000.

SANTOS, M. A. C. dos. Crianças e criminalidade no início do século. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 210-230.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Série "Os Economistas").

SCORZAFAVE, L. G. D. S. **A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2001. 65 p. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: FEA/USP, 2001. ARRUMAR

SILVA, F. C. L. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista**. 1999. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm>. Acesso em: 29 abr. 2006.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. revisada atualizada. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SOARES, S. S. D. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho** – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 28 p. (Texto para discussão, n. 769).

SOARES, S.; SERVO, L. M. S.; ARBACHE, J. S. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 28 p. (Texto para discussão, n. 843).

SOUZA, E. L. C. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná**. Campo Mourão, 2007, 55 p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ FECILCAM, 2007.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

SOUZA, P. R. **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo: Hucetec, 1980. 193 p.

STADUTO, J. A. R.; PONER, P. R.; SCHIO, T. A. Evolução do trabalho informal no Estado do Paraná. **Informe GEPEC**, Toledo v. 4, n. 1, p. 6-23, jan./jun. 2010.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Econometria**. Tradução Monica Rosemberg. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

TAFNER, P. (Ed.) **Brasil: o estado de uma nação** – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 25 p. (Texto para discussão, n. 919).

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. Tradução e revisão técnica de Roberto Luis Troster. São Paulo: Makron Books, 1999.

ULYSSEA, G. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 24 p. (Texto para discussão, n. 1070).

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância. **Histórico**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

VENANCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VINHAIS, H. E. F. **Ensaio sobre a redução da pobreza no Brasil:** mensuração e determinantes. 2006, 158 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 26: Média e desvio padrão das variáveis utilizadas na regressão

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Idade	38,33534	12,58139
Idade ao quadrado	1627,889	1031,176
Sexo	0,5558916	0,4968664
Anos de estudo	9,736661	4,382526
Área	0,8448073	0,3620883
Branca	0,7278939	0,4450443
Preta	0,0318872	0,1756998
Parda	0,2374043	0,4254921
Indígena	0,0028147	0,0529789
Amarela	0,0082551	0,0904817
Menos 9	0,1543162	0,3612516
10 a 14	0,4146028	0,4926534
15 a 17	0,2603293	0,4388143
Mais de 18	0,1707518	0,376292
Uma pessoa	0,0481077	0,2139939
Duas pessoas	0,2176604	0,4126553
Três pessoas	0,3025445	0,4593597
Quatro pessoas	0,27099	0,444471
Mais que quatro pessoas	0,1606974	0,3672516
Migrante	0,1848517	0,3881773
Informal	0,4377523	0,4961101

Fonte: Resultado da pesquisa/2011 com base nos dados da PNAD/2009.

APÊNDICE B

Equações utilizadas para simulações na probabilidade de ingresso no mercado de trabalho informal

Equação para idade dos que começaram a trabalhar menores que 9 anos:

$$y = 2.291766 - 0.0678772*idade + 0.0009334*id^2 - 0.2499816*0.5558916 - 0.7097877*0.8448073 - 0.0698834*9.736661 - 0.0287256*0.0318872 + 0.1452924*0.0082551 - 0.056597*0.2374043 - 0.097935*0.0028147 + 0.2063541*1 + 0.1327231*0 + 0.0173489*0 - 0.0369925*0.2176604 - 0.0505457*0.3025445 + 0.0059772*0.27099 - 0.0260987*0.1606974 + 0.0074466*0.1848517;$$

Equação para idade dos que começaram a trabalhar entre 10 a 14 anos:

$$y = 2.291766 - 0.0678772*idade + 0.0009334*idaqua - 0.2499816*0.5558916 - 0.7097877*0.8448073 - 0.0698834*9.736661 - 0.0287256*0.0318872 + 0.1452924*0.0082551 - 0.056597*0.2374043 - 0.097935*0.0028147 + 0.2063541*0 + 0.1327231*1 + 0.0173489*0 - 0.0369925*0.2176604 - 0.0505457*0.3025445 + 0.0059772*0.27099 - 0.0260987*0.1606974 + 0.0074466*0.1848517;$$

Equação para idade dos que começaram a trabalhar entre 15 a 17 anos:

$$y = 2.291766 - 0.0678772*idade + 0.0009334*idaqua - 0.2499816*0.5558916 - 0.7097877*0.8448073 - 0.0698834*9.736661 - 0.0287256*0.0318872 + 0.1452924*0.0082551 - 0.056597*0.2374043 - 0.097935*0.0028147 + 0.2063541*0 + 0.1327231*0 + 0.0173489*1 - 0.0369925*0.2176604 - 0.0505457*0.3025445 + 0.0059772*0.27099 - 0.0260987*0.1606974 + 0.0074466*0.1848517;$$

Equação para idade dos que começaram a trabalhar maiores que 18 anos:

$$y = 2.291766 - 0.0678772*idade + 0.0009334*idaqua - 0.2499816*0.5558916 - 0.7097877*0.8448073 - 0.0698834*9.736661 - 0.0287256*0.0318872 + 0.1452924*0.0082551 - 0.056597*0.2374043 - 0.097935*0.0028147 + 0.2063541*0 + 0.1327231*0 + 0.0173489*0 - 0.0369925*0.2176604 - 0.0505457*0.3025445 + 0.0059772*0.27099 - 0.0260987*0.1606974 + 0.0074466*0.1848517;$$